

planejamento e futuro

Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento



INVESTIMENTO PÚBLICO

Do planejamento à realidade,
a força que gera o desenvolvimento

DEM AÍ:



II CONGRESSO CONSEPLAN



5 a 7 de maio de 2026

Centro Internacional de
Convenções do Brasil

Planejamento e Governança Federativa para o Desenvolvimento Nacional

De 5 a 7 de maio de 2026, gestores públicos (municipais, estaduais e federais), pesquisadores e profissionais do planejamento de todo o país se reúnem para debater o tema “Planejamento e Governança Federativa para o Desenvolvimento Nacional”, no II Congresso Conseplan que será realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil, no Distrito Federal.

Serão conferências, painéis temáticos, apresentações de artigos e cases estaduais e municipais, promovendo o diálogo e a inovação no planejamento público brasileiro.

RESERVE A DATA E PARTICIPE!

PARA INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE
www.congressoconseplan2026.com.br

Editorial

A edição especial da Revista **Planejamento e Futuro** chega em um momento singular para a gestão pública brasileira. Com o volume de investimentos estaduais que praticamente dobrou em relação ao período imediatamente posterior à pandemia, os estados assumiram papel central na condução de políticas públicas de grande escala. É justamente esse protagonismo que esta publicação se propõe a registrar, analisar e celebrar.

Esta edição reúne as contribuições das Secretarias Estaduais de Planejamento de todo o país, compondo um panorama qualificado dos projetos estruturantes implementados a partir de 2023. Mais do que um inventário de realizações, trata-se de um compilado analítico e organizado de experiências que expressam a maturidade do planejamento público estadual, impulsionado pelo acesso ampliado a operações de crédito, pela retomada de investimentos e pela destinação de emendas parlamentares.

O CONSEPLAN acredita que o conhecimento gerado nas secretarias estaduais é um patrimônio coletivo. Registrá-lo, sistematizá-lo e disseminá-lo é uma forma de fortalecer a memória institucional do planejamento público e de inspirar novas gerações de gestores. Cada projeto destacado nestas páginas carrega não apenas números e resultados, mas escolhas, aprendizados e soluções que podem, e devem, servir de referência para outros estados.

Ao longo desta edição, o leitor encontrará iniciativas inovadoras nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, desenvolvimento econômico e tantas outras, distribuídas por todo o território nacional. São projetos que atendem municípios, regiões e populações inteiras, demonstrando que o planejamento, quando bem feito, transforma realidades.

Esta publicação é também fruto de uma agenda institucional mais ampla, construída sobre parcerias que o CONSEPLAN tem cultivado com cuidado. O Banco Mundial traz, nestas páginas, uma reflexão sobre o papel da

governança na qualidade dos investimentos públicos e sobre como decisões institucionais ao longo do ciclo do projeto determinam os resultados alcançados. O Grupo de Trabalho de Investimento Público do CONSEPLAN, por sua vez, mapeia o estado da arte da gestão do investimento público nos estados brasileiros, dialogando com referências internacionais e iluminando experiências concretas do Ceará, do Rio Grande do Sul e do Piauí. Juntas, essas contribuições expressam o compromisso do CONSEPLAN com um planejamento público cada vez mais qualificado, técnico e conectado ao que há de melhor no Brasil e no mundo.

Chegamos ao final de um ciclo de gestão com um trabalho expressivo realizado, e com clareza sobre os desafios e oportunidades que se avizinham. Com o ano eleitoral à vista, cabe ao CONSEPLAN e às secretarias estaduais levar o planejamento para o centro do debate político nacional, influenciar os novos ciclos de governo e garantir que as boas experiências estaduais inspirem uma governança mais eficiente e menos concentrada. Como bem sintetiza o momento: é um ciclo desafiador, mas também uma oportunidade muito grande para endereçar questões à eleição e preparar uma boa transição.

Seguimos firmes no compromisso de fazer desta revista um instrumento vivo de diálogo federativo, cooperação e aprendizado mútuo.

Boa leitura!

Fabício Marques Santos,
presidente do Conseplan

NESTA EDIÇÃO

20 ACRE

Acre: o planejamento de longo prazo orientando as decisões e investimentos do presente

26 ALAGOAS

Responsabilidade fiscal e bem-estar da população direcionam aplicação de recursos em Alagoas

34 AMAZONAS

Amazonas transforma investimento industrial em desenvolvimento regional

40 BAHIA

Bahia consolida ciclo histórico de investimentos e reafirma o planejamento como política de Estado

48 CEARÁ

Investimentos públicos impulsionam educação, infraestrutura e segurança hídrica no Ceará

54 DISTRITO FEDERAL

Transformação urbana no DF: captação de R\$ 2,1 bilhões viabiliza projetos estruturantes e sustentáveis

58 ESPÍRITO SANTO

Espírito Santo converte solidez fiscal e equilíbrio em investimentos recordes

62 GOIÁS

Gestão do conhecimento e continuidade de políticas públicas: a experiência do GECEG no Estado de Goiás

66 MARANHÃO

Crescimento na economia e solidez fiscal favorecem ampliação de programas sociais no Maranhão

74 MATO GROSSO

Mato Grosso executa o maior plano de infraestrutura de sua história com grandes avanços em todas as áreas

80 MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul: um novo ciclo de prosperidade e inovação (2023-2026)

84 MINAS GERAIS

Minas Gerais mantém 3º lugar no ranking nacional de investimentos públicos com R\$ 7 bilhões em 2025

90 PARÁ

O novo Pará: avanços históricos e o legado das ações de 2025 na construção de um futuro melhor

94 PARAÍBA

Paraíba: a construção de um estado eficiente, moderno e sustentável

100 PARANÁ

Paraná que trabalha e cuida com desenvolvimento responsável e investimento para o futuro



BANCO MUNDIAL

Do diagnóstico à

ação: a governança dos investimentos para o desenvolvimento, com mais e melhores empregos

04



GRUPOS DE TRABALHO

Gestão do Investimento Público: do planejamento à entrega de resultados

10

ARTIGOS

09 Programas de racionalização de investimentos públicos

Carolina Vaira
Gustavo Bozzetti

33 Responsabilidade fiscal e investimento social: o caminho de Alagoas para o crescimento sustentável

Paula Cintra Dantas

39 Zona Franca, planejamento e estratégia nacional

Serafim Corrêa

46 Planejamento como política de Estado: balanço institucional do triênio e horizontes para a Bahia do futuro

Cláudio Peixoto

61 Transformar equilíbrio em futuro

Renato Casagrande

72 O novo ciclo de desenvolvimento do Maranhão

Carlos Brandão

79 Governar é priorizar: de um estado quebrado ao que realiza o maior pacote de investimentos da sua história

Basílio Bezerra

83 Mato Grosso do Sul: a força da gestão estratégica na construção do futuro

Eduardo Riedel
Rodrigo Perez

89 Governança estratégica em Minas Gerais

Silvia Listgarten

106 PERNAMBUCO

Pernambuco retoma protagonismo regional e nacional na capacidade de investimento

112 PIAUÍ

Piauí fortalece planejamento público com criação do Centro de Inteligência e Estratégia Territorial

116 RIO DE JANEIRO

Planejamento estratégico transforma investimentos em maior retorno social e econômico no Rio de Janeiro

122 RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte consolida ciclo histórico de investimentos estruturantes

128 RIO GRANDE DO SUL

Rio Grande do Sul vira a chave fiscal e acelera investimentos

134 RONDÔNIA

Rondônia estrutura sistema estadual de políticas públicas e fortalece governança ambiental integrada

138 RORAIMA

Planejamento estratégico impulsiona desenvolvimento e modernização da gestão pública em Roraima

144 SANTA CATARINA

Santa Catarina: gestão eficiente que traz resultados para um dos estados mais prósperos do país

150 SERGIPE

Governo de Sergipe avança em políticas públicas com planejamento e gestão focada em resultados

158 TOCANTINS

Tocantins: um novo horizonte de desenvolvimento impulsionado por investimentos estruturantes

99 Planejar para transformar

Gilmar Martins

105 Paraná se consolida como referência nacional em planejamento e gestão estratégica

Ulisses Maia

111 Ação estratégica para viabilizar a execução dos investimentos

Fabrizio Marques

115 O modelo de gestão estadual avançada como bússola dos investimentos públicos no Piauí

Washington Bonfim
Gabriela Celso

121 Inovações no planejamento trazem avanços para o estado

Adilson Faria

127 Planejar o futuro: o Nordeste e o Brasil 2050

Virgínia Ferreira

133 Planejamento estratégico como instrumento de governo

Danielle Calazans

143 Investimento público como motor do desenvolvimento

Rafael Fraia

149 Santa Catarina que dá certo: o peso do investimento público

Fabrizio Oliveira

156 Sergipe em transformação: planejamento, emprego e investimentos que mudam o estado

Fábio Mitidieri
Julio Filgueira

163 Planejar para transformar: o novo ciclo de investimentos estruturantes no Tocantins

Maurício Parizotto
Wanderlei Barbosa

PRESIDENTE

Fabrizio Marques Santos

Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco

VICE-PRESIDÊNCIA

Beatriz Basílio Mendes

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia

Washington Luís de Sousa Bonfim

Secretário de Estado de Planejamento do Piauí

MEMBROS

Ricardo Brandão dos Santos (Acre)
Paula Cintra Dantas (Alagoas)
Jucinete Carvalho de Alencar (Amapá)
Serafim Fernandes Corrêa (Amazonas)
Cláudio Ramos Peixoto (Bahia)
Alexandre Sobreira Cialdini (Ceará)
Daniel Izaías de Carvalho (Distrito Federal)
Álvaro Duboc (Espírito Santo)
Francisco Sérvulo Freire Nogueira (Goiás)
Vinícius Ferro Castro (Maranhão)
Basílio Bezerra Guimarães (Mato Grosso)
Rodrigo Perez Ramos (Mato Grosso do Sul)
Sílvia Caroline Listgarten Dias (Minas Gerais)
Ivaldo Renaldo de Paula Ledo (Pará)
Gilmar Martins (Paraíba)
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas (Paraná)
Washington Bonfim (Piauí)
Adilson de Faria Maciel (Rio de Janeiro)
Maria Virgínia Ferreira Lopes (Rio Grande do Norte)
Danielle Calazans (Rio Grande do Sul)
Beatriz Basílio Mendes (Rondônia)
Rafael Inácio de Fraia e Souza (Roraima)
Fabrizio Oliveira (Santa Catarina)
Samuel Kinoshita (São Paulo)
Júlio Filgueira (Sergipe)
Maurício Parizotto Lourenço (Tocantins)

SECRETARIA EXECUTIVA

Sérgio de Figueiredo Silveira

Sílvia Castro Souza Capelanes

ASSESSOR ESPECIAL

Francisco Alves de Amorim

ASSESSORA EXECUTIVA

Gabriela Rosa Medeiros

REVISTA PLANEJAMENTO E FUTURO

COORDENAÇÃO GERAL

Gabriela Rosa Medeiros

PRODUÇÃO EDITORIAL

Francisco Alves de Amorim

Gabriela Rosa Medeiros

APOIO

Douglas Fernandes

Sílvia Castro Souza Capelanes

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

SUPERVISORA DE EDIÇÃO

Ana Seidl

REVISÃO

Carla Lisboa

<https://conseplan.org.br>

Instagram: @conseplan

LinkedIn: www.linkedin.com/company/conseplan/

As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

A Revista Planejamento e Futuro é uma publicação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), elaborada pelos assessores de comunicação e imprensa das secretarias dos estados membros e produzida pela Assessoria de Comunicação do Conseplan em parceria com o Instituto de Políticas Públicas e Gestão do Desenvolvimento (IPGD).



Do diagnóstico à ação: a governança dos investimentos para o desenvolvimento, com mais e melhores empregos ^{1, 2}

¹ Esta matéria foi elaborada com base no trabalho analítico produzido e as iniciativas implementadas no âmbito da iniciativa Fortalecimento dos Sistemas de Investimento Público para o Avanço de Infraestrutura Climática Inteligente no Brasil, financiada pelo Fundo Fiduciário QII com apoio do Governo do Japão.

² As conclusões, interpretações e opiniões expressas neste documento são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, de sua Diretoria Executiva, nem dos governos que eles representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados incluídos neste trabalho.

O DESAFIO DA QUALIDADE NO GASTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO

A retomada dos investimentos públicos subnacionais no Brasil ocorre em um contexto de restrições fiscais persistentes, maior exigência por resultados e crescente complexidade dos projetos públicos. Ao mesmo tempo, os estados brasileiros acumularam, ao longo de décadas, uma lacuna de infraestrutura, associada a vulnerabilidades estruturais e fiscais e a níveis historicamente baixos de investimento. Essa lacuna não apenas limita a provisão de serviços públicos, mas também restringe a criação de empregos e oportunidades de geração de renda, sobretudo em regiões mais vulneráveis. Esse quadro contribuiu para a redução do estoque de capital público e para perdas de produtividade e competitividade no longo prazo⁴.

A dinâmica recente do investimento público no Brasil evidencia que a análise não deve se limitar ao volume de recursos mobilizados, mas considerar também a qualidade das decisões ao longo do ciclo do investimento, incluindo o planejamento, seleção e execução de projetos⁵. A qualidade dessas decisões é determinante para maximizar também o impacto do investimento na geração de empregos, tanto no curto prazo, por meio da execução de obras, quanto no longo

“A análise não deve se limitar ao volume de recursos, mas considerar a qualidade das decisões no planejamento, seleção e execução”

prazo, ao ampliar a produtividade e estimular o investimento privado. Esse aspecto é particularmente relevante no nível subnacional, onde estados e municípios respondem por uma parcela significativa do esforço de investimento público.

Nesse contexto, persistem gargalos institucionais que afetam a qualidade do gasto, como limitações nos processos que compõem o ciclo de projetos. Considerando esses fatores, examina-se a dinâmica recente dos investimentos públicos nos estados e os instrumentos apoiados pelo Banco Mundial, em particular reformas associadas a financiamentos de políticas públicas (*Development Policy Financing* – DPFs) e iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão pública, como o Programa Progestão.

POR QUE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS ENTREGAM MENOS DO QUE PODERIAM

Os governos subnacionais desempenham papel central na dinâmica do investimento público brasileiro. Estados e municípios respondem por aproximadamente dois terços do investimento público total do país, o que torna a qualidade da gestão subnacional um fator decisivo para o desempenho agregado do investimento público. Em termos setoriais, cerca de três quartos do investimento estadual se concentram em infraestrutura, especialmente em transporte, água e saneamento e energia, setores intensivos

3 Gustavo Covolan Bozzetti, Especialista em Setor Público, Banco Mundial Carolina Luisa Vaira, Especialista Sênior em Governança, Banco Mundial no Brasil

4 BANCO MUNDIAL, 2022. A Avaliação da Infraestrutura no Brasil: Relatório Síntese Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099140006292213309/pdf/P1745440133da50c0a2630ad342de1ac83.pdf>

5 FMI, 2018. Relatório de Assistência Técnica: Avaliação da Gestão do Investimento Público. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/publications/cr/2018/portuguese/cr18249-brazilta-p.pdf>

em capital, com longos horizontes de maturação e complexidade técnica e institucional⁶.

Apesar dessa relevância, o nível de investimento em infraestrutura pública no Brasil permanece baixo em comparação internacional. Entre 2003 e 2022, o investimento público em infraestrutura se manteve constante, atingindo cerca de 2% do PIB no último ano da série. Estimativas indicam que seria necessário um esforço médio de aproximadamente 3.7% do PIB por uma década para reduzir o déficit de infraestrutura acumulado no país⁷.

Evidências nacionais e internacionais sugerem que o baixo desempenho dos investimentos públicos decorre, sobretudo, de limitações nas etapas iniciais do ciclo do projeto, e não apenas de problemas de execução. Na América Latina, aproximadamente 79% dos projetos de infraestrutura apresentam atrasos significativos⁸, refletindo deficiências na preparação técnica, na coordenação institucional e na previsibilidade do financiamento. O custo dessa ineficiência mede-se também em empregos que não se materializam. No Chile, a expansão do metrô de Santiago elevou os salários dos trabalhadores das áreas beneficiadas em até 50%⁹; no México, o Programa Hábitat¹⁰ aumentou emprego local e a lucratividade de pequenas empresas em até 7%. Esses resultados dependem de projetos

“Investimentos bem governados constituem um dos principais alicerces para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente”

tecnicamente preparados e financeiramente previsíveis, exatamente o que as reformas de gestão do investimento público (GIP) buscam construir nos estados brasileiros.

O diagnóstico conduzido pelo grupo de trabalho sobre GIP do CONSEPLAN em 2024 aponta limitações semelhantes no contexto brasileiro. As Diretrizes de GIP¹¹ elaboradas pelo grupo destacam a necessidade de maior integração entre planejamento, orçamento e execução, além do fortalecimento de critérios técnicos e climáticos, e outros arranjos institucionais que influenciam diretamente o desempenho do investimento público.

Ao mesmo tempo, a experiência recente revela aprendizados institucionais importantes. Iniciativas anteriores, como o PAC e o PPI, contribuíram para avanços pontuais na governança de investimentos, mas também evidenciaram que ganhos sustentáveis de eficiência exigem reformas sistêmicas, e não apenas soluções programáticas. Avanços mais recentes, como os associados ao Plano Integrado de Infraestrutura de Longo Prazo (PILPI), sinalizam uma inflexão ao priorizar funções estruturantes da gestão do investimento, como o planejamento de longo prazo, a definição de critérios técnicos e a avaliação socioeconômica, criando bases mais sólidas para a institucionalização da GIP como política de Estado.

6 Op. Cit. Banco Mundial, 2022.

7 Fall, F., P. Fialho and T. Huang (2024), “Scaling-up infrastructure investment to strengthen sustainable development in Brazil”, OECD Economics Department Working Papers, No. 1790, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/47d65b26-en>.

8 BANCO MUNDIAL, 2024. Drivers of Delays in Procurement of Infrastructure Projects. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/f7f49cae-f0a6-44af-9bf1-bb6ed45e605d>

9 Perez et al. (2022), Urban Transit Infrastructure: Spatial Mismatch and Labor Market Power

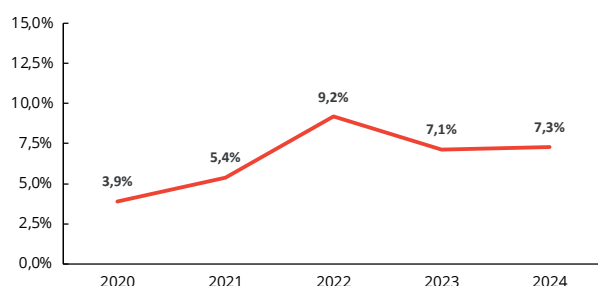
10 McIntosh, Craig (UC San Diego), Local Infrastructure Investment and the Private Sector: Evidence from a Randomized Trial, presented at the World Bank Infra4Dev Conference, March 2022.

11 Acesso em: <https://conseplan.org.br/diretrizes-de-gestao-de-investimentos-publicos/>

O PANORAMA RECENTE DOS INVESTIMENTOS ESTADUAIS

A partir de 2022, os estados brasileiros ampliaram seus investimentos em um contexto de melhora das receitas fiscais, maior espaço para operações de crédito e retomada gradual do investimento público após um período de retração.

Taxa de investimentos média dos estados (2020–2024)



Fonte: Siconfi, 2026

Apesar desse avanço, a heterogeneidade entre os estados permanece elevada. Diferenças na maturidade dos projetos, na capacidade técnica das equipes, na coordenação entre órgãos e na integração entre planejamento e orçamento continuam a influenciar de forma decisiva os resultados alcançados. Persistem lacunas na priorização estratégica, na seleção e na avaliação de projetos, bem como desafios na articulação entre planejamento, orçamento e execução.

A experiência recente reforça que o aumento do volume de investimentos, isoladamente, não assegura maior impacto socioeconômico. Resultados mais consistentes tendem a estar associados à investimentos que compartilham elementos institucionais comuns, como:

- (i) maior rigor na preparação técnica;
- (ii) integração entre planejamento e orçamento;
- (iii) arranjos de governança mais claros; e

(iv) previsibilidade de financiamento ao longo do ciclo do investimento.

Esses elementos oferecem um referencial prático para orientar reformas nos estados e reduzir a dependência de soluções *ad hoc*.

REFORMAS INSTITUCIONAIS E INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO

Nos últimos anos, reformas apoiadas pelo Banco Mundial por meio de DPFs¹² têm contribuído para o fortalecimento da GIP em diversos estados brasileiros. Essas reformas atuam diretamente sobre regras, processos e capacidades institucionais, promovendo melhorias duradouras no planejamento, na priorização e na governança dos projetos. *No Brasil, onde dois terços do investimento público se concentram nos estados e municípios – com 75% direcionado à infraestrutura, setor de alto potencial de geração de emprego –, as reformas apoiadas pelo Banco Mundial via esses instrumentos criam as condições para que esse potencial se realize.*

Entre as medidas adotadas, destacam-se a implementação de marcos institucionais e regulatórios com abordagem integrada para todo o ciclo do investimento, da identificação e preparação à avaliação *ex post*, e a substituição de decisões discricionárias por processos estruturados, baseados em critérios técnicos. Esses avanços contribuem para direcionar investimentos para projetos com maior potencial de geração de empregos e dinamização econômica. As reformas também reforçam o rigor na preparação dos projetos, por meio de critérios formais de elegibilidade, artefatos padronizados e avaliações de viabilidade socioeconômica, fiscal e técnica, aplicáveis a diferentes

12 Nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande Do Sul, entre outros.

modalidades de financiamento, incluindo parcerias público-privadas e operações de crédito.

Elemento central desse esforço é a criação de bancos de projetos tecnicamente viáveis, que apoiam o monitoramento das carteiras e a integração entre planejamento e orçamento. Soma-se a isso a clarificação de papéis institucionais entre órgãos centrais e setoriais e a incorporação sistemática de riscos climáticos no ciclo do investimento. Essas mudanças são complementadas por iniciativas de assistência técnica e fortalecimento de capacidades, apoiadas pelo Programa Progestão¹³.

O Progestão, por meio de seu subcomponente de GIP, busca fortalecer a eficiência e a qualidade do investimento público a partir da consolidação de sistemas e metodologias baseadas em evidências. As atividades financiadas incluem o desenvolvimento de sistemas digitais de gestão do investimento, a criação de bancos de projetos e mecanismos de gestão de carteiras, a integração de instrumentos de monitoramento de concessões e parcerias público-privadas e o aprimoramento do acompanhamento das transferências intergovernamentais. Em conjunto, essas iniciativas contribuem para reduzir atrasos e sobrecustos, melhorar a execução do orçamento de capital e reforçar a transparência das políticas de investimento e contribuindo para a criação de condições mais favoráveis à geração de renda no longo prazo. O subcomponente também apoia iniciativas de capacitação institucional e gestão da mudança, incluindo treinamento de equipes

“O Progestão busca fortalecer a eficiência a partir de sistemas e metodologias baseadas em evidências”

estaduais e municipais, desenvolvimento de ferramentas de análise de dados para auditoria e prevenção de irregularidades e revisões periódicas de gastos públicos.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O Brasil dispõe hoje de diagnósticos consistentes, instrumentos testados e experiências concretas no âmbito subnacional. A convergência entre análises técnicas, instrumentos de financiamento orientados a resultados e iniciativas lideradas pelos próprios estados cria uma oportunidade concreta de institucionalizar a gestão do investimento público como política de Estado com impactos diretos sobre emprego e renda. Melhor seleção de projetos e maior previsibilidade financeira evitam paralisações que podem afetar postos de trabalho, reduzem custos e ampliam o impacto econômico dos investimentos. A janela aberta pelas Diretrizes do CON-SEPLAN é, portanto, também um vetor de transformação dos recursos existentes em mais e melhores empregos, qualificados e sustentáveis ao longo do tempo.

Para os estados brasileiros, avançar na qualidade dos investimentos significa fortalecer capacidades institucionais, aprimorar a coordenação intergovernamental e assegurar que recursos escassos sejam convertidos em ativos públicos duráveis e em benefícios socioeconômicos tangíveis. Investimentos bem governados constituem, assim, um dos principais alicerces para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente. ●

13 As operações em Alagoas (P177070), Mato Grosso (P178339), Piauí (P178663), Acre (P179046), Tocantins (P179088), Rio Grande do Sul (P181608), Pernambuco (P511440) e Sergipe (P513080) já aprovadas; e em Amazonas, Amapá, Minas Gerais e Goiás em preparação, totalizando US\$773.5 milhões em financiamento.



Programas de racionalização de investimentos públicos¹

A racionalização dos programas de investimento público não deve ser entendida como um mero ajuste fiscal, mas como um instrumento estratégico de governança e eficiência do gasto. Em contextos de restrição orçamentária, carteiras excessivamente amplas e mal financiadas geram atrasos crônicos, elevação de custos e postergação dos benefícios sociais e econômicos esperados.

O processo estrutura-se em etapas: limpeza administrativa da base de projetos; levantamento técnico do portfólio com base em critérios objetivos como atrasos, estouros de custo, baixa execução ou desalinhamento com prioridades vigentes; e análise aprofundada dos projetos identificados, definindo estratégias de reestruturação, reescalonamento, suspensão ou cancelamento, sempre considerando riscos legais, financeiros, ambientais e sociais.

Experiências internacionais demonstram que a racionalização produz ganhos relevantes quando conduzida de forma técnica e transparente. A Turquia² revisou seu programa de investimentos no início dos anos 2000, eliminando projetos de baixa prioridade e resultando em um portfólio mais enxuto e financeiramente

sustentável. A Romênia³ utilizou critérios objetivos de desempenho para identificar projetos problemáticos e fundamentar decisões de correção ou encerramento. A Ucrânia⁴ criou uma Comissão Interagências de Investimentos Públicos.

O instrumento jurídico adequado dependerá do arcabouço institucional e regulatório de cada estado, não existindo procedimento padronizado internacionalmente. Devem-se considerar as obrigações legais e contratuais vigentes e as potenciais consequências do processo.

Quando bem conduzida, a racionalização não apenas libera espaço fiscal, mas melhora a qualidade do investimento público e reforça os sistemas de planejamento e gestão. Trata-se de um exercício excepcional que deve caminhar junto ao fortalecimento permanente das instituições, garantindo escolhas mais responsáveis e sustentáveis em benefício do interesse coletivo. ●

Carolina Luisa Vaira, Especialista Sênior em Governança, Banco Mundial no Brasil

Gustavo Covolan Bozzetti, Especialista em Setor Público, Banco Mundial

¹ Este artigo foi elaborado com base em nota técnica produzida no âmbito da iniciativa Fortalecimento dos Sistemas de Investimento Público para o Avanço de Infraestrutura Climática Inteligente no Brasil, financiada pelo Fundo Fiduciário QII com apoio do Governo do Japão.

² World Bank. 2007. Turkey: Public Expenditure Review. Washington, DC: World Bank. Available at: <https://documentsinternal.worldbank.org/Search/7332324>

³ The Public Investment Management Reference Guide (Kim, Fallov, and Groom, 2020), World Bank Open Knowledge Repository at <https://openknowledge.worldbank.org>

⁴ Ucrânia. 2015a. Lei nº 288-VIII, de 7 de abril de 2015 – Alterações ao Código Orçamentário da Ucrânia relativas a projetos de investimento estatal. Disponível em: <http://zakon3.rada.gov.ua/laws/show/288-19> e Ucrânia. 2015b. Resolução do Gabinete de Ministros nº 571, de 22 de julho de 2015 – Sobre questões de gestão dos investimentos estatais. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/571-2015-%D0%BF>



Gestão do Investimento Público: do planejamento à entrega de resultados ¹

¹ O Grupo de Trabalho em Gestão do Investimento Público (GTIP) foi instituído em 2023 com o objetivo de disseminar, fortalecer e qualificar as práticas de Gestão do Investimento Público (GIP) nos estados. Sua atuação busca estimular o intercâmbio de experiências, promover a capacitação e fomentar o desenvolvimento técnico de seus integrantes na temática do investimento público, bem como em assuntos transversais correlatos. O GTIP atua sob a liderança do Conseplan, com o apoio do Banco Mundial, Macroplan e de fundos de doação do Governo do Japão voltados à Qualidade em Infraestrutura e Investimentos Públicos (QII – *Quality Infrastructure Investments*).

A gestão de investimentos públicos (GIP) é um componente crucial para o desenvolvimento e crescimento econômico. Espera-se que melhorias na GIP aumentem a eficiência e a eficácia dos investimentos, com impactos na produtividade dos países e na redução de custos de operação, bem como sua contribuição para o alcance das metas de desenvolvimento (serviços públicos, resultados sociais).

Há evidências que confirmam que o aumento em infraestrutura de qualidade está associada ao maior crescimento (BIRD, 2020), o que explica a centralidade do investimento público no desenvolvimento. Ressalta-se também que a gestão intensiva de ativos busca garantir que eles desempenhem sua função ao longo de toda a sua vida útil. Para isso, é necessário monitorar continuamente a qualidade desses ativos.

Outro ponto em destaque é o impacto que tais investimentos geram aos cofres públicos pós entrega, em outras palavras os custos necessários à operação e manutenção dos mesmos. Isto é, o funcionamento adequado (mão-de-obra e insumos e materiais) e manutenção também são aspectos fundamentais para potencialização dos resultados.

Ademais, ao racionalizar a carteira, os governos liberam espaço fiscal e conseguem financiar melhor os projetos que de fato geram maior impacto para o desenvolvimento econômico e social.

As experiências internacionais em gestão do investimento público descritas na literatura evidenciam, embora com enfoques diferentes, que a construção de arranjos institucionais robustos depende da articulação entre planejamento, critérios técnicos, assim como mecanismos de governança capazes de coordenar múltiplos atores estatais. Os países como Coreia do Sul, Chile e Reino Unido são identificados como referências por terem desenvolvido sistemas que integram avaliação *ex-ante*, seleção e priorização de projetos com base em metodologias consolidadas, bem como instrumentos de monitoramento e avaliação *ex-post*, o que contribui para elevar a qualidade e a eficiência do gasto em infraestrutura.

Gestão de investimento público: eficácia e valor

A Gestão de Investimentos Públicos (GIP) é o motor do crescimento econômico, transformando recursos em infraestrutura de qualidade e serviços sociais eficientes

Investimento qualificado impulsiona o crescimento

Infraestrutura de qualidade aumenta a produtividade nacional e reduz custos operacionais do Estado



Fazer o projeto certo (Eficácia)

Seleção baseada em viabilidade socioeconômica, alinhamento estratégico e rigor técnico antes de empenhar recursos.



Fazer da maneira certa (Eficiência)

Gestão rigorosa de prazos, custos e manutenção para maximizar a vida útil e os resultados dos ativos.

VALOR PÚBLICO

Referências globais de governança robusta



Coreia do Sul



Chile



Reino Unido

Modelos de integração entre planejamento e monitoramento

Racionalização para liberar espaço fiscal



Priorizar projetos de maior impacto permite financiar o desenvolvimento social sem comprometer a integridade fiscal.

No caso sul-coreano, a literatura enfatiza o papel de instituições centrais fortes e de um arcabouço normativo estável, que ao longo de décadas permitiram o aperfeiçoamento contínuo do sistema de investimentos, alinhando projetos às estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento.

Ressalta-se que as experiências como o banco de projetos chileno e as diretrizes de avaliação britânicas ilustram, também, a relevância de arranjos institucionais que combinam capacidade técnica, transparência na seleção de investimentos e instrumentos de capacitação de técnicos e gestores, oferecendo parâmetros concretos para a formulação de um modelo brasileiro de gestão do investimento público ancorado em boas práticas internacionais.

Destaca-se também que estas iniciativas são impulsionadas pelos organismos multilaterais. No Brasil, os estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins e Rio Grande do Sul possuem ou possuíram financiamentos com o Banco Mundial (BIRD) para estruturar suas GIPs.

Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da ONU mantém a “Red de los Sistemas Nacionales de Inversión Pública de América Latina e do Caribe (RedSNIP)” ativa, contando com 16 países dos 33 da América Latina como membros. Ademais, Chile, Costa Rica, Peru e República Dominicana lideram a América Latina como melhores práticas e são destaque nas conferências da CEPAL expondo “como fazem” e sua evolução ao longo do tempo.

Cabe destacar também, dentro do contexto geral, a dicotomia entre “Fazer o Projeto Certo” e “Fazer o Projeto da Maneira Certa” que tem origem na gestão de projetos do setor privado. E em especial, na distinção entre eficácia (escolher e justificar o investimento no projeto alinhado à estratégia, apoiado em um *business case* robusto e em bom *front-end loading*) e eficiência (executar esse projeto com rigor técnico, prazos, custos e escopo controlados).

No contexto de grandes investimentos, organismos como a *Infrastructure and Projects Authority* britânica mostram que “fazer o projeto certo” passa por um processo estruturado de *business case* que responde se há necessidade estratégica, viabilidade econômica e social, exequibilidade comercial e capacidade de entrega, antes de comprometer recursos relevantes.

Já “fazer o projeto da maneira certa” corresponde à etapa em que, uma vez selecionado o projeto, entram em cena metodologias, governança e práticas de execução que maximizam produtividade e minimizam riscos, traduzindo em resultados concretos o valor antecipado no *business case*.

Essa lógica pode ser adaptada à Gestão de Investimentos em Projetos (GIP) no setor público, substituindo a ótica puramente comercial por critérios de valor público (impacto social, equidade, sustentabilidade, integridade fiscal), de modo que a combinação entre escolher políticas e investimentos “certos” e implementá-los “da maneira certa” se torne um eixo de racionalidade e *accountability* na ação estatal.

AS DIMENSÕES DA GIP – DA CONCEPÇÃO À AVALIAÇÃO EX-POST

O modelo de Gestão do Investimento Público (GIP) em evidência, recomendado aos entes subnacionais, está fundamentado nas melhores práticas e metodologias nacionais e internacionais, alinhando-se a padrões reconhecidos de eficiência, governança e qualidade do gasto público e se organiza em cinco etapas estruturantes. Além dessas etapas, incorpora uma dimensão adicional voltada à governança, considerada essencial para assegurar a coerência, a coordenação institucional e a efetividade do processo decisório ao longo de todo o ciclo do investimento.

A **primeira etapa** do modelo é a etapa de **Ideação e Concepção** de Projetos, cujo objetivo é elaborar as propostas de projetos de investimentos.

A **segunda etapa** do modelo é a etapa de **Avaliação Prévia**, cujo objetivo é analisar e validar os estudos de viabilidade do projeto de investimento por

uma equipe independente, de acordo com o nível de complexidade requerido.

A **terceira etapa** do modelo é a etapa de **Priorização, Seleção e Orçamentação**, a qual tem como objetivo priorizar os projetos de investimento para, então, submetê-los à aprovação pelo Governo.

A **quarta etapa** do modelo é a etapa de **Execução do Investimento**, cujo objetivo é implementar o projeto de investimento aprovado pelo(a) Governador(a).

A **quinta e última etapa** do modelo é a etapa de **Avaliação Ex-Post do Investimento**, cujo objetivo é avaliar os resultados alcançados, para proporcionar aprendizado e aprimoramento para projetos futuros.

As dimensões acima, que constam do documento **Diretrizes para Modelos Estaduais de Gestão de Investimentos Públicos (GIP)**, produzido no âmbito do **Grupo de Trabalho de Investimento Público (GTIP)** do Conseplan, estabelecem ainda

O CICLO DA GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO (GIP): DA CONCEPÇÃO AO RESULTADO

Apresentar as cinco etapas estruturantes da GIP e sua importância para a eficiência e eficácia do gasto público. O modelo fundamenta-se em melhores práticas internacionais para transformar o planejamento em entregas tangíveis.



GOVERNANÇA TRANSVERSAL

Dimensão essencial que coordena instituições para evitar sobreposição de esforços e otimizar recursos.

EFICÁCIA VS. EFICIÊNCIA

O modelo equilibra "fazer o projeto certo" (estratégia) com "fazer da maneira certa" (execução)

INTEGRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

INSTRUMENTO	PAPEL DA GIP
PPA (Plano Plurianual)	Vinculação obrigatória para alinhamento das políticas públicas
LDO (Dir. Orçamentárias)	Filtro regulatório que define metas e restrições fiscais
LOA (Lei Orçamentária)	Materialização do projeto de investimento sob a forma de Ação

que a **governança** do processo e a coordenação entre diferentes órgãos é crucial para evitar sobreposição de esforços, otimizar recursos, garantir a coerência e potencializar os resultados e impacto das ações governamentais. Para isso, é importante que se defina com clareza os papéis e responsabilidades das instituições envolvidas nas práticas de GIP, visando dotar os tomadores de decisão (em uma última instância o(a) governador(a)) da informação mais qualificada sobre os projetos de investimentos.

INTEGRAÇÃO DA GIP COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PÚBLICO

O processo de gestão do investimento público não ocorre de forma isolada no âmbito da administração pública. Ao contrário, está intrinsecamente articulado aos demais instrumentos estruturantes e obrigatórios da gestão governamental – o Planejamento de Longo Prazo (PLP), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Parte-se do princípio de que todo o planejamento – de longo, médio e curto prazo – se materializa por meio de projetos e atividades, os quais geram resultados concretos e promovem o bem-estar social.

O **Planejamento de Longo Prazo (PLP)** estabelece as diretrizes e os elementos necessários para a identificação dos projetos de investimentos que serão avaliados e priorizados pela Gestão do Investimento Público (GIP) no tempo oportuno. Assim, a GIP é a ferramenta que traduz os grandes objetivos macroeconômicos e sociais do PLP em entregas tangíveis.

Nos estados que não dispõem desse instrumento de planejamento, as diretrizes e os planos de governo, bem como os planos setoriais, constituem insumos fundamentais para subsidiar o processo de gestão do investimento público.

No que se refere ao **Plano Plurianual (PPA)**, é regra estabelecida que todo projeto submetido aos processos de avaliação e priorização esteja vinculado a um Programa do PPA. Essa vinculação assegura o alinhamento da execução com o planejamento público. Não poderia ser diferente: as prioridades definidas no PPA refletem o atendimento às necessidades identificadas pela sociedade, e a execução dos projetos representa a materialização dessas diretrizes no âmbito das políticas públicas.

Nesse encadeamento, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (DLO)** atua como a ponte legal e tática entre o PPA e a LOA. É neste instrumento que se

Fluxo de integração: da estratégia ao investimento



definem as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte, operando como um filtro regulatório fundamental. Dessa forma, a LDO estabelece os parâmetros e as restrições fiscais para decidir quais projetos, previamente analisados e priorizados no âmbito da Gestão do Investimento Público (GIP), terão efetivamente espaço para compor a Lei Orçamentária Anual.

A **Lei Orçamentária Anual (LOA)** constitui o elo mais direto com o elemento que fundamenta a Gestão do Investimento Público (GIP): o projeto de investimento, materializado no orçamento sob a forma de Ação.

O alinhamento entre o projeto no âmbito da Gestão do Investimento Público (GIP) e os instrumentos de planejamento é indispensável e obrigatório, de modo a assegurar a coerência e a integridade dos processos.

A IMPLEMENTAÇÃO DA GIP NOS ESTADOS

Nos estados brasileiros, a Gestão do Investimento Público (GIP) vem sendo gradualmente estruturada por meio de iniciativas que se encontram em distintos estágios de implementação. Esse processo tem sido orientado e impulsionado tanto pelo fortalecimento da capacidade de gestão local quanto pela incorporação de boas práticas difundidas por instituições multilaterais.

O estado do Ceará iniciou, em 2017, o processo de estruturação da gestão do investimento público e, desde então, vem consolidando os instrumentos necessários à efetiva utilização do modelo. Atualmente, já dispõe do arcabouço institucional, metodológico e operacional requerido para a implementação da GIP em todas as etapas do ciclo do investimento.

O Estado conta com metodologia própria desenvolvida e revisada, um sistema informatizado de gestão do investimento público, o Decreto No. 35.504, de 15 de junho de 2023 que regulamenta o modelo, o Grupo Técnico de Gestão do Investimento Público (GTI), que dispõe de regimento próprio e atua como instância independente na avaliação de projetos e

guardião da metodologia, além de cursos em formato EAD para capacitação continuada. Dispõe, ainda, de uma estrutura de governança que inclui o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf), fortalecendo a coordenação, a qualidade do gasto e a orientação para resultados. Os projetos da área de recursos hídricos têm sido o foco para implementação da metodologia até o presente momento.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Gestão Integrada de Investimentos Públicos (GIIP) vem sendo desenvolvida em duas frentes. A primeira contempla atividades preparatórias e estruturantes, com avanços nos campos da governança, do arcabouço normativo e da arquitetura de processos. A segunda envolve a captação de financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no montante de 7,3 milhões de dólares, destinado ao desenvolvimento da GIIP por meio do aprimoramento de ferramentas e equipamentos informacionais e da qualificação das equipes.

O Estado do Piauí consolidou sua metodologia própria de Gestão de Investimento Público (GIP), originalmente concebida a partir de diagnósticos e consultorias realizados em anos anteriores. Em consonância com o princípio da melhoria contínua, a SEPLAN-PI realizou uma fase interna de testes utilizando projetos reais da plataforma vigente no estado (SIMO) e incorporou diretrizes do fórum da CONSEPLAN de dezembro de 2025, identificando a necessidade de tornar os processos de priorização e seleção mais robustos.

Os principais gargalos detectados referiam-se à subjetividade dos critérios de escolha das intervenções. Diante desse desafio, durante o primeiro bimestre de 2026, as equipes técnicas dedicaram-se a converter esses parâmetros em indicadores objetivos e tangíveis, fundamentados em dados socioeconômicos estaduais (como IDH e PIB municipal). Essa mudança visa garantir uma hierarquização técnica precisa, onde as notas atribuídas aos projetos reflitam fielmente seu impacto estratégico e subsidiem a formação de um Banco de Projetos consistente para o Estado.

Esta revisão metodológica está em fase de conclusão e será publicada em breve, seguida pela execução de testes-piloto com projetos reais. O novo sistema operará de forma integrada ao SIMO, que atualmente contempla apenas a fase de execução. Com essa integração, o Piauí passará a gerir todo o ciclo de vida do investimento, abrangendo desde a ideação e concepção e a avaliação prévia até a priorização, seleção e a sistemática de avaliação ex-post.

As tratativas para a formação do Grupo Técnico de Investimentos (GTI) estão previstas para ocorrer ainda este ano, assim como a implantação total do sistema no estado do Piauí.

Além desses, outros estados vêm desenvolvendo estudos para implementação gradual da GIP ou promovendo a adequação dos seus processos de planejamento e execução de investimentos às diretrizes de avaliação e priorização de projetos.

O GRUPO DE TRABALHO DE INVESTIMENTO PÚBLICO (GTIP) DO CONSEPLAN

O Grupo de Trabalho em Gestão do Investimento Público (GTIP) foi instituído em 2023 com o objetivo de disseminar, fortalecer e qualificar as práticas de Gestão do Investimento Público (GIP) nos estados. Sua atuação busca estimular o intercâmbio de experiências, promover a capacitação e fomentar o desenvolvimento técnico de seus integrantes na temática do investimento público, bem como em assuntos transversais correlatos. O GTIP atua sob a liderança do Conseplan, com o apoio do Banco Mundial, Macroplan e de fundos de doação do Governo do Japão voltados à Qualidade em Infraestrutura e Investimentos Públicos (QII – *Quality Infrastructure Investments*).

Um dos principais produtos desenvolvidos no âmbito do GTIP foi o diagnóstico da gestão do investimento público nos estados, elaborado a partir de uma ampla pesquisa qualitativa. Esse diagnóstico tornou-se referência para a definição das ações do grupo, ao identificar lacunas e orientar iniciativas voltadas ao fortalecimento e à ampliação do apoio à

implementação da metodologia de Gestão do Investimento Público (GIP). O estudo também subsidiou a elaboração das **Diretrizes para Modelos Estaduais de Gestão de Investimentos Públicos (GIP)**.

As Diretrizes estão fundamentadas em práticas e modelos internacionalmente reconhecidos e têm como objetivo servir de referência aos governos estaduais na seleção, priorização e execução eficiente de projetos de investimento, abrangendo todo o processo – da etapa de ideação à avaliação ex post. O documento constitui um amplo arcabouço de referências nacionais e internacionais sobre os elementos que compõem o ciclo do investimento, incorporando ainda *insights*, práticas e ferramentas de Gestão do Investimento Público (GIP) adotadas pelos estados, bem como orientações práticas para a implementação das Diretrizes.

Para o ano de 2026, o GTIP, com o apoio do Banco Mundial e do Conseplan, está desenvolvendo, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), um programa de trilhas de capacitação em gestão do investimento público. A iniciativa é voltada a servidores públicos que atuam nas áreas de planejamento, concepção e monitoramento de projetos, contemplando desde uma visão geral da gestão do investimento público até temas específicos e transversais à GIP. Essa ação responde a demandas identificadas junto aos estados, relacionadas à necessidade de programas estruturados de capacitação com foco na qualificação da gestão do investimento público.

Além dessa iniciativa, o GTIP, em parceria com o Banco Mundial, está elaborando um documento que reúne e sistematiza as principais recomendações e normativos de organismos nacionais e internacionais sobre a incorporação das mudanças climáticas na preparação e concepção de projetos de investimento. A publicação tem como objetivo apoiar gestores estaduais e nacionais na adoção de práticas mais alinhadas à agenda climática, contribuindo para investimentos públicos mais sustentáveis e resilientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do volume de investimentos estaduais nos últimos anos pode, se não for adequadamente gerido, resultar em um aumento proporcional de falhas na execução dos projetos, como atrasos, paralisações, benefícios socioeconômicos inferiores ao planejado e desvios de orçamento. Essa é uma oportunidade para a gestão do investimento público atuar desde a fase de preparação dos projetos e promover avaliações independentes de viabilidade, sendo capaz de mitigar significativamente esses riscos e de

maximizar o retorno sustentável dos investimentos, assegurando a aplicação eficiente e efetiva dos recursos públicos.

Diante desse contexto, o fortalecimento da gestão do investimento público torna-se elemento-chave para alinhar planejamento, orçamento e resultados de longo prazo e deve integrar de forma estratégica a agenda da gestão pública voltada à otimização dos recursos e ao alcance de resultados. Assim, a alta gestão desempenha um papel fundamental ao promover, disseminar e tratar o tema com a prioridade e a relevância exigidas.

Diretrizes para Modelos Estaduais de Gestão de Investimentos Públicos (GIP)

1. CICLO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS				
a. Ideação e Concepção	b. Avaliação Prévia	c. Priorização, Seleção e Orçamentação	c. Priorização, Seleção e Orçamentação	d. Avaliação Ex-post
GIP01 – Entrada unificada e requisitos	GIP04 – Ferramentas de análise econômica	GIP07 – Carteira priorizada	GIP12 – Monitoramento da execução	GIP15 – Manutenção de ativos
GIP02 – Riscos climáticos	GIP05 – Análise de (pré)viabilidade	GIP08 – Orçamento plurianual	GIP13 – Gestão de custo	GIP16 – Avaliação ex-post
GIP03 – Triagem na setorial	GIP06 – Avaliação climática	GIP09 – Marcadores de sustentabilidade	GIP14 – Racionalização da carteira	
		GIP10 – Comparação de projetos		
		GIP11 – Documentação completa		
2. GOVERNANÇA				
GIP17 – Objetivos de GIP	GIP18 – Fluxo de Projetos e Arranjo Institucional	GIP19 – Normativos	GIP20 – Banco de projetos	
3. CAPACIDADES (sistema)		3. CAPACIDADES: (pessoas)		
GIP21 – Sistema integrado de GIP	GIP22 – Integração de custos	GIP23 – Programas de treinamento	GIP24 – Cultura de GIP	GIP25 – Rede Comunidade de Práticas

BANCO DE PROJETOS OU CARTEIRA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

O Banco de Projetos ou Carteira de Projetos Estratégicos, consiste em um conjunto de projetos estruturantes alinhados às prioridades do governo, que oferece aos gestores públicos uma visão integrada e consolidada das iniciativas governamentais, orientadas ao alcance de resultados no curto, médio e longo prazos. Trata-se de uma ferramenta essencial para a alavancagem de recursos, a viabilização de parcerias e o direcionamento das ações governamentais, bem como para o estabelecimento de diretrizes estratégicas da administração pública estadual.

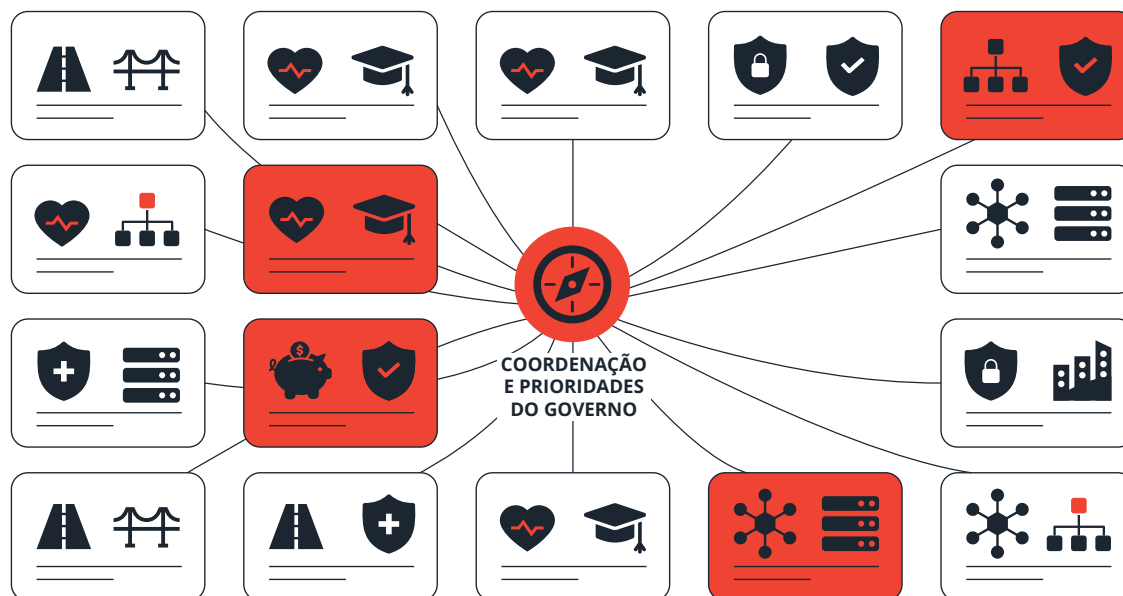
Além disso, o Banco de Projetos configura-se como um importante instrumento de apoio à gestão, ao fornecer subsídios às áreas de planejamento, orçamento, avaliação de projetos, captação de recursos,

parcerias público-privadas, dentre outras funções estratégicas.

No contexto da implementação gradual da gestão do investimento público, vários estados brasileiros têm optado por iniciar esse processo pela estruturação do Banco de Projetos e nesse sentido, já dispõem, ou encontram-se em fase de estruturação, de carteiras de projetos estratégicos de investimento, utilizadas como instrumentos de priorização e coordenação das iniciativas governamentais.

Diante desse cenário, para o Grupo de Trabalho de Investimentos Públicos (GTIP), é altamente recomendável que os estados procedam a estruturação de uma carteira de projetos estratégicos, como etapa fundamental do processo de implementação planejada da gestão do investimento público. ●

CARTEIRA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS





ESTADOS PLANEJAM O FUTURO DO PAÍS



Acre: o planejamento de longo prazo orientando as decisões e investimentos do presente

● Elynalia de Lima, Seplan/AC

No período de 2023 a 2025, o Governo do Estado do Acre, seguindo sua estratégia de longo prazo, cuja visão de futuro é “Acre, terra de oportunidades, socialmente justo e ambientalmente sustentável”, garantiu investimentos em pautas estruturantes, valorizando a educação e a geração de emprego e renda, com investimentos em urbanização, moradia, segurança pública, agricultura e em programas de segurança

alimentar e nutricional, como o Programa Prato Extra nas escolas.

Como resultado desses investimentos, registramos crescimento socioeconômico no estado, com melhorias nos indicadores educacionais, aumento nas exportações e avanços na sustentabilidade ambiental. Podemos citar como marcador desse crescimento os números projetados para o orçamento do Estado, que saltou de R\$ 8,90 bilhões em

2023 para R\$ 13,82 bilhões em 2026, representando uma variação acumulada de 15,5%.

Nesses últimos três anos, o Estado do Acre consolidou um novo ciclo de políticas públicas orientadas por planejamento estratégico de longo prazo, materializado na **Agenda Acre 10 Anos**, atualmente em processo de alinhamento e integração às diretrizes da **Estratégia Brasil 2050** e da **Estratégia Regional Amazônia 2050** – iniciativas que buscam orientar o desenvolvimento nacional e amazônico nas próximas décadas.

PRATO EXTRA NA EDUCAÇÃO – COMBATENDO A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS

Em 2023, o Acre alcançou a segunda melhor nota do Ideb na região Norte para os anos iniciais do ensino fundamental, com pontuação de 6,1, ficando atrás apenas do Tocantins. Para continuar mantendo as crianças na escola, especialmente aquelas

em situação de vulnerabilidade social, o Governo do Acre implementou o Programa Prato Extra.

Esse é o maior programa social do Governo do Acre, com foco em combater a insegurança alimentar e nutricional e também a evasão escolar. O programa atende 620 escolas em 22 municípios, incluindo os quatro municípios de difícil acesso, beneficiando cerca de 125 mil alunos da rede estadual de ensino. São ofertadas duas refeições diárias para alunos do ensino parcial e três refeições para os alunos do ensino integral, com porções adequadas para cada faixa etária.

Até 2025, foram investidos R\$ 306 milhões na oferta de merenda escolar, provenientes de recursos do Tesouro Estadual, complementados com recursos do FUNDEB, por meio do PNAE. Além disso, mais de 60% dos gêneros alimentícios adquiridos são provenientes da agricultura familiar local.

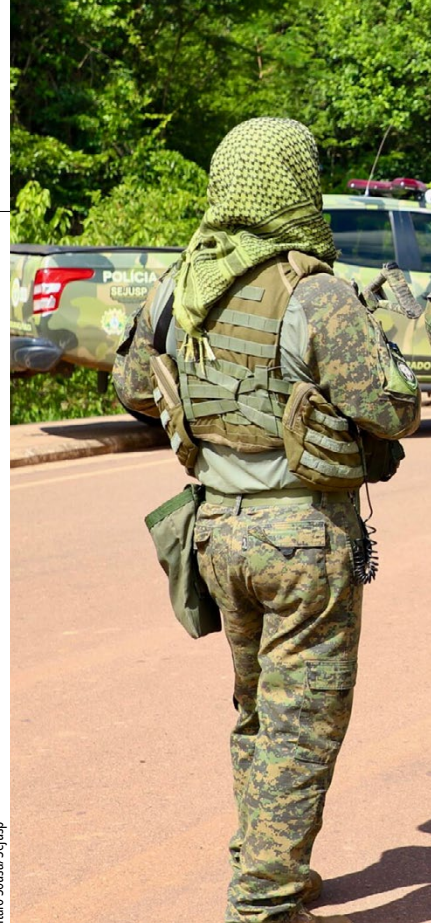


Mardilson Gomes/SEE

Prato Extra é o maior programa social do Governo do Acre, com foco em combater a insegurança alimentar e nutricional e também a evasão escolar



Divulgação



Italo Sousa/Sejusp

A rotina dos hospitais estaduais segue intensa todos os dias, com equipes atendendo cirurgias eletivas, urgências e emergências, mantendo o fluxo de procedimentos e reduzindo o tempo de espera dos pacientes em todo o Acre

SAÚDE HUMANIZADA E EQUIPADA

Na área da saúde, o Estado trabalhou na construção, reforma e ampliação de hospitais especializados na capital e nos municípios. Destacam-se a construção da nova maternidade de Rio Branco, a construção do UNACON e a ampliação e reforma de unidades hospitalares, que somam um investimento de R\$ 242.004.549,46.

Ao longo de 2025, o Governo do Acre consolidou importantes avanços na ampliação do acesso à saúde, com a regionalização dos serviços e respostas às principais demandas da população. Entre as ações de destaque está o Programa

Opera Acre, por meio do qual foram realizadas mais de 43 mil cirurgias.

Esse resultado soma-se à rotina diária dos hospitais estaduais, que continuaram atendendo procedimentos eletivos, urgências e emergências, elevando o volume de cirurgias eletivas e reduzindo o tempo de espera de pacientes em diferentes regiões do estado.

UM SALTO NA SEGURANÇA

De 2023 a 2025, os valores executados em investimentos ultrapassaram R\$ 200 milhões, com importantes entregas à Segurança Pública do Acre, destinadas à valorização profissional, melhoria da infraestrutura das forças policiais, ampliação da frota e modernização da infraestrutura tecnológica, com entrega de equipamentos, armamentos, serviços e tecnologias, garantindo mais eficiência, agilidade e integração das instituições.

Também foram realizados investimentos para o fortalecimento do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer), com aquisição de aeronaves de asa rotativa, construção de hangares e helipontos, além da aquisição de um avião tipo Caravan para apoio às ações do Corpo de Bombeiros e da Saúde.



Ciopaer reforça a Segurança Pública do Acre com aeronaves, pilotos especializados e estrutura moderna

AVANÇOS NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO ESTADO

Na agricultura, foram realizados investimentos para o fortalecimento, consolidação e ampliação das cadeias de valor agroflorestal e agropecuária, com impacto direto na economia e na qualidade de vida das famílias produtoras.

Segundo dados do Índice de Valor Bruto da Produção (VBP), monitorado pelo Governo Federal, entre 2019 e 2025 a produção agrícola do Acre cresceu 101%, demonstrando que as políticas públicas de incentivo à produção têm produzido resultados satisfatórios.

Com recursos próprios e convênios com o Governo Federal, foram investidos, entre 2023 e 2025, mais de R\$ 500 milhões na construção, recuperação e manutenção de ramais e pontes, permitindo maior escoamento dos produtos agropecuários e agroflorestais.

Na pecuária bovina, setor que movimentou R\$ 181 milhões em 2024, o governo avançou em ações estruturantes em 2025 por meio do fortalecimento de programas como o **Programa Pecuária + Eficiente**, voltado à recuperação de pastagens



Divulgação

Melhorias de ramais para o escoamento da produção

degradadas, e o Insemina Mais, que promove o melhoramento genético do rebanho. Como resultado, o rebanho bovino alcançou um total estimado de 5,3 milhões de cabeças.

Outro desafio estratégico do estado foi ampliar a captação de recursos para elevar a produção agrícola sem avançar sobre novas áreas de floresta. Entre 2023 e 2025, o Governo executou aproximadamente R\$ 122 milhões em investimentos produtivos, com destaque para a mecanização rural destinada à agricultura familiar, resultando na ampliação da produção de grãos e de novas culturas, como o café amazônico.

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NO ACRE

Nesse período, programas executados nas áreas de meio ambiente, agricultura e empreendedorismo mobilizaram mais de R\$ 410 milhões em investimentos, consolidando um ciclo que o governo estadual apresenta como base de uma estratégia de desenvolvimento alinhada às discussões nacionais sobre transição ecológica e às agendas de longo prazo.



Pedro Devani

O Anel Viário da Avenida Ceará reduz congestionamentos e melhora o trânsito em Rio Branco

Uma das principais frentes desse movimento está na política ambiental, com iniciativas que somam aproximadamente R\$ 272 milhões, impulsionadas sobretudo pela retomada do financiamento climático internacional para a Amazônia, com destaque para ações apoiadas pelo Fundo Amazônia, Programa REM Acre, Projeto Paisagens Sustentáveis e Cooperação Ambiental Brasil-ONU, entre outros.

AVANÇOS NAS OBRAS PÚBLICAS

Os investimentos na área de infraestrutura para a realização de obras públicas estruturantes contaram com apoio financeiro do Orçamento Geral da União, recursos do Tesouro Estadual e operações de crédito de instituições financeiras nacionais e internacionais.

Entre as obras estruturantes, destacam-se o Anel Viário da Avenida Ceará, a ponte sobre o Rio Acre no município de Xapuri, a ponte sobre o Rio Iaco em Sena Madureira, a duplicação da rodovia AC-405 em Cruzeiro do Sul, a pavimentação da rodovia da Variante, a pavimentação da rodovia que interliga os municípios de Bujari e Porto Acre e a implantação do Arco Metropolitano de Rio Branco, entre outras.

SEPLAN E SEU PAPEL NA CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

O ano de 2023 marcou o lançamento do planejamento de longo prazo do Estado do Acre, materializado pelo Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Acre: Agenda Acre 10 Anos, elaborado sob orientação estratégica da Fundação Dom Cabral.

A agenda de longo prazo deu início a um processo de fortalecimento da cultura de planejamento em todos os órgãos públicos do estado. De igual forma, marcou o compromisso de elaboração de planos de curto, médio e longo prazo em ambiente de ampla participação social.

Nesse contexto, o Estado passou a atuar em apoio aos 22 municípios no processo de elaboração de seus Planos Plurianuais (PPAs), além de colaborar com as ações de planejamento do Governo Federal e do Consórcio da Amazônia Legal, bem como com iniciativas de interação com governos subnacionais do Peru e da Bolívia.

Agenda Acre 10 Anos orienta investimentos e políticas públicas para um Acre mais justo, sustentável e preparado para o futuro

Divulgação



Equipe de servidores da Seplan Acre



Secretário de Planejamento Ricardo Brandão na audiência pública LOA



Governador do Acre, Gladson Cameli

A partir da definição dos objetivos estratégicos da agenda de longo prazo, a Seplan coordenou a contratação de quatro operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), que somadas garantem a disponibilização de mais de R\$ 500 milhões para entregas prioritárias à sociedade, alinhadas à visão de futuro do estado.

ORÇAMENTOS TEMÁTICOS E TRANSPARÊNCIA

Com o compromisso de ampliar a transparência, a participação social e assegurar a efetividade das políticas públicas, foram instituídos orçamentos temáticos.

O Orçamento Sensível ao Gênero (OSG) é uma metodologia que avalia a contribuição dos orçamentos públicos para a equidade entre homens e mulheres. Já o Orçamento Climático, inspirado em referências internacionais, estabelece sete eixos temáticos que vão da bioeconomia à gestão de riscos, além de permitir identificar quanto o Acre investe em sustentabilidade ambiental.

DESTAQUE NACIONAL NA GESTÃO E TRANSPARÊNCIA DE EMENDAS PARLAMENTARES

O Governo do Acre foi destaque nacional em dois importantes indicadores relacionados à execução das emendas parlamentares.

O primeiro reconhecimento veio do desempenho do estado na captação e gestão de recursos

federais via modalidade de aplicação 30 (transferências voluntárias da União), área em que o Acre se consolidou como referência no país, ao manter um índice de efetividade de captação superior a 98% das emendas indicadas.

O segundo destaque foi a posição alcançada pelo Acre no Índice de Transparência e Governança Pública em 2025, quando o estado figurou entre os três únicos do país que prestam contas de forma integral sobre a destinação das emendas parlamentares e o andamento das obras públicas.

Esse avanço na transparência também é resultado do trabalho contínuo de sistematização e alimentação das informações nos portais institucionais do Governo do Estado. Em especial, o site da Secretaria de Estado de Planejamento (seplan.ac.gov.br) reúne dados, relatórios e informações sobre programas, investimentos e execução orçamentária, permitindo que a população e os órgãos de controle acompanhem de forma clara e acessível a aplicação dos recursos públicos.

O futuro do Acre passa novamente pelo planejamento. Com resultados consistentes, entregas inéditas e parcerias que reforçam a capacidade institucional do estado, a Seplan segue orientando os rumos do governo e construindo soluções que dialoguem com o presente sem perder de vista o futuro. O trabalho realizado em 2025 reafirma o compromisso do planejamento do Acre em transformar desafios em oportunidades e assegurar que cada política pública contribua para um estado mais próspero, moderno e preparado para os novos tempos. ●



ALAGOAS

Responsabilidade fiscal e bem-estar da população direcionam aplicação de recursos em Alagoas

● Carol Amorim, Ascom/Seplag

Entre 2023 e 2025, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA 2024–2027), o Governo de Alagoas investiu quase R\$ 6 bilhões no estado, com pico em 2024, segundo a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag). Os recursos foram distribuídos entre diferentes eixos do PPA e se concentraram principalmente em Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Sustentabilidade e Bem-Estar e Estado e Sociedade.

De acordo com o órgão, os investimentos refletem a combinação entre responsabilidade fiscal, aprimoramento da gestão orçamentária e políticas voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios. A estratégia adotada ampliou a arrecadação própria e elevou a capacidade de investimento público.

“Essas evidências fortaleceram a arrecadação e ampliaram a capacidade de investimento público. Esse cenário permite observar a retomada econômica e a construção de bases sólidas para o desenvolvimento de médio e longo prazo”, pontuou Juliana Carla, superintendente de Informações e Cenários da Seplag.



Thiago Sampaio / Secom-AL

Governador Paula Dantas em entrega de obras de mobilidade urbana no município de Monteirópolis, Alagoas

Ainda segundo a superintendente, o Governo de Alagoas direcionou esforços para superar desafios históricos, como deficiências nas áreas de infraestrutura logística e saneamento básico.

“A ampliação e modernização da malha viária, bem como os investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário, reforçam o entendimento de que o desenvolvimento econômico precisa estar associado à melhoria das condições de vida da população. Portanto, a agenda do estado articula crescimento, competitividade e bem-estar social”, reforçou.

EIXOS DE DESTAQUE

Alagoas possui área territorial de 27.830,661 km² e é o terceiro menor estado da Federação, com população de 3.127.683 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. A população está distribuída em 102 municípios, em um território com diferenças geográficas significativas.

Para contemplar essa diversidade, o Governo de Alagoas utiliza o PPA como instrumento de planejamento e definição de investimentos. Entre 2023 e 2025, o plano indicou as áreas que concentraram maior volume de recursos no estado.

O eixo de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, que contempla ações de integração entre Maceió e a Região Metropolitana, habitação, urbanização, infraestrutura logística, energia e gás, concentrou 46,7% do investimento global.

Já o eixo Sustentabilidade e Bem-Estar, que abrange gestão ambiental, recursos hídricos, saneamento e mitigação de desastres naturais, recebeu 24% dos recursos.

O eixo Estado e Sociedade, que reúne políticas de educação, segurança, cultura, esporte, lazer, turismo e desenvolvimento econômico, concentrou 22,4% dos investimentos.

Segundo dados da Seplag, na dinâmica temporal, o eixo Sustentabilidade e Bem-Estar apresentou a maior variação positiva no período de 2023 a 2025,



Lucas Meneses

Litoral Norte de Alagoas, um das regiões turísticas do Estado

com crescimento equivalente a oito vezes o valor inicial. Também se destacam as variações positivas do eixo Gestão Governamental, com 41,3%, e do eixo Estado e Sociedade, com 34,1%.

“O governo de Paulo Dantas tem como base o uso de dados e de evidências para a tomada de decisões, porque entende que dessa forma é possível visualizar as deficiências do estado, identificar onde investir e ampliar programas e projetos. Essa metodologia permite diagnosticar gargalos e investir em áreas que o estado mais precisa. Com mais eficiência e eficácia, o governo não apenas resolve problemas, mas transmite à sociedade a segurança de uma gestão técnica e voltada a resultados”, enfatizou Paula Dantas, secretária de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.

OUTROS INDICADORES

Dados do IBGE e estudos da Seplag reforçam a capacidade de investimento do estado com recursos próprios e indicam crescimento econômico.

Em 2023, Alagoas registrou crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,54%, superando a média nacional. O indicador totalizou valor corrente

de R\$ 89,69 bilhões, dos quais R\$ 80,14 bilhões correspondem ao Valor Adicionado, enquanto os impostos líquidos de subsídios somaram R\$ 9,55 bilhões.

O Valor Adicionado Bruto por atividade econômica também evidenciou esse desempenho, com destaque para a indústria, que registrou crescimento real de 6,77%, a segunda maior evolução entre as unidades da Federação, e para o setor de serviços, com crescimento de 3,70%, ocupando a quinta posição no ranking nacional.

A taxa de desocupação também evidencia o avanço do estado. Entre 2022 e 2024, o índice caiu de 12,00% para 7,60%, redução de 36,67%. O resultado posiciona Alagoas como o quinto maior decréscimo em nível nacional e o primeiro no Nordeste.

“Para acelerar o avanço do esgotamento sanitário, Alagoas tem apostado em concessões via Parcerias Público-Privadas (PPPs). Esse modelo tem se consolidado como ferramenta essencial para ampliar e modernizar a infraestrutura de

Rodrigo Marinho/Ascom Seplag

**Secretária Paula Dantas em reunião de alinhamento na sede da Seplag Alagoas**



Edvan Ferreira/Agência Alagoas

Governador Paulo Dantas durante anúncio do PIB de Alagoas de 2022

saneamento no estado”, informa Phelipe Vargas, secretário especial de Planejamento, Orçamento e Governo Digital da Seplag.

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO

Para universalizar o serviço e solucionar deficiências históricas, o Governo de Alagoas investe R\$319 milhões em convênios voltados à melhoria do saneamento básico. O montante contempla a recuperação e ampliação de sistemas críticos, especialmente na região da Bacia Leiteira, como a adequação da Estação de Tratamento de Água (ETA) e melhorias em municípios como Santana do Ipanema e Belo Monte; a instalação de novas adutoras e reservatórios em Palmeira dos Índios e Quebrangulo; além da implantação de sistema de esgotamento sanitário e de tecnologias de acesso à água em municípios alagoanos.

Para o desenvolvimento do Sistema Coletivo da Bacia Leiteira foram viabilizados convênios para ampliação e modernização, com aportes que somam R\$35.000.000,00 para adequação da ETA e outros R\$121.825.926,82 para obras complementares. O público estimado é de 210 mil habitantes.

Já para a instalação de novas adutoras e reservatórios em Palmeira dos Índios e Quebrangulo foram investidos R\$20.699.456,18. A iniciativa busca reduzir perdas no sistema e ampliar o atendimento em regiões que ainda carecem de acesso regular à água tratada, beneficiando mais de 73 mil alagoanos.

A implantação de tecnologias de acesso à água no semiárido corresponde a investimento global de R\$17.601.273,75. O programa prevê a construção de cisternas de placas e cisternas calçadão, priorizando famílias rurais de baixa renda e comunidades afetadas pela seca.



Felipe Lima/ASCOM SEINFRA

Obra de saneamento básico sendo executada em Alagoas

E outros R\$124.517.720,00 de investimento global foram reservados para obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário, que beneficiária diretamente cerca de 50 mil alagoanos, promovendo redução de doenças de veiculação hídrica e preservação ambiental.

DEMAIS INVESTIMENTOS

Outros investimentos que merecem destaque são o Programa Cartão Escola 10, da Secretaria de Estado da Educação, e a construção das Creches CRIA, coordenada pela Secretaria de Estado da Primeira Infância. Enquanto o Cartão Escola 10 busca combater a evasão escolar, as Creches CRIA oferecem educação de qualidade desde a primeira infância e auxiliam famílias que necessitam de um espaço adequado para as crianças enquanto os responsáveis trabalham.

**Estudantes de escola pública estadual em Alagoas**

Criado em dezembro de 2021, o Cartão Escola 10 é considerado o maior programa de combate à evasão escolar do país, com repasse direto de incentivos financeiros aos estudantes do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos da rede pública estadual. Entre os requisitos estão a matrícula regular e frequência superior a 90%.

O programa contempla três categorias de incentivos que podem ser cumulativas: a Bolsa Retorno, no valor de R\$ 500; a Bolsa Permanência, com



Alexandre Teixeira/ASCOM SEDUC

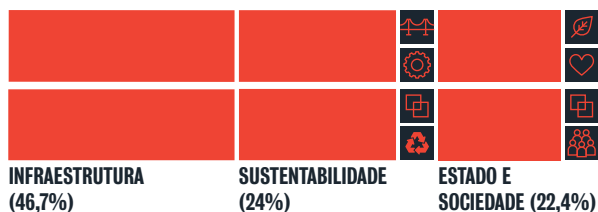
O Programa Cartão Escola 10 soma investimento superior a R\$480 milhões. Em 2023, cerca de 130 mil estudantes receberam o benefício, o que representa 76,4% dos mais de 170 mil matriculados na rede estadual

pagamento mensal de R\$ 100 para estudantes do ensino médio parcial e R\$ 150 para os do ensino integral; e a Bolsa Conclusão, no valor de R\$ 2.000 para concluintes do Ensino Médio. Os estudantes podem receber até R\$ 4.500 por ano.

Desde o lançamento, o programa soma investimento superior a R\$ 480 milhões. Em 2023, cerca de 130 mil estudantes receberam o benefício, o que representa 76,4% dos mais de 170 mil matriculados na rede estadual. O programa trouxe de volta às salas de aula mais de 40 mil alunos que haviam evadido durante a pandemia.

ALAGOAS EM TRANSFORMAÇÃO: O IMPACTO DE R\$ 6 BILHÕES

Distribuição dos Investimentos



PIB DE 3,54% SUPERA A MÉDIA NACIONAL

A indústria alagoana registrou a segunda maior evolução do país, com crescimento de 6,77%



R\$ 480 MILHÕES NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

O Programa Cartão Escola 10 e as 83 novas Creches CRIA garantem o futuro de milhares de jovens



SANEAMENTO BÁSICO RECEBE R\$ 319 MILHÕES

Investimentos em adutoras e esgotamento beneficiam mais de 330 mil habitantes em diversas regiões



Agência Alagoas

Governador Paulo Dantas ao lado da primeira-dama Júlia Brito e da secretária Caroline Leite, em inauguração da creche CRIA de Penedo, Alagoas

“O Cartão Escola 10 não é apenas um auxílio financeiro; é um pacto pela educação. Quando garantimos que esse recurso chegue às mãos do estudante assíduo e comprometido, estamos dizendo que seu esforço vale a pena”, destaca a secretária de Estado da Educação, Roseane Vasconcelos.

Já as Creches CRIA constituem uma política pública integrada de educação infantil com foco em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica. A iniciativa pretende beneficiar diretamente 40 mil crianças ao final das entregas previstas, promovendo desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial desde a gestação e reduzindo o déficit histórico de acesso à educação nessa faixa etária. Até o momento, 83 creches já foram entregues à população.

Entre 2023 e 2025, o volume de investimentos totalizou R\$ 63.451.100,16, evidenciando continuidade orçamentária e priorização da primeira infância no PPA. O modelo de financiamento combina recursos do Tesouro Estadual e parcerias municipais, com valor global previsto de cerca de R\$ 350 milhões.

Entre 2023 e 2025, o volume de investimentos totalizou R\$63.451.100,16, evidenciando continuidade orçamentária e priorização da primeira infância no PPA

Além do impacto educacional, o projeto também atua como dinamizador econômico. Estima-se a geração de 8 mil empregos diretos na fase de operação plena, além de cerca de 40 postos de trabalho por unidade durante a construção.

“As Creches CRIA representam um dos investimentos mais estruturantes do Governo de Alagoas para a primeira infância. Cada unidade entregue é a materialização de um compromisso com o presente e com o futuro de Alagoas”, afirmou a secretária de Estado da Primeira Infância, Caroline Leite. ●



Responsabilidade fiscal e investimento social: o caminho de Alagoas para o crescimento sustentável

Alagoas vive hoje um dos momentos mais consistentes de sua história ao planejar o futuro com propósito, responsabilidade e investimentos que impactam a vida de milhares de alagoanos. Entre 2023 e 2025, aplicamos quase R\$ 6 bilhões em investimentos estruturantes, com responsabilidade fiscal e foco claro em transformar crescimento econômico em melhoria concreta da qualidade de vida.

Esse resultado não é fruto do acaso. É consequência de uma economia que voltou a crescer, com avanço da indústria, fortalecimento do setor de serviços e redução significativa da taxa de desocupação. Quando o Estado cresce acima da média nacional e amplia sua arrecadação com equilíbrio, ganha capacidade de investir mais e melhor.

Priorizamos infraestrutura, habitação, logística e educação, além de outras áreas, porque sabemos que desenvolvimento exige base sólida. Também ampliamos investimentos em saneamento básico, uma área

com déficits históricos, com mais de R\$ 300 milhões em convênios para garantir acesso à água tratada e esgotamento sanitário em diversas regiões. Saneamento é saúde, é dignidade, é proteção ambiental e é redução de desigualdades.

Na educação, fortalecemos políticas que asseguram permanência e oportunidades. O

Cartão Escola 10 tem sido fundamental

para combater a evasão e incentivar nossos jovens a concluírem o ensino médio. Ao mesmo tempo, estamos expandindo as Creches CRIA, investindo na primeira infância e oferecendo suporte às famílias, especialmente às que mais precisam.

Acreditamos que desenvolvimento não se mede apenas por números, mas pelo impacto na vida das pessoas. Por isso, cada investimento é orientado por planejamento, análise de dados e compromisso social. Nosso objetivo é claro: construir um estado mais competitivo, mais justo e com mais oportunidades para todos os alagoanos. ●

“Quando o Estado cresce acima da média nacional e amplia sua arrecadação com equilíbrio, ganha capacidade de investir mais e melhor”

Paula Cintra Dantas, secretária de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) de Alagoas



AMAZONAS

Amazonas transforma investimento industrial em desenvolvimento regional

● **Rebeca Mota**, Sedecti/AM

Desde 2023, o Governo do Amazonas consolidou uma diretriz estratégica clara: transformar o crescimento econômico em desenvolvimento regional sustentável, com a inovação como eixo central. A política parte do fortalecimento do modelo industrial incentivado e avança por meio de um sistema integrado de fundos públicos, os quais convertem investimento da Zona Franca de Manaus em impacto social concreto.

O resultado é um ciclo estruturado e contínuo: atração de indústrias, geração de empregos, formação de capital humano, fomento ao empreendedorismo e estímulo à pesquisa aplicada. Mais do que um instrumento de compensação geográfica, a Zona Franca tornou-se uma política de Estado, capaz de ampliar a base produtiva, fortalecer a arrecadação e reinvestir recursos em educação, ciência, crédito produtivo e infraestrutura, retroalimentando o próprio desenvolvimento.

840 PROJETOS APROVADOS

No centro dessa dinâmica está o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam). Órgão colegiado e técnico, o Codam, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), é responsável por analisar e aprovar projetos industriais que desejam se instalar ou expandir operações no Estado, definindo enquadramentos, incentivos e contrapartidas.

Entre 2023 e 2025, durante a segunda gestão do governador Wilson Lima e sob a condução do secretário Serafim Corrêa, o Codam aprovou 840 projetos industriais, crescimento expressivo em relação ao período anterior, quando foram 673 aprovações. O volume total de investimentos alcançou R\$ 19,94 bilhões. A expansão também se refletiu no emprego: 24.618 novos postos aprovados, superando os 23.382 do ciclo anterior, além do aumento do total de mão de obra prevista, que passou de 34.431 para 36.149 empregos.

Os números indicam mais do que dinamismo econômico. Revelam o fortalecimento da política de atração de investimentos e sua conexão com diretrizes estratégicas do Estado: crescimento econômico com inovação e impacto regional. Mas o que acontece quando um projeto é aprovado?

AS CONTRAPARTIDAS

A aprovação no Codam não significa apenas acesso a incentivos fiscais. Ela estabelece um compromisso. Empresas beneficiadas assumem contrapartidas previstas na legislação estadual e federal, especialmente relacionadas à geração de empregos, investimentos produtivos e aportes financeiros destinados a fundos estratégicos.

Esses recursos, provenientes principalmente da arrecadação de ICMS vinculada ao modelo e de contribuições específicas atreladas ao PIM, alimentam instrumentos estruturantes do desenvolvimento amazonense.



Distrito Industrial

Bruno Leão / Sedecti



Afeam já aplicou mais de R\$ 915 milhões em crédito, totalizando 45.960 operações



Governador Wilson Lima e o secretário Serafim Corrêa

Entre eles está o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas (FTI), que direciona recursos para projetos estruturantes e ações no interior do Estado.

Outro eixo é o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES) administrado pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam). O fundo garante crédito orientado, fortalecendo pequenos negócios, atividades produtivas e cadeias locais.

Há ainda o financiamento integral da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sustentado majoritariamente por recursos vinculados ao modelo Zona Franca.

Essa arquitetura revela um princípio central: parte relevante da riqueza gerada pelo PIM retorna à sociedade por meio de políticas públicas permanentes.

Para o titular da Sedecti, Serafim Corrêa, o incentivo fiscal não é um benefício isolado. Ele faz parte de um modelo que exige responsabilidade. Cada projeto aprovado assume compromisso com

emprego, com investimento e com o financiamento de políticas públicas que alcançam toda a sociedade.

“O que nós estamos fazendo é garantir que a riqueza gerada pelo Polo Industrial retorne para o povo do Amazonas. Retorne em crédito para o pequeno empreendedor, em recursos para o interior, em investimento em pesquisa e inovação. Esse é o sentido do modelo”, afirma.

UEA: A INDÚSTRIA FINANCIANDO CONHECIMENTO

A Universidade do Estado do Amazonas é um dos exemplos mais claros dessa engrenagem. Em 2026, 97,7% do orçamento autorizado da instituição é proveniente da fonte 1599116, de recursos vinculados ao modelo econômico da Zona Franca de Manaus.

Entre 2023 e 2025, os valores empenhados com essa fonte cresceram de R\$ 658,2 milhões para R\$ 890,1 milhões, um avanço significativo que ampliou a capacidade acadêmica, científica e estrutural da universidade.

Hoje, todos os alunos da UEA são atendidos por esses recursos: 20.374 estudantes de graduação e 6.032 de pós-graduação, considerando dados consolidados de 2025.



Bruno Leão/ Secdeti



O que nós estamos fazendo é garantir que a riqueza gerada pelo Polo Industrial retorne para o povo do Amazonas. Retorne em crédito para o pequeno empreendedor, em recursos para o interior, em investimento em pesquisa e inovação. Esse é o sentido do modelo”

Serafim Corrêa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Na prática, isso significa que a política industrial financia diretamente a formação de capital humano, a pesquisa científica e a inovação tecnológica, elementos centrais para diversificação econômica e fortalecimento regional.

Além do orçamento institucional, empresas do PIM também realizam investimentos obrigatórios em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), fomentando parcerias com universidades e centros de pesquisa locais.

CRÉDITO, INTERIORIZAÇÃO E PEQUENOS NEGÓCIOS

No segundo mandato do governador Wilson Lima (2023–2026), a Afeam já aplicou mais de R\$ 915 milhões em crédito, totalizando 45.960 operações. A meta do governo, na diretriz de Fomento e Geração de Emprego e Renda, é alcançar R\$ 1 bilhão em financiamentos voltados a pequenos empreendedores, setor primário, turismo e empresas de base tecnológica sustentável. Desde 2019, o volume já supera R\$ 1,48 bilhão.

Grande parte dessas operações é viabilizada com recursos do FMPES, fundo alimentado, direta ou indiretamente, pela dinâmica econômica impulsionada pelo PIM. Assim, a indústria instalada em Manaus também sustenta oportunidades no interior, fortalecendo cadeias produtivas regionais.

“Nosso compromisso é garantir que cada recurso investido chegue a quem realmente precisa, com critérios técnicos, responsabilidade e total clareza nos processos, visando atender a todos os municípios do estado”, destacou o diretor-presidente da Afeam, Marcos Vinícius Castro.

INOVAÇÃO INDUSTRIAL: O CASO LIVOLTEK

O perfil dos projetos aprovados pelo Codam também revela uma transformação qualitativa. Entre os exemplos recentes está o projeto da empresa Livoltek, voltado à produção de sistemas para embarcações elétricas, as chamadas “rabetas elétricas”.

A proposta alia inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental. Os motores operam sem emissão local de gases poluentes, reduzem ruído e vibração, diminuem custos operacionais e podem ser integrados a sistemas de gestão inteligente de energia, incluindo o uso de fontes renováveis.

Segundo o gerente da empresa, Márcio Souza, o início das operações dependerá da tramitação



Bruno Leão / Sedecti

Rabetas elétricas levam inovação para os rios do Amazonas, reduzem o gasto com combustível, quase não fazem ruído e ainda preservam os peixes e a qualidade da água

dos processos e da demanda de mercado. “A ideia é começar as operações o quanto antes, mas não temos um prazo específico, pois há toda uma tramitação que exige análises detalhadas”.

Entre os trabalhadores impactados pela iniciativa está o pescador Adalgiso Silveira de Oliveira, 64 anos, que destaca a mudança na rotina e na renda.

“Aqui, para a gente, melhorou, porque às vezes colocávamos 30 ou 40 reais de gasolina e depois não ganhávamos nada, né? Com esse, não. Quando o pescador sai, só pede a Deus para conseguir voltar para casa”, relata.

Ele também ressalta os benefícios além da economia. “A gente não gasta mais dinheiro com gasolina, não espanta mais os peixes por causa do ruído e não polui o rio. É isso aí.”

DA INDÚSTRIA À FLORESTA

Se a primeira etapa do modelo é industrial, a próxima fronteira é estratégica: integrar indústria e floresta. Em novembro de 2025, o Governo do Amazonas lançou o Plano Estadual de Bioeconomia, construído pela Sedecti com participação dos 62 municípios, pesquisadores, empreendedores e comunidades tradicionais. O documento estabelece diretrizes para uma economia de baixo carbono, inclusiva e baseada na sociobiodiversidade.

A conexão com o modelo Zona Franca é direta. Os recursos gerados pelo PIM, via arrecadação, fundos e investimentos em P&D, criam as condições financeiras e institucionais para que o Estado avance em inovação aplicada à floresta, agregação de valor a produtos regionais, certificação, tecnologia e empreendedorismo sustentável.

Para Serafim, não se trata de substituir a indústria, mas de ampliar sua função estratégica. O parque industrial financia educação, pesquisa e crédito. Esses instrumentos, por sua vez, permitem desenvolver cadeias produtivas da bioeconomia com base científica, governança e escala.

“A engrenagem permanece a mesma: investimento produtivo gera arrecadação; a arrecadação alimenta fundos; os fundos financiam conhecimento, crédito e inovação; e esses elementos sustentam uma economia mais diversificada e resiliente”, diz.

PLANEJAR PARA TRANSFORMAR

Ao integrar indústria, ciência, crédito e bioeconomia, o Amazonas consolida uma diretriz clara: crescimento econômico com inovação e desenvolvimento regional. O desafio não é apenas manter incentivos, mas aperfeiçoar o modelo, garantindo eficiência, transparência e alinhamento com as novas agendas globais de sustentabilidade.

“Mais do que um modelo fiscal, trata-se de uma estratégia de longo prazo que transforma investimento industrial em oportunidade social, e que projeta o Amazonas para um futuro em que indústria e floresta não competem, mas se complementam”, finaliza Corrêa. ●



Zona Franca, planejamento e estratégia nacional

Os projetos aprovados nos últimos anos demonstram que o Amazonas não atua por improviso. Atuamos com planejamento, responsabilidade fiscal e visão de longo prazo. Cada investimento industrial autorizado representa emprego, arrecadação e fortalecimento de uma engrenagem que sustenta a educação, o crédito e a inovação.

É importante afirmar, de forma clara: a Zona Franca de Manaus permanece competitiva e estratégica para o Brasil. Em um ambiente de mudanças tributárias e disputas narrativas, não podemos permitir que a desinformação obscureça os fatos. O modelo não é privilégio regional. É política nacional de desenvolvimento, prevista na Constituição e voltada ao equilíbrio federativo.

Quem se beneficia dos incentivos? O consumidor

brasileiro. Os produtos fabricados no Polo Industrial abastecem o mercado nacional, geram escala produtiva, estimulam inovação e ajudam a manter a floresta preservada. A arrecadação decorrente dessa atividade financia a universidade pública, crédito ao pequeno empreendedor e projetos estruturantes no interior.

Defender a Zona Franca é defender uma estratégia que integra indústria e sustentabilidade. Não se trata apenas de manter incentivos, mas de aperfeiçoar continuamente o modelo para que ele siga gerando oportunidades, conhecimento e desenvolvimento regional.

A Zona Franca foi e continuará sendo do Brasil. Nosso compromisso é garantir que ela permaneça moderna, eficiente e alinhada às novas agendas econômicas globais, sempre com responsabilidade e transparência. ●

“Os produtos fabricados no Polo Industrial abastecem o mercado nacional, geram escala produtiva, estimulam inovação e ajudam a manter a floresta preservada”



Ilustracarlino

Serafim Corrêa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação



Bahia consolida ciclo histórico de investimentos e reafirma o planejamento como política de Estado

● Lucas Pondé, Seplan/BA

Entre 2023 e 2025, a Bahia protagonizou um dos mais vigorosos ciclos de investimento público do país, com R\$ 24 bilhões direcionados para ações estruturantes em diversas áreas da administração pública, com destaque para saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, impactando diretamente a vida de milhões de baianos e baianas. Os dados constam no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, que consolida as informações fiscais oficiais encaminhadas pelos estados.

Ancorado em responsabilidade fiscal, planejamento estratégico e sólida articulação interfederativa, esse período consolida o estado no cenário nacional como referência em capacidade de execução, coordenação de políticas públicas e indução sustentável do desenvolvimento. O ciclo recente revela a consolidação de um modelo de governança orientado a resultados, no qual o planejamento deixa de ser instrumento meramente formal e passa a estruturar decisões, prioridades e investimentos com base em visão territorial e metas de médio e longo prazo.



Mateus Pereira/GOV-BA

Escola de Tempo Integral de Amélia Rodrigues

Para o secretário estadual do Planejamento, Cláudio Peixoto, o diferencial da experiência baiana está na coerência entre estratégia e execução. “Planejar é garantir que o investimento público chegue a quem mais precisa e produza mudanças reais na vida das pessoas”, afirma. Segundo ele, a integração entre planejamento, orçamento e monitoramento permitiu alinhar responsabilidade fiscal, expansão de investimentos e redução de desigualdades regionais.

EDUCAÇÃO COMO ALICERCE DO DESENVOLVIMENTO

A educação foi posicionada como eixo estruturante do projeto de desenvolvimento. No triênio, foram investidos R\$ 10 bilhões em obras de construção, ampliação e requalificação da rede estadual. Ao todo, 243 novas unidades escolares foram entregues, muitas delas estruturadas para o ensino em tempo integral, com bibliotecas, laboratórios, teatros e quadras cobertas.

Hoje, a Bahia conta com quase 750 escolas em tempo integral, distribuídas em 394 municípios, atendendo mais de 171 mil estudantes, cerca de 20% da rede estadual, a maior cobertura proporcional do país.

Além da infraestrutura, R\$ 4,7 bilhões foram aplicados em programas de permanência e apoio estudantil, como Bolsa Presença, Mais Estudo, Mais Futuro, Alimentação Escolar, Transporte e Dignidade



Mateus Pereira/GOV-BA

Colégio Estadual de Tempo Integral no município de Serrolândia

Menstrual. A esses valores somam-se R\$ 2,1 bilhões de recursos federais, especialmente por meio do Programa Pé-de-Meia.

“A educação é o caminho mais seguro para romper ciclos históricos de desigualdade e preparar a juventude para o futuro”, destacou o governador Jerônimo Rodrigues ao apresentar o balanço do período. O investimento combina expansão física, permanência escolar e política de juventude, criando bases estruturais para ganhos de produtividade no médio e longo prazos.

SAÚDE: EXPANSÃO DA REDE E REGIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

Na saúde, os investimentos totalizaram R\$ 34,1 bilhões entre 2023 e 2025, montante que supera os R\$ 23,4 bilhões executados com recursos próprios do estado nas diversas áreas da administração pública. Esse desempenho decorre do esforço fiscal estadual articulado à cooperação com o Governo Federal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), evidenciando o caráter interfederativo do financiamento da política pública. No ano de 2025, foram aplicados mais de R\$ 13 bilhões, o maior volume anual já registrado pela Bahia no setor.

Nesse período, 12 novos hospitais foram entregues, ampliando a rede estadual para 94 unidades hospitalares e incorporando 1.875 novos leitos. Outras dez grandes obras hospitalares seguem em

execução, reforçando a interiorização da alta complexidade e a regionalização da assistência.

Somente em 2025, foram realizados 8 milhões de atendimentos especializados nas policlínicas regionais e 616 mil cirurgias eletivas. A frota da saúde foi ampliada com 1.394 novos veículos, entre ambulâncias e vans para transporte de pacientes.

A estratégia adotada reforça a regionalização da assistência, reduz desigualdades de acesso e fortalece a cooperação interfederativa com os municípios, consolidando uma das redes públicas mais capilarizadas do país.

SEGURANÇA PÚBLICA: INTELIGÊNCIA, INVESTIMENTO E PREVENÇÃO

A política de segurança pública foi estruturada a partir de três pilares: investimento institucional, modernização tecnológica e prevenção social, articulados no âmbito do Programa Especial Bahia Pela Paz do PPA Participativo 2024-2027.

A Operação Primus resultou no bloqueio de mais de R\$ 6,5 bilhões em ativos vinculados ao crime organizado, atacando sua base financeira. Em 2025, o estado registrou redução de 13% nas mortes violentas, alcançando o menor índice dos últimos 19 anos.

Paralelamente, foram ampliadas ações de prevenção social, como os Coletivos Bahia pela Paz e o programa Corra pro Abraço, fortalecendo a



Feijão Almeida/GOV-BA

Complexo Eólico Aroeira, no município de Umburanas

integração entre políticas de desenvolvimento social e segurança cidadã. O modelo combina repressão qualificada, controle institucional e políticas estruturantes de inclusão, reforçando a noção de segurança como política transversal.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Entre janeiro e outubro de 2025, a Bahia gerou 104.333 empregos formais, mantendo estoque de 2,24 milhões de vínculos ativos.

A política de atração de investimentos resultou na assinatura de 612 protocolos de intenções, com previsão de R\$ 235,5 bilhões em aportes privados. Entre 2023 e 2025, 254 empreendimentos foram implantados, totalizando R\$ 38 bilhões investidos e 13,7 mil empregos diretos.



João Souza/GOV-BA

Centro Integrado de Comando e Controle, no COI-CAB



Mateus Pereira/GOV-BA

Viaturas do departamento de Segurança Pública



João Souza/GOV-BA

Nova Rodoviária da Bahia

O estado consolidou-se como líder nacional em energia eólica, com 381 usinas em operação e capacidade instalada de 11,84 GW. O setor já atraiu mais de R\$ 75 bilhões em investimentos privados, posicionando a Bahia como protagonista da transição energética brasileira.

“A Bahia reafirma seu protagonismo no desenvolvimento nacional, gerando empregos e liderando a transição energética”, afirmou o governador. A estratégia estadual combina reindustrialização sustentável, aproveitamento das vantagens territoriais e inserção competitiva na nova economia de baixo carbono, refletindo uma trajetória sustentada por planejamento de longo prazo e continuidade administrativa.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE COMO VETORES DE COMPETITIVIDADE

A integração territorial foi tratada como condição estratégica para o desenvolvimento regional. Entre 2023 e 2025, foram executados 7.000 km de obras rodoviárias, com investimento de R\$ 6,7 bilhões, fortalecendo a logística de escoamento e a integração produtiva.



A Bahia reafirma seu protagonismo no desenvolvimento nacional, gerando empregos e liderando a transição energética”

Jerônimo Rodrigues, governador da Bahia

Na aviação regional, mais de R\$ 400 milhões foram aplicados na modernização de aeroportos estratégicos. Na mobilidade urbana, destacam-se investimentos estruturantes de grande escala: R\$ 5,5 bilhões na implantação do VLT do Subúrbio, R\$ 2,15 bilhões na expansão do Metrô com a nova estação Campo Grande e R\$ 270 milhões na Nova Rodoviária de Salvador. Esses projetos reconfiguram a dinâmica metropolitana, ampliam a conectividade econômica e fortalecem a competitividade sistêmica do estado.

COMBATE À FOME E FORTALECIMENTO PRODUTIVO

O programa Bahia Sem Fome reduziu em 58% a insegurança alimentar grave, fazendo o índice cair de 12,9% para 5,4%. A estratégia combinou ações emergenciais, como 250 cozinhas comunitárias, com políticas estruturantes de geração de renda e fortalecimento produtivo.

Na agricultura familiar, foram aplicados R\$ 7,2 bilhões em crédito rural, com mais de 560 mil contratos celebrados. O período registrou ainda a entrega de 420 agroindústrias e mais de 48 mil equipamentos, dinamizando cadeias produtivas locais e promovendo inclusão econômica.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA HÍDRICA

Entre 2023 e 2025, os investimentos em infraestrutura hídrica e saneamento somaram R\$ 4,5 bilhões. O Programa Bahia Mais Verde aplicou R\$ 142 milhões no período, contribuindo para a redução de 54% do desmatamento do Cerrado.

A agenda ambiental foi integrada à estratégia de desenvolvimento, reforçando a transição socio-ambiental, a adaptação às mudanças climáticas e a segurança hídrica como pilares do planejamento de longo prazo.

RESPONSABILIDADE FISCAL E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

O ciclo histórico de investimentos está aliçado em uma trajetória consistente de equilíbrio fiscal e gestão responsável das contas públicas. A relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida caiu de 163% em 2003 para 36% em 2025, ampliando de forma estrutural a capacidade de financiamento do estado e reduzindo o comprometimento das receitas futuras.

Esse desempenho fortaleceu o perfil de crédito da Bahia e sua Capacidade de Pagamento (Capag), ampliando o acesso a operações de crédito destinadas a projetos estruturantes, sem comprometer

BAHIA: POTÊNCIA NACIONAL EM INVESTIMENTO PÚBLICO

O 2º maior volume de investimentos públicos do Brasil

Total destinado para a área da saúde

R\$ 34 BI



Montante recorde aplicado para a área da saúde no período 2023-2025

Educação e Saúde como pilares



R\$ 10 BILHÕES
243 novas escolas



R\$ 34,1 BILHÕES
para a expansão da rede hospitalar estadual

Liderança absoluta em transição energética



O estado é líder nacional em energia eólica, com 381 usinas e capacidade de 11,84 GW

Solidez fiscal que gera capacidade estatal



A relação dívida/receita caiu de 163% (2003) para 36% (2025), garantindo fôlego para novas obras

Redução histórica nos índices de violência



Queda de 13% nas mortes violentas em 2025, atingindo o menor índice em 19 anos



Lucas Silva/Seplan-BA

O PDI Bahia 2050 consolida um novo padrão de governança: planejamento de longo prazo, equilíbrio fiscal e justiça social como pilares do desenvolvimento sustentável

a estabilidade das contas públicas. Como destaca o secretário do Planejamento, “responsabilidade fiscal e investimento público não são conceitos antagônicos. Ao contrário, são complementares quando há planejamento estratégico e visão de longo prazo”.

A solidez fiscal alcançada permitiu à Bahia ocupar, em 2025, o segundo lugar no ranking nacional de investimentos públicos, atrás apenas de São Paulo, posicionando-se à frente de unidades da

Federação com maior orçamento nominal e maior Produto Interno Bruto. Em um contexto nacional de restrições fiscais e necessidade de reindustrialização sustentável, a trajetória do estado reafirma o papel estratégico dos entes subnacionais na indução do desenvolvimento, demonstrando que investimento público qualificado, amparado por gestão responsável e coordenação federativa, pode promover crescimento econômico com inclusão social.

Mais do que um ciclo de obras, a experiência recente consolida um padrão de governança que reafirma o planejamento como política de Estado, articulando visão estratégica de longo prazo, expressa no Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2050, equilíbrio fiscal e governança federativa. O modelo combina estabilidade econômica, justiça social e capacidade estatal de execução, oferecendo uma referência relevante para o debate estratégico do planejamento estadual brasileiro no século XXI. ●



Planejamento como política de Estado: balanço institucional do triênio e horizontes para a Bahia do futuro

O triênio recente da gestão pública na Bahia reafirma o planejamento governamental como eixo estruturante da ação do Estado, não como exercício formal, mas como prática concreta de coordenação, priorização e presença territorial. Em um cenário nacional marcado por restrições fiscais e desigualdades persistentes, a experiência entre 2023 e 2025 demonstra que é possível alinhar responsabilidade fiscal, capacidade de execução e compromisso social.

O período foi caracterizado pela integração entre planejamento, orçamento e políticas públicas, fortalecendo a capacidade estatal e a previsibilidade das decisões. Mais do que ações isoladas, consolidou-se um ciclo de políticas estruturantes baseado na coordenação intergovernamental e na atuação articulada com os demais poderes da administração pública e com a sociedade civil.

Planejar passou a orientar decisões estratégicas e articular políticas em áreas como educação, saúde, segurança, infraestrutura e inclusão socioprodutiva. Na educação, a expansão da infraestrutura, do tempo integral e das políticas de permanência reposiciona o setor como base do desenvolvimento de longo prazo. Na saúde, houve ampliação da capacidade instalada, interiorização dos serviços e fortalecimento das redes regionais.

Na segurança pública, a integração entre ação policial, inteligência e prevenção social evidencia uma abordagem mais ampla, conectada às políticas sociais e às oportunidades econômicas. Já no campo da infraestrutura e mobilidade, iniciativas como a nova rodoviária, a expansão do metrô, a implantação do VLT e a requalificação de estradas impactam diretamente na qualidade de vida da população. Na cultura e no turismo, investimentos e ações de valorização da identidade baiana vêm fortalecendo a economia criativa e ampliando oportunidades nos territórios.

O território consolidou-se como referência do planejamento, orientando decisões e contribuindo para reduzir desigualdades regionais. Ao mesmo tempo, a agenda ambiental e climática foi incorporada como eixo estratégico, articulando desenvolvimento econômico, transição energética e proteção dos biomas.

Esse conjunto de avanços estabelece as bases para um novo ciclo de planejamento, materializado no PDI Bahia 2050, que projeta o futuro com base em dados, participação social e coordenação institucional. A experiência baiana reafirma uma lição central: o planejamento é condição indispensável para promover desenvolvimento sustentável, reduzir desigualdades e fortalecer a ação do estado. ●

Cláudio Peixoto, Secretário Estadual do Planejamento da Bahia

O mapa dos investimentos que transformam o país



Revista Planejamento e Futuro:
um instrumento vivo de diálogo
federativo, cooperação e
aprendizado mútuo para quem
constrói o amanhã do Brasil



Investimentos públicos impulsionam educação, infraestrutura e segurança hídrica no Ceará

● **Dháfine Mazza**, Seplag/CE

Mais crianças alfabetizadas na idade certa, segurança alimentar para quem mais precisa e obras de infraestrutura que elevam a qualidade de vida e estimulam a chegada de capital privado estão entre os resultados dos investimentos públicos realizados pelo Governo do Ceará, que têm se mantido em níveis elevados ao longo dos últimos anos. Em 2025, foram investidos cerca de R\$ 4,7 bilhões, o maior valor nominal da história do Estado. Para 2026, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo do Ceará estimou

R\$ 5,25 bilhões em investimentos, cerca de 11% do orçamento total do Estado.

Na avaliação do titular da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag-CE), Alexandre Cialdini, esses volumes de recursos refletem uma política fiscal que combina equilíbrio nas contas públicas, planejamento e capacidade de investimento, criando um círculo virtuoso para o desenvolvimento socioeconômico.

“Os recordes de investimentos alcançados pelo Ceará são resultado de uma gestão fiscal responsável

que preserva a capacidade do Estado de financiar políticas públicas e realizar obras estruturantes em diferentes regiões”, destaca o secretário Alexandre Cialdini, reforçando que a Seplag-CE atua no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas do Governo do Ceará, contribuindo para a alocação eficiente dos recursos e para a execução de investimentos que impactam diretamente a vida da população.

Conforme o gestor, “o monitoramento da execução orçamentária feito pela Seplag-CE foi decisivo para alcançar 98% da despesa executada, ampliar investimentos, melhorar a poupança corrente e a liquidez, contribuindo para o Estado obter Capag A+ por dois anos consecutivos”.

EDUCAÇÃO

Mais do que cumprir o que está na Constituição e garantir o direito de todos à educação, o Governo do Ceará enxerga essa área como estratégica para a transformação socioeconômica do Estado. Por isso, instituiu o Programa Ceará Educa Mais, que busca a melhoria progressiva da educação cearense.

Uma das metas é universalizar o ensino em tempo integral na rede pública estadual. Para isso, a atual gestão estimou um investimento de R\$ 2 bilhões. Atualmente, das 773 unidades de ensino

Divulgação/Seplag-CE



O governo do Ceará assumiu o compromisso de construir 138 novas escolas. Dessas, 15 já foram entregues e 103 estão em obras

da rede pública estadual, 613 são escolas de tempo integral distribuídas em várias categorias, incluindo escolas agrícolas e quilombolas. Além disso, a atual gestão assumiu o compromisso de construir 138 novas escolas. Dessas, 15 já foram entregues e 103 estão em obras.

Os investimentos públicos realizados ao longo dos anos na educação já se refletem na sociedade.

Divulgação/Seplag-CE



Os records de investimentos alcançados pelo Ceará são resultado de uma gestão fiscal responsável que preserva a capacidade do Estado de financiar políticas públicas e realizar obras estruturantes em diferentes regiões"

Alexandre Cialdini, Secretário do Planejamento e Gestão do Ceará



Captação flutuante do Malha D'Água: tecnologia que garante água tratada diretamente dos reservatórios para 5,6 milhões de cearenses

Um exemplo disso é que, pelo segundo ano consecutivo, o Ceará conquistou a categoria Ouro do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização 2025, reconhecimento concedido pelo governo federal.

“Os avanços da educação no Ceará são resultado de uma administração pública eficiente, que planeja, executa e monitora políticas públicas com foco em resultados. Esse processo passa pela construção do Plano Plurianual (PPA), instrumento que orienta as ações do Governo do Estado e incorpora dimensões estratégicas como ‘O Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas’. Elaborado sob a coordenação da Seplag-CE, o PPA conta com ampla participação da sociedade, que contribuiu para definir prioridades e orientar políticas estruturadas em eixos voltados ao desenvolvimento social, econômico e à melhoria da qualidade de vida da população”, explica a secretária executiva de Planejamento e Orçamento da Seplag-CE, Naiana Corrêa.

Não à toa, o Ceará se mantém como o único estado brasileiro a alcançar 85% das crianças da rede

pública alfabetizadas na idade certa, o maior índice do país. No Brasil, o índice foi de 59,2%, segundo o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC).

SEGURANÇA HÍDRICA

Outro eixo de investimentos estruturantes que tem recebido destaque é a segurança hídrica. Com o projeto Malha D'Água, considerado o maior projeto estadual de segurança hídrica do Brasil, o Governo do Ceará busca garantir água tratada, com regularidade e qualidade para quem mais precisa.

O investimento total é de R\$ 5,55 bilhões para ampliar e adensar a rede de adutoras em todo o Ceará, conectando centros urbanos diretamente aos mananciais com maior garantia hídrica. A captação ocorre nesses reservatórios estratégicos, onde também são implantadas Estações de Tratamento de Água (ETAs) junto às fontes hídricas, assegurando que a água já siga tratada para os núcleos urbanos integrados ao sistema.



As estações de tratamento de água asseguram que a água já siga tratada para os núcleos urbanos integrados ao sistema

O projeto prevê 33 sistemas adutores, 178 municípios atendidos, 697 sedes distritais beneficiadas e 5,6 milhões de habitantes contemplados (cerca de 63% da população cearense).

Atualmente, está em construção o Sistema Adutor Banabuiú – Sertão Central, com 688 quilômetros (km) de extensão total, sendo 291,61 km de adutora principal e 396,48 km de ramais. A obra encontra-se com 73% de execução.

O projeto Malha D'Água foi estruturado para ser ampliado em todo o Ceará consolidando uma rede integrada que atenderá a maior parte da população urbana do estado.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Para universalizar os serviços de esgotamento sanitário e atender às metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, o Governo do Ceará, por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), estruturou a maior Parceria Público-Privada (PPP), responsável pela ampliação,

Divulgação/Seplag-CE



O governo do Ceará anunciou R\$ 521 milhões em investimentos em obras de saneamento que devem beneficiar mais de 126 mil pessoas em 17 municípios

operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário em 24 municípios das regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri.

A PPP atende 4,3 milhões de pessoas e prevê R\$ 19 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 6,2 bilhões serão destinados à execução de obras.

Além disso, em 2025, o Governo do Ceará anunciou R\$ 521 milhões em investimentos em obras de saneamento que devem beneficiar mais de 126 mil pessoas em 17 municípios, incluindo Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Juazeiro do Norte.

As ações preveem a implantação de 350 km de rede de esgoto, além da construção de duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e 40 Estações Elevatórias (EEEs). Outros R\$ 111 milhões serão aplicados na ampliação da rede em municípios do Cariri.

CEARÁ SEM FOME

Também merece destaque entre os investimentos do Governo do Ceará o programa Ceará Sem Fome, iniciativa permanente de enfrentamento



Divulgação/Seplag-CE

à insegurança alimentar que vem se consolidando como uma das principais políticas públicas do Brasil voltadas à garantia do direito à alimentação.

Hoje, o programa soma mais de R\$ 1 bilhão em investimentos, valor destinado a ações como as cozinhas e o Cartão Ceará Sem Fome, que está presente em todos os 184 municípios cearenses.

A rede do programa conta com 1.300 cozinhas distribuídas em todo o Estado, responsáveis pela oferta de mais de 130 mil refeições diárias. Desde a abertura da primeira unidade, em setembro de 2023, já foram servidas mais de 65 milhões de refeições. O Cartão Ceará Sem Fome complementa essa atuação ao beneficiar mais de 47 mil famílias com R\$ 300 mensais exclusivos para a compra de alimentos, sendo 95% dos titulares mulheres.

O programa Ceará Sem Fome conta ainda com o eixo +Qualificação e Renda, que amplia o impacto social ao investir na emancipação das famílias.

A rede do programa Ceará Sem Fome conta com 1.300 cozinhas distribuídas em todo o Estado, responsáveis pela oferta de mais de 130 mil refeições diárias

Mais de 27 mil pessoas já foram qualificadas, com 8.533 inserções no mercado de trabalho formal e 617 beneficiários com acesso ao crédito por meio do Ceará Credi.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é outra área vista como prioritária para o Governo do Ceará, que tem ampliado investimentos em estrutura, equipamentos e recursos humanos para fortalecer a atuação das



Divulgação/Seplag-CE

Nos últimos anos, foram entregues 1.172 viaturas, sendo 110 blindadas. No campo de pessoal, foram abertas 2.124 vagas em concursos públicos para Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros

forças de segurança e melhorar a proteção da população em todo o estado.

Nos últimos anos, foram entregues 1.172 viaturas, sendo 110 blindadas, além da distribuição de 4.732 armas de fogo, com investimento de R\$ 15,18 milhões.

O Governo do Ceará também investiu R\$ 196 milhões na construção do Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp), em Fortaleza, reunindo em um mesmo espaço órgãos estratégicos da área para reforçar a integração e o trabalho de inteligência.

No campo de pessoal, foram abertas 2.124 vagas em concursos públicos para a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, além da realização de 8.323 promoções de policiais e bombeiros militares, sendo 3.770 apenas no último ano.

Dentro do programa Ceará contra o Crime, o governo implantou novas estruturas e tecnologias, incluindo 10 delegacias da Polícia Civil, 12 bases do CPRaio e ferramentas de monitoramento, além do programa Meu Celular, que já possibilitou a recuperação de mais de 13 mil aparelhos até março de 2026.

Além disso, o Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública (Misp) destinou cerca de R\$ 102 milhões para reconhecer e premiar profissionais que contribuíram para a melhoria dos indicadores de segurança no estado.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os números recentes dos investimentos públicos do Governo do Ceará reforçam uma trajetória observada ao longo das últimas décadas, marcada pelo fortalecimento de políticas de Estado.

Estudo do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), vinculado à Seplag-CE, mostra que, ao longo das últimas décadas, o Ceará consolidou uma trajetória consistente de investimentos públicos. Entre 2012 e 2023, o Estado aplicou R\$ 44,1 bilhões, com média anual de R\$ 3,7 bilhões. O pico da série ocorreu em 2014, com R\$ 5,8 bilhões, enquanto o menor volume foi registrado em 2019, com R\$ 2,7 bilhões.

Em 2024, o Ceará registrou cerca de R\$ 4 bilhões em investimentos. Em 2025, foram aproximadamente R\$ 4,7 bilhões, o maior valor nominal da história do Estado, reforçando a política de manutenção de níveis elevados de investimento público como estratégia de desenvolvimento econômico e social.

“Os números demonstram que o Ceará construiu uma política de gestão fiscal responsável aliada a um planejamento estratégico consistente. O Estado tem conseguido manter capacidade de investimento mesmo em cenários econômicos desafiadores, direcionando recursos para áreas estruturantes e para políticas públicas que impactam diretamente a vida da população”, finaliza o secretário Alexandre Cialdini. ●



DISTRITO FEDERAL

Transformação urbana no DF: captação de R\$ 2,1 bilhões viabiliza projetos estruturantes e sustentáveis

● Renato Ferraz, Sec/DF

A estratégia de captação de recursos adotada pelo Governo do Distrito Federal viabilizou a captação de R\$ 2,1 bilhões em investimentos estruturantes entre 2023 e 2025. A carteira reúne 66 projetos voltados às áreas de infraestrutura, mobilidade, sustentabilidade e desenvolvimento social. Parte das iniciativas ainda está em execução, como os hospitais regionais do Guará e do Recanto das Emas. Outras, por sua vez, já foram entregues

à população, como os restaurantes comunitários do Sol Nascente/Pôr do Sol e Arniqueiras, que oferecem refeições completas ao custo de R\$ 1.

Do montante captado, ao menos R\$ 1,3 bilhão (60%) foi direcionado para a infraestrutura urbana e a mobilidade. Dos projetos desenvolvidos, destaca-se a implementação de eixos de locomoção BRT (Bus Rapid Transit); a construção do túnel Rei Pelé, em Taguatinga; a construção de diversos



viadutos; a implantação de terminais de embarque para mobilidade urbana; e a recuperação de vias. Vale lembrar que o DF tem área urbana de 590,22 km² de um total de 5.760,78 km² e 3 milhões de habitantes, tornando-se a região com a maior densidade demográfica do país, com 500 habitantes por km², quase o triplo de São Paulo (185).

Os padrões espaciais de Brasília, projetados e planejados minuciosamente, foram quebrados pelo crescimento orgânico de ocupação do solo, o que acabou por desconfigurar o plano original. Com isso, o GDF passou a sofrer pressões por melhores alternativas de mobilidade urbana. Soma-se a esse fato a proximidade e dependência dos municípios goianos e mineiros do Entorno (a quarta maior região metropolitana do Brasil) em relação à estrutura econômica, de saúde e de educação do DF.

Assim, os modelos distritais de gestão e planejamento dos últimos sete anos foram pautados pelo investimento no ordenamento territorial para promover o desenvolvimento sustentável, o equilíbrio das atividades socioeconômicas e a garantia da infraestrutura adequada.

CARÁTER ESTRUTURANTE

O padrão de planejamento e investimento está alinhado às diretrizes do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), cuja lei complementar foi sancionada em fevereiro de 2026 pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) depois de 6 anos de muitos debates entre a sociedade civil, o setor produtivo e o governo. O caráter estruturante do documento para o futuro do DF se nota pela observância de expansão controlada e pela atenção ao crescimento da construção de moradias de interesse social.

“Estamos levando à população do DF um futuro organizado, preservando a nossa cidade sem perder as condições de desenvolvimento”, destacou o governador, no ato da assinatura. Cabe ao Plano Diretor organizar o território, definindo onde estão e quais são as diretrizes e estratégias aplicáveis às zonas urbanas e rurais, às áreas ambientalmente sensíveis e aos locais que podem ser destinados à moradia.

MOBILIDADE

O Distrito Federal depende tradicionalmente de transportes motorizados. A ausência histórica de integração entre localidades secundárias e o núcleo urbano planejado resultou em congestionamentos, acesso desigual a equipamentos urbanos (hospitais, escolas e lazer) e dificuldades de mobilidade ativa.

RECURSOS EXTERNOS CAPTADOS

GDF / Investimentos por área	Valor (R\$)
Administração	450.400.000
Segurança Pública	36.000.000
Saúde	15.000.000
Educação	41.692.240
Cultura	500.000
Urbanismo	1.070.142.318
Habitação	71.009.922
Saneamento	127.890.000
Gestão Ambiental	20.803.340
Transporte	280.326.743
Total	2.113.764.566

Nesse sentido, o GDF compreendeu a necessidade e urgência de realizar esses investimentos, sem comprometer o Tesouro. “Tem sido uma gestão fiscal focada na eficiência”, comenta o secretário executivo de Finanças, Orçamento e Planejamento da Secretaria de Economia do Distrito Federal, Thiago Conde.

A iniciativa de captação de recursos estimula os órgãos e autarquias a encontrar fontes alternativas de financiamento, acrescenta o secretário executivo. “Sem, com isso, onerar o fluxo ordinário do

estado – que fica muito sobrecarregado pelas despesas com a manutenção dos serviços públicos”, acrescenta Conde.

Para o Metrô DF, o investimento foi de R\$ 35 milhões para expandir a linha da região administrativa de Samambaia. Na rodoviária DF-003 (da EPIA à Cidade do Automóvel), o investimento chegou a R\$ 27 milhões. No sistema de transporte de passageiros denominado Eixo Oeste, as obras alcançam R\$ 56,5 milhões. A construção da terceira

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA 2023–2025



**R\$ 2,1
BILHÕES**

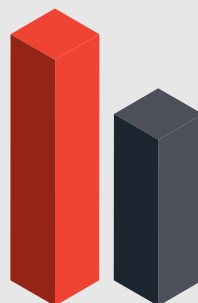
**EM 66 PROJETOS
ENTRE 2023 E 2025**

Foco em mobilidade,
infraestrutura,
desenvolvimento social
e sustentabilidade



R\$ 1,3 bilhão
aplicados em
obras como o
Túnel Rei Pelé,
BRTs, viadutos
e expansão
do Metrô

DF
MAIOR
DENSIDADE
DEMOGRÁFICA
500
habitantes
por Km²



SP
PRESSÃO 3X
MAIOR QUE
EM SÃO PAULO



**EFICIÊNCIA FISCAL
VIA CAPTAÇÃO
DE RECURSOS
EXTERNOS**

Uso de financiamentos internacionais
(BID) para modernizar a gestão sem
onerar o fluxo ordinário do Estado

faixa na BR-020, que liga o Plano Piloto a localidades importantes, como Planaltina e Formosa, ampliou a capacidade de fluxo da rodovia em 50% e contou com investimento do GDF no valor de R\$ 32,3 milhões. A construção de ciclovias (segregadas fisicamente) e ciclofaixas (pintura no asfalto), para fortalecer a mobilidade ativa separando as bicicletas do tráfego automobilístico, contou com aporte de R\$ 6,3 milhões.

ADMINISTRAÇÃO

A captação de financiamentos externos – como o Profisco II – permite o fortalecimento e a eficiência dos serviços públicos. Essa linha de crédito é um programa de apoio à gestão e integração dos fiscos brasileiros operacionalizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para modernizar a administração tributária, financeira e patrimonial, buscando a sustentabilidade fiscal.

Pelos próximos quatro anos, a partir de 2025, a Secretaria de Economia do DF vai aplicar na modernização da administração tributária, financeira e patrimonial US\$ 80 milhões (aproximadamente R\$ 480 milhões). “Com essa ação, pretendemos ampliar a arrecadação, estabelecer ferramentas para permitir a eficiência dos gastos públicos e modernizar a gestão da Secretaria de Economia para oferecermos mais e melhores serviços ao cidadão”, avalia o secretário de Economia, Daniel Izaías de Carvalho.

ATENÇÃO AMPLIADA

Outros segmentos que usam ou usaram recursos obtidos por meio de operação de crédito internacional foram: saneamento, com 127,8 milhões; habitação, com R\$ 71 milhões; educação, com R\$ 41,7 milhões; segurança pública, com R\$ 36 milhões; e, saúde, com R\$ 27 milhões.

Essa prática permitiu à Secretaria de Educação investir R\$ 11,2 milhões em um Centro de Ensino Fundamental (CEF) no Sol Nascente/Pôr do Sol, Região Administrativa (RA) recente, oriunda de ocupação desordenada, com grande vulnerabilidade social, indicadores de infraestrutura precários e

Tony Winston / Arquivo Agência Brasília



Para fortalecer a mobilidade urbana, o investimento no Metrô DF chegou a R\$ 35 milhões, garantindo a expansão da linha na região de Samambaia

baixa renda per capita em comparação com outras Regiões Administrativas do Distrito Federal. Nessa mesma RA, o GDF construiu 840 unidades habitacionais ao custo de R\$ 71 milhões.

Recursos externos de R\$ 14,4 milhões viabilizaram a construção de creches no Paranoá Parque e em Águas Claras. O Sistema de Saneamento Paranoá – Eixo Norte 17 teve uma obra custeada por financiamento externo no valor de R\$ 127,9 milhões, o que permitiu o aumento da oferta de água potável e ampliou o serviço de esgoto.

Por fim, o uso de operação de crédito é uma alternativa à insuficiência de arrecadação própria para o financiamento de programas de investimento em infraestrutura e ampliação de serviços. Nesse ponto, o GDF adotou uma estratégia que permitiu, de forma significativa, a aplicação de serviços e a melhoria da sua infraestrutura nos últimos 3 anos. ●



ESPÍRITO SANTO

Espírito Santo converte solidez fiscal e equilíbrio em investimentos recordes

● Larissa Linhalis, SEP/ES

O Espírito Santo consolidou, ao longo dos últimos anos, uma das trajetórias fiscais mais consistentes do país e transformou estabilidade financeira em capacidade permanente de investimento. O desempenho recente não é resultado de um ciclo conjuntural favorável, mas de uma política de Estado construída com disciplina orçamentária, planejamento de longo prazo e integração rigorosa entre previsão de receitas, controle de despesas e execução estratégica.

Há 14 anos o Estado mantém nota A na Capacidade de Pagamento (Capag) do Tesouro Nacional

– atualmente no nível A+ – condição que o coloca entre os entes subnacionais com maior credibilidade fiscal do país. O endividamento negativo, o controle estrutural das despesas correntes e a menor proporção de gastos com pessoal entre os estados brasileiros reforçam um modelo que prioriza equilíbrio duradouro e responsabilidade intergeracional. Essa arquitetura fiscal foi decisiva para que o Espírito Santo alcançasse o primeiro lugar nacional em Solidez Fiscal e o segundo lugar em Infraestrutura no *Ranking* de Competitividade dos Estados (CPL 2025).

Uma base sólida que criou as condições para um ciclo virtuoso de crescimento do investimento. Em 2023, o volume de investimentos capixaba atingiu a casa dos R\$ 4 bilhões. Anos antes, em 2018, esse volume não alcançava sequer R\$ 1 bilhão. E de lá para cá, o recorde anual em investimentos públicos vem sendo superado, ano após ano: R\$ 4 bilhões em 2023, R\$ 4,4 bilhões em 2024, e chegando a 2025 com R\$ 4,8 bilhões investidos. Segundo o Tesouro Nacional, o Estado é o único que destina cerca de 20% da sua receita total a investimentos – proporção significativamente superior à média nacional, que gira em torno de 6%. Trata-se de um diferencial que evidencia não apenas volume, mas capacidade técnica e sustentabilidade fiscal.

“O equilíbrio fiscal não é um objetivo isolado. Ele é a base que sustenta a nossa capacidade de transformar planejamento em entregas concretas. Só consegue investir 20% da receita quem mantém controle permanente das despesas correntes e atua com visão de longo prazo. No Espírito Santo, responsabilidade fiscal é instrumento de desenvolvimento, de geração de oportunidade e de qualidade de vida”, afirma o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc.

Nos últimos anos, essa capacidade se materializa sobretudo na infraestrutura, eixo estratégico para elevar produtividade, reduzir desigualdades e ampliar a competitividade. O Espírito Santo tornou-se o estado que mais investe proporcionalmente em infraestrutura no Brasil.

Um dos exemplos mais expressivos está no município de Vila Velha, que recebeu nos últimos anos mais de R\$ 500 milhões do governo do Estado para um amplo e robusto programa de macrodrenagem. Investimento este que transformou significativamente a vida da população local. A cidade, que historicamente registrava constantes alagamentos, com valas à céu aberto e a qualidade de vida das pessoas em cheque, experimenta hoje uma verdadeira revolução na sua estrutura urbana, entregando muito mais dignidade e qualidade de vida para a sua gente.

Divulgação/GOV-ES



Obras de macrodrenagem em Vila Velha transformam desafios históricos em soluções concretas de dignidade, segurança e qualidade de vida para a população

Foram executadas obras macrodrenagem por todo município, com destaque para bairros como a Grande Cobilândia, Nova Itaparica, Jockey de Itaparica, Santa Rita e Cobilândia, a construção das Estações de Bombeamento de Águas Pluviais (EBAPs) Aribiri, Laranja, Bigossi, Gaivotas e Pontal das Garças – as duas últimas ainda em execução.

Outros investimentos estruturantes em macrodrenagem que se destacaram no município são: a galeria na Avenida Carlos Lindemberg, uma via estratégica para a cidade, num investimento de R\$ 19,7 milhões; o Parque Linear do Canal Marinho, com R\$ 113,9 milhões investidos; e, em andamento, a drenagem e urbanização do Canal Guaranhuns (R\$ 48,1 milhões) e o Parque Urbano do bairro Dom João Batista (R\$ 27,6 mi). Um robusto e histórico investimento, que ampliou significativamente a capacidade de escoamento e tem gerado impactos diretos na valorização urbana e na qualidade de vida da população.

Apenas de 2023 a 2025, foram quase R\$ 8 bilhões aplicados em infraestrutura. Investimentos que fizeram com que o Espírito Santo se consolidasse com a 2ª melhor infraestrutura do país, segundo o Ranking de Competitividade dos Estados (CLP

2025). A infraestrutura rodoviária avança de forma contínua, de norte a sul do Estado. As obras alcançam todos os municípios do Estado, ampliando a segurança viária, integrando áreas produtivas e fortalecendo o escoamento agrícola e industrial. A melhoria da malha rodoviária reduz custos logísticos, estimula cadeias produtivas regionais e favorece a atração de investimentos privados, consolidando o papel estratégico do Estado no cenário nacional.

A mobilidade urbana também recebeu importantes investimentos de 2023 em diante. A Região Metropolitana da Grande Vitória tem hoje uma nova matriz de deslocamento urbano, combinando ampliação da capacidade viária, integração modal e qualificação dos espaços públicos.

Um investimento expressivo e marcante entregue naquele ano é a ampliação da Terceira Ponte e a implantação da Ciclovia da Vida. Num total de R\$ 180 milhões, a obra elevou em cerca de 40% a capacidade de fluxo entre Vitória e Vila Velha. Complementando a estratégia de integração modal, o Estado reativou o Sistema Aquaviário, com investimento aproximado de R\$ 6 milhões. O serviço opera com três estações – Prainha, em Vila Velha; Praça do Papa, em Vitória; e Porto de Santana, em Cariacica – e seis embarcações

e, até dezembro de 2025, mais de 1,2 milhão de passageiros já haviam utilizado o sistema, consolidando-o como alternativa eficiente, sustentável e integrada à rede metropolitana de transporte.

Ainda em 2023, a revitalização das entradas Norte e Sul de Vitória mudaram a realidade metropolitana. O Complexo Viário de Carapina contempla a construção de um viaduto e a ampliação da Rodovia das Paneleiras, num investimento de R\$ 76,5 milhões. Já na entrada Sul da capital, a entrega do novo Portal do Príncipe, num investimento de R\$ 42 milhões, criou novo acesso e implantou áreas de convivência urbana, combinando mobilidade, segurança viária e qualificação urbanística.

Outras importantes entregas do governo capixaba podem ser citadas no período, como: a requalificação da Avenida Leitão da Silva, em Vitória, com investimento de R\$ 115 milhões; as reformas dos terminais de Itaparica (R\$ 12,2 milhões) e do Ibes (R\$ 20 milhões); as obras do Corredor Metropolitano Sul – Expresso GV, um dos maiores projetos de mobilidade em execução no Estado (R\$ 298,5 milhões); além de importantes investimentos na modernização do sistema Transcol. Investimentos que se refletem hoje em um novo arranjo de mobilidade, melhorando as conexões dos municípios de Cariacica, Serra e Vila Velha com a capital e reduzindo em até 20 minutos o tempo de deslocamento da população. Um modelo baseado em integração modal, ampliação de capacidade, segurança viária e qualificação urbana.

A soma dessas iniciativas evidencia um padrão de governança em que planejamento de longo prazo, disciplina fiscal e execução técnica caminham de forma coordenada. Ao manter equilíbrio estrutural nas contas públicas e ampliar de maneira consistente o volume de investimentos, o Espírito Santo reafirma que responsabilidade fiscal é pré-condição para o desenvolvimento sustentável. Mais do que números, o que se consolida é um modelo institucional capaz de transformar estabilidade financeira em infraestrutura moderna, competitividade econômica e melhoria concreta da qualidade de vida da população. ●



Divulgação/GOV-ES

O Aquaviário amplia a mobilidade urbana com eficiência e sustentabilidade, conectando territórios e impulsionando a competitividade do Espírito Santo



Transformar equilíbrio em futuro

O Espírito Santo construiu, ao longo dos últimos anos, uma convicção que orienta sua estratégia de desenvolvimento: a responsabilidade fiscal não é um fim em si mesma, mas o caminho que viabiliza a transformação da realidade das pessoas.

Os resultados apresentados – com volumes recordes de investimento e protagonismo nacional em infraestrutura – são consequência direta de uma escolha institucional. Optamos por um modelo baseado em planejamento de longo prazo, disciplina na gestão das contas públicas e capacidade técnica de execução.

Essa base sólida foi o que permitiu ao estado não apenas manter equilíbrio, mas convertê-lo em entregas concretas para a população.

Os investimentos realizados nos últimos anos revelam essa lógica na prática. Obras de macrodrenagem que enfrentam problemas históricos, como em Vila Velha, não representam apenas engenharia urbana, mas dignidade, segurança e melhoria direta da qualidade de vida.

Da mesma forma, a expansão da infraestrutura rodoviária e os avanços na mobilidade

urbana reposicionam o estado, ampliando a competitividade, integrando territórios e reduzindo desigualdades.

Há também um efeito estruturante que vai além das obras. Ao investir de forma consistente, o estado cria um ambiente de confiança, estimula o investimento privado e fortalece cadeias produtivas. Trata-se de um

ciclo virtuoso em que o planejamento qualificado se traduz em crescimento sustentável e geração de oportunidades.

Esse modelo demonstra que é possível conciliar equilíbrio fiscal com capacidade de investimento em níveis elevados – algo ainda raro no contexto nacional. Mais do que isso, evidencia que o planejamento público, quando tratado como política de estado, é capaz de produzir resultados duradouros.

O que está em curso no Espírito Santo não se resume ao volume de recursos aplicados, mas à construção de um futuro mais equilibrado, competitivo e inclusivo. Um futuro que nasce da responsabilidade com o presente e do compromisso permanente com as próximas gerações. ●

“Optamos por um modelo baseado em planejamento de longo prazo, disciplina na gestão das contas públicas e capacidade técnica de execução. Essa base sólida permitiu converter equilíbrio em entregas concretas para a população”

Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo



Gestão do conhecimento e continuidade de políticas públicas: a experiência do GECEG no Estado de Goiás

● Danielle Gomes de Oliveira e Daiany dos Santos Oliveira, SEE/GO

A preservação da memória institucional e a organização sistemática das informações governamentais representam desafios recorrentes para a administração pública em diferentes países. Mudanças de governo frequentemente provocam fragmentação de dados, perda de registros institucionais e dificuldades para compreender de forma estruturada os resultados das políticas públicas ao longo do tempo.

Estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que a capacidade dos governos de registrar, integrar e analisar informações institucionais é um fator essencial para a continuidade das políticas públicas e para o fortalecimento da capacidade estatal. Governos orientados por dados tratam a informação como um ativo estratégico para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.



Divulgação

A estrutura foi concebida pelo secretário de Estado da Economia, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, com o objetivo de consolidar as entregas da gestão estadual no período 2019–2026 e estruturar uma base institucional de conhecimento sobre as políticas públicas implementadas pelo governo

CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO

A literatura internacional mostra que governos com maior capacidade analítica tendem a possuir sistemas estruturados de gestão de dados, mecanismos de coordenação interinstitucional e estruturas permanentes de monitoramento de políticas públicas.

Países reconhecidos por elevados níveis de capacidade estatal e de governança digital, como Estônia, Canadá e Coreia do Sul, desenvolveram sistemas integrados de registro de informações governamentais e de monitoramento de políticas públicas que permitem acompanhar a evolução de programas ao longo de diferentes gestões. Esses sistemas fortalecem a continuidade administrativa e reduzem o risco de perda de memória institucional.

Apesar da crescente relevância desse tema, a OCDE também aponta que muitos governos ainda enfrentam desafios para consolidar bases institucionais de informação e integrar de forma sistêmica, dados governamentais. Nesse contexto, iniciativas voltadas à organização sistemática da informação

pública tornam-se instrumentos relevantes para o fortalecimento da governança pública e a ampliação da capacidade analítica dos governos.

A CRIAÇÃO DO GECEG

Ao reconhecer essa importância, o Estado de Goiás desenvolveu uma iniciativa para fortalecer a capacidade de gestão da informação. A criação do GECEG – Grupo Especial de Consolidação e Encerramento da Gestão – surgiu como uma iniciativa voltada à organização sistemática das informações governamentais.

O projeto mobilizou 57 órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e organizou as informações sobre programas, projetos e ações governamentais em dez eixos estratégicos de políticas públicas, permitindo uma visão sistêmica das políticas públicas executadas no Estado de Goiás.

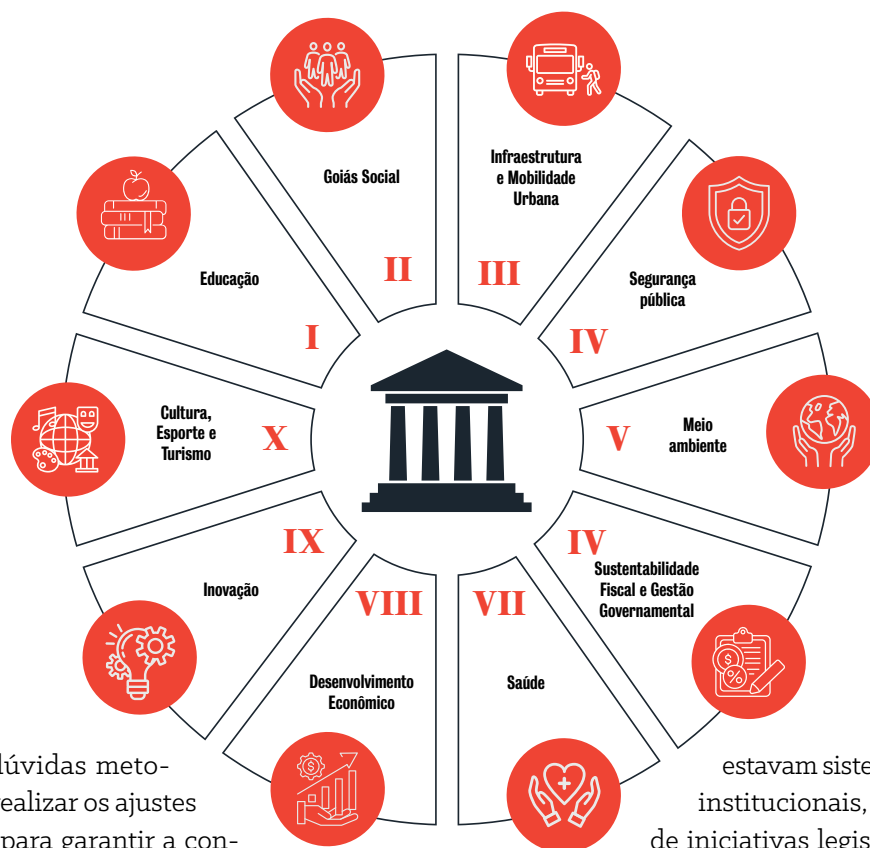
CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO

A execução do projeto teve início em outubro de 2024, com um decreto do governador Ronaldo Caiado, que instituiu o Grupo de Trabalho e definiu a estrutura de governança.

A condução do GECEG mobilizou uma ampla rede de partes institucionais interessadas. A coordenação central foi realizada pela Secretaria de Estado da Economia, responsável pela metodologia e pela articulação do projeto, contando com o apoio da Secretaria-Geral de Governo e com uma rede de coordenadores e técnicos em todas as pastas envolvidas, designada por meio de portaria intersecretarial.

Para assegurar a qualidade das informações e o cumprimento dos prazos estabelecidos, foram adotados mecanismos sistemáticos de monitoramento e controle.

Reuniões técnicas e estratégicas periódicas, análises comparativas entre ciclos de atualização e acompanhamento contínuo das informações registradas permitiram identificar inconsistências,



esclarecer dúvidas metodológicas e realizar os ajustes necessários para garantir a confiabilidade dos dados consolidados.

A metodologia foi organizada em quatro etapas principais:

1. Estruturação inicial das informações e levantamento das entregas governamentais;
2. Qualificação e validação dos dados institucionais pelas áreas responsáveis pelas políticas públicas;
3. Consolidação e contextualização das entregas em eixos estratégicos de políticas públicas;
4. Organização final das informações e registro estruturado da memória institucional da gestão.

INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E QUALIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Para consolidar as informações sobre as entregas da gestão, as equipes de planejamento passaram a dialogar diretamente com as áreas responsáveis pela execução das políticas públicas. Esse processo permitiu recuperar informações que, muitas vezes, não

estavam sistematizadas nas bases institucionais, incluindo registros de iniciativas legislativas, indicadores de gestão e evidências dos resultados das políticas públicas.

Ao longo do processo, divergências entre dados apresentados por diferentes unidades administrativas foram identificadas e analisadas, contribuindo para qualificar a consistência das informações institucionais e fortalecer o domínio das equipes técnicas sobre os dados relacionados às políticas públicas.

A implementação do GECEG foi estruturada em ciclos sucessivos de consolidação e validação das informações governamentais. Essa abordagem permitiu o aprimoramento progressivo da qualidade dos dados, o fortalecimento da articulação institucional entre as áreas participantes e o aprimoramento da gestão e da governança do projeto.

Até o momento, foram realizados quatro ciclos de coleta e validação das informações, sendo avaliados os programas e entregas e realizado o levantamento dos montantes despendidos. Os trabalhos preveem a realização de dois ciclos adicionais até o encerramento da gestão em 2026.



RESULTADOS E INSTRUMENTOS CRIADOS

Como resultado do processo conduzido no âmbito do GECEG, foram desenvolvidos instrumentos relevantes para a organização da informação governamental, incluindo:

- Sistema de cadastro e gestão das informações;
- Painel de Business Intelligence (BI) para visualização das informações;
- E-book institucional da gestão, publicação que consolida as principais entregas.

Esses instrumentos contribuíram para a geração de uma base estruturada de informações sobre as políticas públicas do Estado, permitindo maior rastreabilidade, transparência e capacidade de análise das ações governamentais.

A experiência do GECEG demonstra que iniciativas voltadas à gestão do conhecimento governamental podem desempenhar papel relevante no

R\$ 116,5 BILHÕES

Volume financeiro associado

196	773	57	250
Programas registrados	Entregas catalogadas	Órgãos participantes	Servidores envolvidos

fortalecimento da governança pública. Ao organizar informações dispersas, integrar diferentes áreas da administração pública e criar instrumentos permanentes de registro das políticas públicas, o projeto contribui para reduzir riscos de descontinuidade administrativa.

Mais do que consolidar as entregas de uma gestão, o GECEG estabelece as bases para uma prática permanente de organização da informação governamental. Alinhado às funções estratégicas, o modelo fortalece a coordenação, amplia a capacidade analítica da administração pública e preserva a memória institucional das políticas públicas.

Nesse sentido, o projeto GECEG configura-se como o desenvolvimento de uma boa prática de gestão, que pode inspirar outras administrações interessadas em fortalecer a continuidade das políticas públicas e consolidar estruturas institucionais de gestão do conhecimento e governança no setor público. ●



O Relatório de Entregas da Gestão 2019 a 2025 marca um passo decisivo na valorização da memória institucional do Estado de Goiás. Resultado do trabalho

do Grupo Especial de Consolidação e Encerramento da Gestão (GECEG), o e-book reúne, de forma inédita, informações sistematizadas sobre programas, projetos e políticas públicas executadas ao longo de sete anos. A publicação traduz em dados e análises o esforço de 57 órgãos e entidades na consolidação de uma governança da informação que fortalece a continuidade administrativa, amplia a transparência e transforma o conhecimento público em ferramenta estratégica para o futuro da gestão.



MARANHÃO

Crescimento na economia e solidez fiscal favorecem ampliação de programas sociais no Maranhão

● Tássia Aguiar, Seplan/MA

Desde 2023, o Governo do Maranhão registrou um dos ciclos mais consistentes de ampliação de investimentos públicos dos últimos anos, com crescimento expressivo na aplicação de recursos em obras, modernização da estrutura pública, fortalecimento de serviços essenciais e expansão de políticas sociais. O período é marcado pela combinação entre aumento dos recursos financeiros executados, interiorização das ações e consolidação de programas estruturantes em todas as regiões do estado.

Os investimentos executados pelo Governo do Maranhão são uma marca dessa evolução, passando de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em 2023 para cerca de R\$ 3,4 bilhões em 2025. O crescimento acumulado no triênio supera 120%.

Fator decisivo para esses avanços foi o crescimento da arrecadação própria, que registrou, em 2025, aumento de 15% em relação ao ano anterior, assegurando condições para o financiamento das políticas públicas, a ampliação dos serviços essenciais e a execução de programas estruturantes. Em

apenas um ano, a receita estadual teve um acréscimo superior a R\$ 2,3 bilhões. Outro elemento relevante foi a informatização decorrente da implantação do Sistema de Fiscalização e Monitoramento do Agronegócio (Sifma), tecnologia inovadora que já possibilitou a recuperação de mais de R\$ 1,2 milhão em ICMS para os cofres estaduais.

PLANEJAMENTO EM FOCO

Para o secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Vinícius Ferro, parte desses avanços está diretamente relacionada à mudança de orientação adotada a partir de 2023, quando o Governo do Estado passou a estruturar suas políticas públicas de forma integrada à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan).

“A Secretaria deixou de atuar apenas como uma instância executora do orçamento e passou a funcionar como uma verdadeira bússola da gestão estadual, orientando a tomada de decisões estratégicas e fortalecendo os sistemas de planejamento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas”, avaliou o secretário. Segundo ele, a decisão de colocar o Planejamento no centro das escolhas estratégicas do governo foi determinante para que o Maranhão alcançasse, de forma histórica, a nota A na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador aferido pelo Tesouro Nacional.

Nesse sentido, o estado vem trabalhando intensamente no equilíbrio das contas públicas, na modernização da gestão pública e na transparência fiscal. Os resultados validam o compromisso da gestão, que computou crescimento de 3,6% no PIB em 2023, número acima da média nacional (3,2%) e do Nordeste (2,9%), em dados divulgados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc); a terceira maior geração de empregos formais no país, segundo indicadores de junho de 2025 do Novo Caged; o primeiro lugar da região Nordeste em Solidez Fiscal e o segundo lugar no ranking dos estados do Centro de Liderança Pública (CLP); a subida da nota C para B em

Divulgação



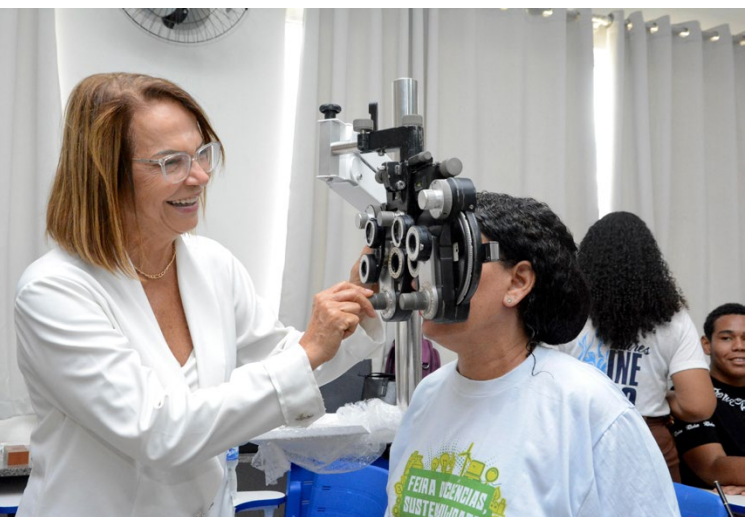
Governador do Maranhão, Carlos Brandão e o secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Vinícius Ferro

qualidade da informação contábil, averiguada pela Secretaria do Tesouro Nacional; e aumento de 5,2% no PIB no segundo trimestre de 2025, constando em relatório do Imesc.

Além disso, a subida do Selo Ouro, em 2023, para o Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), em 2025, consolida o estado como uma das unidades federativas com maiores níveis de transparência, gestão ética e acesso à informação.

DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A saúde financeira do estado impactou diretamente a saúde dos maranhenses. A área recebeu destaque na agenda governamental maranhense ao longo dos últimos 3 anos de período. Os recursos aplicados na área passaram de cerca de R\$ 3,25 bilhões em 2023 e chegaram a R\$ 4,3 bilhões em 2025. O crescimento progressivo garantiu o fortalecimento da atenção básica, o reforço à rede hospitalar e a ampliação da oferta de serviços especializados à população maranhense.



Divulgação



Divulgação

O programa Cuidar dos Olhos já realizou 692 mil atendimentos desde sua criação, em 2023, com mais de 60 mil cirurgias realizadas de catarata e pterígio

Entre as iniciativas estruturantes está o programa Cuidar de Todos, voltado ao fortalecimento da Atenção Básica nos municípios. A política garantiu fornecimento de equipamentos, mobiliário, materiais permanentes e kits para unidades básicas de saúde, alcançando os 217 municípios maranhenses. A

distribuição sistemática de mais de 874 mil equipamentos/insumos e de mais de 100 mil kits contribuiu para padronizar a estrutura das unidades e melhorar a capacidade de resposta da rede local.

O programa Cuidar dos Olhos, que faz parte do conjunto de ações do Cuidar de Todos e contempla uma frente de atenção à saúde oftalmológica, já realizou 692 mil atendimentos desde sua criação, em 2023, com mais de 60 mil cirurgias realizadas de catarata e pterígio. Além disso, 300 mil óculos de grau já foram distribuídos durante os mutirões, em todas as regiões do estado.

Outra iniciativa de grande impacto foi a expansão de mais de 100% da Rede Estadual de Hemodiálise, que, em 2022, contava com 279 equipamentos. Hoje, com 394 máquinas de hemodiálise, a rede amplia a capacidade de atendimento para mais de 3.500 pacientes, uma melhoria que não é apenas estrutural, mas que representa dignidade e conforto para quem depende do tratamento renal contínuo.

“Estamos dobrando o que a gente recebeu no número de máquinas de hemodiálise e chegando a todas as regionais. Com isso, a gente vai amenizar o sofrimento de pessoas que vivem dentro de uma Van, transportadas de uma cidade menor para uma cidade maior para fazer esse tratamento de dois em dois dias. É uma coisa desumana e o que nós estamos fazendo aqui é humanizando a saúde, deixando o serviço de saúde mais próximo da população”, frisou o governador do Estado Carlos Brandão.

Com foco no municipalismo, o Governo também chegou à marca de 250 ambulâncias entregues aos municípios maranhenses, um importante reforço nos atendimentos de emergência. As ações estratégicas reforçaram a descentralização dos serviços, permitindo que atendimentos preventivos e terapêuticos sejam realizados cada vez mais próximos da população.

EDUCAÇÃO DE VERDADE

Na Educação, o aumento dos investimentos também permitiu ampliar ações estruturais. Os valores destinados à área passaram de aproximadamente

R\$ 1,93 bilhão em 2023, para cerca de R\$ 2,1 bilhões em 2025, possibilitando a execução de mais de 700 obras de construção, reforma e modernização de unidades escolares.

A expansão dos recursos possibilitou, ainda, a aquisição de equipamentos pedagógicos e reforço na estrutura administrativa. Um recorte das ações está no programa “Tô Conectado”, que promove inclusão digital e melhoria da aprendizagem. Somente em 2025, foram adquiridos cerca de 250 mil tablets para os estudantes e 30 mil chromebooks para os professores da rede pública de ensino.

A Educação Superior também evoluiu com a criação de 23 novos cursos de graduação na Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e com a ampliação do programa Cartão Transporte Universitário que beneficiou, em 2025, 12 mil estudantes em 185 municípios, reduzindo os índices de evasão universitária.

INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os investimentos também se refletiram em obras e intervenções estruturantes em diversas regiões do estado. Intervenções em mobilidade urbana,

Divulgação

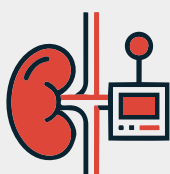


Entrega de cerca de 250 mil tablets aos estudantes pelo programa “Tô Conectado”, além de 30 mil chromebooks aos professores da rede pública de ensino

melhorias em rodovias e ampliação de equipamentos públicos contribuem para fortalecer a base estrutural das cidades e ampliar a oferta de serviços. No recorte de 2025, foram contabilizados mais de 230 km de novas rodovias e mais de 1.130 km de rodovias conservadas pelo Estado.

MARANHÃO: SOLIDEZ FISCAL E SALTO SOCIAL

O equilíbrio fiscal como motor da transformação social



EXPANSÃO DE 100% NA REDE DE HEMODIÁLISE
394 MÁQUINAS
Atendimento em todas as regionais



INCLUSÃO DIGITAL EM MASSA NA EDUCAÇÃO
280 MIL
Tablets e Chromebooks para estudantes e professores

INVESTIMENTOS PÚBLICOS CRESCEM MAIS DE

120%

R\$ 3,4 BILHÕES (2025)

R\$ 1,5 BILHÃO (2023)



MAIOR REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA AMÉRICA LATINA

214 unidades

200 MIL refeições diárias



Divulgação



Divulgação

Refeição balanceada e acessível do Restaurante Popular

Pavimentação de via urbana no município de Arari, como parte do programa de expansão e melhoria da infraestrutura viária do Governo do Maranhão, que reforça a mobilidade, o escoamento da produção e a qualidade de vida nas regiões urbanas

MAIOR REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA AMÉRICA LATINA

Na área social, a política de segurança alimentar apresentou expansão territorial relevante. Em 2023, a rede de Restaurantes Populares contava com 168 unidades distribuídas em 151 municípios. Em fevereiro de 2025, foi inaugurada a unidade de número 214, alcançando 188 cidades.

Somente em 2023, foram servidas mais de 32 milhões de refeições pela rede estadual. O volume expressivo demonstra a dimensão da política e sua relevância no enfrentamento à insegurança alimentar. Em 2025, os Restaurantes Populares alcançaram a marca de 200 mil refeições diárias, com almoço e jantar a R\$ 1 real e café da manhã a R\$ 0,50.



Divulgação

Distribuição de cartão do programa Maranhão Livre da Fome

Outro programa relevante para a segurança alimentar dos maranhenses é o programa Maranhão Livre da Fome. Com o objetivo de retirar mais de 432 mil maranhenses da linha da extrema pobreza, o estado garantiu, até o ano passado, um complemento financeiro de R\$ 200 às famílias beneficiárias do Bolsa Família que, mesmo recebendo a ajuda federal, ainda vivem abaixo da linha da pobreza. Em 2026, o valor foi ajustado para R\$ 300.

Ao longo do último ano, o programa contemplou 74 mil famílias em todos os 217 municípios do estado, com a injeção de mais de R\$ 75 milhões na economia local, reforçando a presença do Estado nas comunidades com maiores necessidades. Além da



Divulgação

transferência de recursos, o programa contempla a formação profissional dos beneficiários.

“Quando o planejamento é colocado no centro das decisões, a política pública chega onde as pessoas estão. A expansão da maior rede de segurança alimentar da América Latina mostra exatamente isso: mais unidades, mais refeições e mais dignidade para quem mais precisa. Estamos transformando planejamento em comida no prato, renda nas comunidades e proteção social para milhares de famílias maranhenses”, avaliou o secretário Vinícius Ferro.

VISÃO DE FUTURO

Além do impacto observado em curto prazo na entrega de obras e serviços, o governo buscou assegurar o desenvolvimento de longo prazo com a implantação do Plano Maranhão 2050, em junho de 2024. O documento que ultrapassa gestões garante um crescimento contínuo do estado a partir de metas e eixos estratégicos de longo prazo, com prioridades, diretrizes estruturantes e objetivos projetados para as próximas décadas.

Entre 2023 e 2025, o Maranhão ampliou significativamente o volume de investimentos executados,

O Plano Maranhão 2050 é o primeiro plano estratégico de longo prazo do Estado, que orienta o desenvolvimento socioeconômico, a redução de desigualdades e a construção de políticas públicas estruturantes até 2050, integrando governo, setor produtivo, academia e sociedade civil

fortaleceu políticas sociais e expandiu ações estruturantes em saúde, educação, segurança alimentar e infraestrutura. A ampliação da presença territorial com gestão municipalista e a consolidação de programas estruturantes consolidaram as políticas públicas nos 217 municípios e reforçaram a estrutura necessária para sustentar o crescimento social e econômico do Maranhão ao longo dos próximos anos. ●



O novo ciclo de desenvolvimento do Maranhão

Em 2023, assim que assumimos o governo como governador eleito, tomamos a decisão de colocar o planejamento no centro de tudo.

Preparamo-nos, durante anos, para conduzir os destinos do estado. Era preciso agir de forma certa, com muita responsabilidade, entendendo o tamanho do Maranhão, de suas necessidades e da urgência de sua gente. O que queríamos era colocar em prática o conhecimento da realidade de nossa gente, para além de relatórios.

O dia a dia do pequeno produtor que precisava de estrada para escoar o que planta. A realidade da mãe com um filho que saía ainda de madrugada para fazer hemodiálise longe de casa. Do estudante que quase desistiu da universidade porque o dinheiro da passagem não fechava a conta do mês.

Assim, entendendo que quando você decide que cada real precisa ter destino claro, prazo definido e impacto mensurável, o Estado deixa de reagir aos problemas e passa a conduzir o próprio futuro. Foi isso que fizemos no Maranhão.

Arregaçamos as mangas e colocamos nossas equipes em campo. Hoje, os números confirmam. Saímos de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em investimentos executados em 2023 para cerca de R\$ 3,4 bilhões em 2025. Um crescimento superior a 120% no triênio. Isso não é apenas expansão orçamentária. É capacidade de execução. É obra iniciada e entregue. É escola funcionando, hospital operando, estrada encurtando distâncias.

Ao mesmo tempo, fortalecemos nossa arrecadação própria, com crescimento de 15% em 2025. Em apenas um ano, a receita estadual teve acréscimo

superior a R\$ 2,3 bilhões. Modernizamos a fiscalização com o Sifma, recuperando recursos que antes escapavam ao controle. Organização gera eficiência, que atrai investimento, que traz desenvolvimento.

Para conseguir os números que esperávamos, colocamos a Secretaria de Planejamento como bússola estratégica. O resultado foi histórico: Nota A na Capacidade de Pagamento, aferida pelo Tesouro Nacional. Crescemos 3,6% no PIB em 2023 - acima da

média nacional e regional, segundo o Instituto

Maranhense de Estudos Socioeconômicos

e Cartográficos (Imesc). No segundo trimestre de 2025, novo avanço: 5,2%.

Somos hoje o primeiro do Nordeste e o segundo do país em Solidez Fiscal, de acordo com o Centro de Liderança Pública. Subimos do Selo Ouro para o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública. Uma vitória que garante sobretudo previsibilidade e segurança jurídica a quem quer investir no Maranhão.

Mas, se há algo que defendemos, é que gestão fiscal responsável só faz sentido se melhorar a vida das pessoas. Por isso, fizemos algo que se tornou rotina no governo: entregamos.

Na saúde, ampliamos os investimentos de R\$ 3,25 bilhões para R\$ 4,3 bilhões em três anos. O programa Cuidar de Todos levou equipamentos e insumos aos 217 municípios. O Cuidar dos Olhos já realizou quase 700 mil atendimentos e mais de 60 mil cirurgias, devolvendo autonomia a milhares de maranhenses. Distribuímos 300 mil óculos e fizemos algo que tem realmente trazido uma nova esperança a milhares de maranhenses: expandimos em mais de 100% a rede de hemodiálise; passamos de 279 para 394 máquinas, atendendo mais de 3.500 pacientes.

“Somos hoje o primeiro do Nordeste e o segundo do país em Solidez Fiscal, de acordo com o Centro de Liderança Pública”

São pessoas que deixaram de passar horas em deslocamentos desumanos para fazer tratamento mais perto de suas casas. Aqui, não tem como não lembrar de relatos emocionados de quem, agora, consegue viver com mais segurança, conforto e esperança de que o tratamento está sendo feito da melhor forma. Isso é descentralização com dignidade.

Além disso, já distribuímos 300 ambulâncias para os municípios e para as nossas unidades de saúde, por todo o estado. Saúde próxima salva vidas.

Na educação, elevamos os investimentos para cerca de R\$ 2,1 bilhões. São mais de 700 obras de construção, reforma e modernização de escolas, pois entendemos que ambientes adequados melhoram a aprendizagem. O programa Tô Conectado colocou nas mãos dos estudantes mais de 250 mil tablets e

30 mil chromebooks estão sendo entregues para os professores. No Maranhão, inclusão digital é prática cotidiana e tem aberto portas e possibilidades a milhares de jovens maranhenses.

Na Universidade Estadual do Maranhão, criamos 23 novos cursos de graduação. Mais qualificação e oportunidade em nossa instituição de ensino superior. Também ampliamos o Cartão Transporte Universitário, levando o atendimento para 12 mil estudantes em 185 municípios como uma importante arma contra a evasão escolar.

E o que falar da infraestrutura, a base silenciosa do desenvolvimento? Em 2025, entregamos mais de 230 km de novas rodovias e trabalhamos muito na conservação de aproximadamente 1.200 km. Seguimos com a construção da Nova Avenida Litorânea e da Avenida Metropolitana - vias que vão facilitar o deslocamento de mais de meio milhão de pessoas e que vão compor um novo grande anel viário na ilha de São Luís. Mobilidade melhora o escoamento da produção, atrai empresas, dinamiza economias locais. Cada quilômetro pavimentado é um corredor de oportunidades.

Na área social, consolidamos a maior rede de segurança alimentar da América Latina, com a ampliação do número de Restaurantes Populares espalhados pelo Maranhão. Saímos de 168 unidades em 2023 para

214 em 2026, presentes em 188 municípios. Servimos mais de 32 milhões de refeições em um único ano. Hoje, são cerca de 200 mil refeições diárias. Almoço e jantar a R\$ 1 e café da manhã a R\$ 0,50. Fazer com que as pessoas tenham acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos é essencial para a erradicação da fome, redução da pobreza e promoção da saúde.

Mas, na luta contra a fome, fomos além e ousamos, criando o programa Maranhão Livre da Fome, para retirar mais de 432 mil pessoas da extrema pobreza. Complementamos renda, injetamos mais de R\$ 75 milhões na economia local e associamos transferência de renda à qualificação profissional e aos cuidados com a saúde de cada um. Em nossa visão, proteção social precisa gerar autonomia.

**“Na
área social,
consolidamos
a maior rede de
segurança alimentar da
América Latina, com a
ampliação do número
de Restaurantes
Populares”**

O Maranhão tem crescido, transformado seus índices sociais e gerado emprego e renda, dentro de um planejamento que vem sendo muito bem executado por nossas equipes, que entenderam a importância de trabalharmos em harmonia, unidade e parceria. E é tanto assim que, em junho de 2024, lançamos o Plano Maranhão 2050.

Não como um plano de governo, mas, sim, como um plano de estado, com metas de longo prazo, prioridades definidas, eixos estratégicos claros. Desenvolvimento exige planejamento contínuo. E isso dá trabalho.

Claro que nem tudo aconteceu no ritmo que queríamos. Houve obras que exigiram revisão, ajustes de contrato e replanejamento. Faz parte de governar um estado com as dimensões do Maranhão. Compreendemos, perfeitamente, que ainda não estamos onde queremos e que precisamos corrigir rotas - o que é natural. Mas há algo que não se pode negar: estamos construindo um Maranhão mais sólido, mais competitivo e mais humano. Um estado que cresce acima da média, que organiza suas contas, que investe com responsabilidade e que leva políticas públicas aos 217 municípios.

Esse é o caminho que escolhemos. E é o caminho que está transformando o Maranhão em um estado cada vez mais pujante, vibrante e preparado para o futuro. ●

Carlos Brandão, Governador do Estado do Maranhão.



MATO GROSSO

Mato Grosso executa o maior plano de infraestrutura de sua história com grandes avanços em todas as áreas

● Assessoria, Seplag/MT

Ao assumir a gestão em 2019, o governador Mauro Mendes e o vice-governador Otaviano Pivetta encontraram um cenário de caos financeiro. O primeiro ano foi dedicado a um rigoroso ajuste entre gastos e receitas. O estado consolidou um modelo de governança que permitiu o ciclo de crescimento mais robusto da história de Mato Grosso.

Segundo levantamento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), o estado figura entre os que mais realizam investimentos

públicos no país. As iniciativas do Governo de MT têm caráter inovador, combinando planejamento territorial com vocações regionais. Áreas como infraestrutura logística, saúde, segurança e educação receberam aportes em volume nunca antes realizados, integrando desenvolvimento econômico ao bem-estar social.

O estado também apresenta a menor taxa de desemprego do Brasil, com índice de 2,3% (novembro de 2025), reflexo da combinação entre investimentos públicos estruturantes, ambiente institucional favorável e políticas de estímulo à atividade produtiva.

A gestão fiscal responsável, eficiente e transparente rendeu ao Governo de MT o reconhecimento máximo concedido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Por 3 anos consecutivos (2021, 2022, 2023), Mato Grosso foi Nota A. E, em 2024 e 2025, Mato Grosso foi premiado por alcançar a Nota A+, concedida apenas aos entes federativos que atingem a avaliação máxima tanto na Capacidade de Pagamento (Capag) quanto no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal.

Outro pilar foi a instituição da governança digital. Mato Grosso saiu da 24ª posição no ranking de serviços digitais, em 2020, para o segundo lugar em inovação em governo digital no Brasil, em 2025. A agenda de digitalização permitiu maior transparência, monitoramento em tempo real de projetos, eficiência com a integração de sistemas corporativos e uso de dados para suporte às decisões governamentais, além da ampliação de serviços digitais aos cidadãos.

Além disso, o Governo de MT criou o Prêmio Eficiência e Inovação em Práticas Públicas, que já está em sua terceira edição. O prêmio tem como objetivo reconhecer servidores que desenvolveram e implementaram soluções inovadoras capazes de gerar mais eficiência, economia ou satisfação ao cidadão. Somente nas duas primeiras edições, os projetos desenvolvidos e inscritos pelos servidores geraram uma economia de mais de R\$ 549 milhões para o estado.

De 2019 a 2025, o Governo de MT nomeou 6.837 novos servidores em áreas estratégicas como saúde, educação, segurança, defesa agropecuária e outras. Em paralelo, implantou o Programa Saúde e Bem-Estar, que já realizou cerca de 90 mil atendimentos aos servidores estaduais entre 2019 e 2025, incluindo serviços de bioimpedância e de telemedicina em diversas especialidades. Também tem reformado, de forma substancial, prédios públicos, proporcionando melhores ambientes de trabalho aos servidores e espaços mais acolhedores para o atendimento da população.

Matheus Brandão/Seplag-MT



O estado tem a menor taxa de desemprego do Brasil, reflexo da combinação entre investimentos públicos estruturantes, ambiente institucional favorável e políticas de estímulo à atividade produtiva

“A experiência de Mato Grosso demonstra que a sustentabilidade de grandes projetos públicos depende da consolidação de capacidades institucionais permanentes”, ressalta o secretário de Planejamento e Gestão de MT, Basílio Bezerra.

INFRAESTRUTURA

Mato Grosso executa o maior programa de pavimentação, recuperação de rodovias, construção de pontes de concreto e melhoria de corredores logísticos de sua história recente. Entre 2019 e 2025, foram entregues 6.197 quilômetros de novas rodovias pavimentadas e 3.777 quilômetros de asfalto recuperado. Ao final de 2026 serão mais de 7.000 km de asfalto novo e mais de 5.000 km de asfalto recuperado.

Além disso, o estado já entregou 261 pontes de concreto em todas as regiões do estado. As estruturas



Christian Antonucci / Secom-MT

1ª Ferrovia Estadual do Brasil: lei de 2020 autoriza iniciativa privada a construir 743 km de trilhos, conectando Rondonópolis a Cuiabá, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde para ampliar escoamento agropecuário em 16 municípios até 2030

substituem pontes de madeira e balsas, melhoram o tráfego de veículos, garantem mais segurança para quem transita pelas rodovias e facilitam o escoamento da produção agropecuária.

O Governo de MT assumiu em 2023 a concessão da BR-163, solução histórica de um dos principais gargalos logísticos do estado. De lá para cá, já foram entregues 230 quilômetros de duplicação ao longo da rodovia, com um investimento de R\$ 4,1 bilhões.

Outra solução criada pelo Governo de MT, por meio de lei aprovada pela Assembleia Legislativa em 2020, permite que a iniciativa privada explore ferrovias no estado e isso vai garantir a ampliação do escoamento da produção agropecuária. A 1ª Ferrovia Estadual do Brasil prevê a construção de 743 km de trilhos, que se dividirão em dois ramais, um interligando os municípios de Rondonópolis a Cuiabá, e o outro, Rondonópolis com Nova Mutum e Lucas do Rio Verde.

A Ferrovia deve entrar em operação total a partir de 2030 e passará por 16 municípios do estado, fazendo conexão com a malha ferroviária nacional e o Porto de Santos.

SAÚDE

O Hospital Central do Estado de Mato Grosso, inaugurado em dezembro de 2025, representa um momento histórico para a Saúde Pública estadual. A unidade é administrada pelo Einstein Hospital Israelita e vai realizar 5.400 cirurgias, 31 mil consultas e 52 mil exames por ano.

A construção ficou 34 anos inacabada e foi retomada de forma definitiva em 2020, pela atual gestão do governo do estado, sendo concluída com tudo que existe de mais moderno em tecnologia para atender a população gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). São 32 mil m² para atender as demandas de alta complexidade de Mato Grosso.

O estado também avança na construção de cinco novos hospitais regionais e na modernização de unidades existentes, reorganizando a oferta de serviços de saúde. Os resultados demonstram integração entre planejamento da rede assistencial, programação de investimentos, organização da regulação e expansão da capacidade instalada, incluindo a ampliação da oferta de leitos clínicos e de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).

EDUCAÇÃO

Mato Grosso ampliou significativamente o número de escolas estaduais. De 2019 a 2025 já foram entregues 46 novas escolas e 65 unidades estão em construção. Ao mesmo tempo, está reformando e modernizando unidades existentes, sendo 102 entregues reformadas e 99 em obras. Também foi ampliado o número de Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), bem como a entrega de equipamentos tecnológicos como chromebooks (169.391) para os estudantes e notebooks (22.211) para os professores. Até março de 2026, serão entregues 1.005 novos ônibus escolares.

O avanço em investimentos permitiu que a educação estadual deixasse o 22º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2019, para ocupar a 8ª posição, colocando Mato Grosso entre os 10 melhores estados em educação pública do país.

Avanços em MT: Saúde ganha Hospital Central (2025) e regionais; educação sobe ao 8º no Ideb com 46 escolas novas; segurança investe R\$ 2 bi, “Tolerância Zero” e 3.105 servidores nomeados (2019–2025)

SEGURANÇA PÚBLICA

Entre 2019 e 2025, foram investidos aproximadamente R\$ 2 bilhões em segurança pública, com aquisição de armamentos, viaturas, equipamentos, além da nomeação de mais 3.105 novos servidores.

Em novembro de 2024, o Governo de MT lançou o programa “Tolerância Zero ao Crime Organizado”, voltado ao enfrentamento qualificado às facções criminosas e à repressão a crimes estruturados, com ampliação significativa do número de operações policiais e ações integradas de inteligência e investigação.

Tonico Pinheiro/Secom-MT



Centro cirúrgico do HC equipado com o sistema robótico para cirurgias minimamente invasivas Da Vinci XI

Mayke Toscano/Secom-MT



Colégio Estadual Integrado no município de Sorriso

Christiano Antonucci/Secom-MT



Alunos da rede estadual recebem material didático



Michel Avim/Secom-MT

Atletas e técnicos recebem bolsa pelo Projeto Olympus



Fred Gustavos/Instituto Ciranda

O Instituto Ciranda atende atualmente cerca de 850 crianças, adolescentes e jovens, em cinco polos educacionais

SOCIAL

O Governo de MT realizou o maior investimento da história no social. De 2019 a 2025 foram investidos R\$ 1,5 bilhão no Programa Ser Família. O Governo de MT paga auxílio-moradia para mais de 1.400 mulheres vítimas de violência doméstica recomeçarem suas vidas. O programa leva atendimento móvel psicossocial a todas as regiões do estado.

Também foram entregues 610 casas gratuitas para famílias em vulnerabilidade (faixa zero), e mais de 33 mil famílias foram beneficiadas com subsídio de até R\$ 35 mil para compra da casa própria, além

da formação de mais de 34 mil pessoas em cursos profissionalizantes.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

O Governo de MT investiu, de 2019 a 2025, R\$ 500,7 milhões no esporte. O valor foi distribuído na realização de eventos esportivos, bolsas, patrocínios, capacitações e pontos de esporte. Só o Projeto Olympus, principal programa de incentivo ao esporte, focado no alto rendimento e desenvolvimento de base, teve um investimento de R\$ 27,6 milhões. O projeto concede bolsas mensais a atletas, paratletas e técnicos.

Já na Cultura, foram investidos R\$ 853,5 milhões em editais, bibliotecas, gestão de espaços como museus, patrocínios e eventos. É considerado o maior investimento da história no setor.

PARQUE NOVO MATO GROSSO

O Parque Novo Mato Grosso, considerado o maior complexo multieventos da América Latina, é um dos maiores legados da gestão Mauro Mendes. Localizado em Cuiabá, em uma área de 300 hectares, segue em ritmo acelerado de obras. O empreendimento será um conjunto de equipamentos voltados a eventos esportivos, culturais, turísticos e de lazer, incluindo autódromo, kartódromo, skatepark, arena de show para até 80 mil pessoas, pista de motocross, roda gigante e muito mais.

Alguns espaços do Parque já foram inaugurados como a Arena Show que recebeu em 2025 shows de Natanzinho, Gustavo Lima e Alok, e o Autódromo Internacional de Mato Grosso sediou a realização da primeira corrida noturna da história da Stock Car no país. Há também o Skate Park, uma área de aproximadamente 7.000 m², e equipamentos de padrão olímpico, que realizou a abertura do Circuito Brasileiro de Skateboarding Pro 2025.

A estrutura do parque deve receber, ao longo de 2026, competições, feiras, shows e eventos de grande porte, fortalecendo o turismo e o desenvolvimento urbano, econômico e cultural da região metropolitana.



Governar é priorizar: de um estado quebrado ao que realiza o maior pacote de investimentos da sua história

Entre 2019 e 2026, Mato Grosso registrou o maior ciclo de investimentos públicos da sua história. Um legado construído a partir da reconstrução da capacidade institucional de planejar, priorizar e executar políticas públicas de forma integrada.

O cenário encontrado pela atual gestão, lá em 2019, era de um estado sem credibilidade econômica. Havia uma dívida de R\$ 3,6 bilhões, inadimplência com 11 mil fornecedores, salários e 13º salários atrasados e atraso de 11 meses no pagamento da saúde, além de uma profusão de problemas encontrados, o que configurava uma clara demonstração de falta de planejamento.

Para chegarmos a esse novo patamar, foi necessário promover uma reorganização profunda dos processos, uma reforma administrativa e o controle de despesas, para então alcançarmos todas as regiões do estado e realizar entregas que impactassem diretamente a vida dos cidadãos mato-grossenses.

Mato Grosso tem o maior pacote de infraestrutura do Brasil. Vamos encerrar 2026 com mais de 7.000 km entregues de asfalto novo e mais de 5.000 km de asfalto recuperado. Já entregamos 261 pontes e estamos com 84 pontes em obras. Além disso, o Estado vai deixar um grande legado, o Parque Novo

Mato Grosso, que já é considerado o maior parque multieventos da América Latina.

Somos o estado que mais realiza investimentos no Brasil, segundo a ABDIB. Somente de janeiro a outubro de 2025, foram instaladas 2.727 novas indústrias. Além disso, em novembro de 2025, Mato Grosso foi o estado com a menor taxa de desemprego do país (2,3%).

“O Hospital Central de Mato Grosso é considerado o melhor hospital público do país”

Outro destaque é a entrega do Hospital Central de Mato Grosso, considerado o melhor hospital público do país, uma obra que ficou parada por 34 anos. Estamos construindo cinco hospitais regionais e reformando outras unidades. Nesses 7 anos de gestão, dobramos o número de leitos de UTI, ampliando o acesso da população à saúde.

Já entregamos, até 2025, 46 novas escolas e reformamos 102 unidades. Para além de obras feitas no setor educacional, apresentamos avanço expressivo no desempenho do ensino médio, saltando da 22ª para a 8ª posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Mato Grosso demonstra maturidade na gestão e compromisso com a população, ao converter recursos públicos em entregas concretas, reduzindo desigualdades regionais e gerando valor real para a sociedade. ●

Basílio Bezerra, secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Seplag-MT)



MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul: um novo ciclo de prosperidade e inovação (2023-2026)

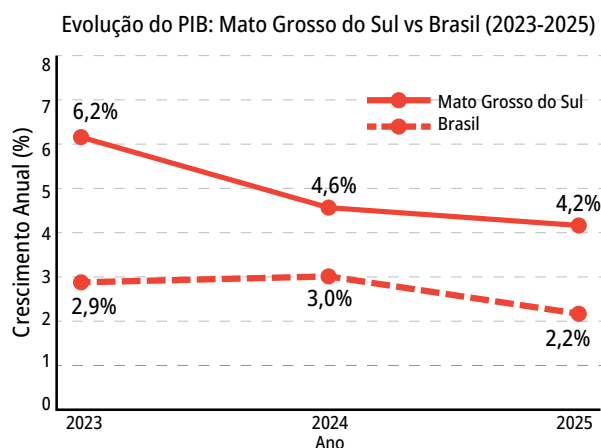
● **Eduardo Riedel**, governador do MS; e **Rodrigo Perez**, Secretário de Governo e Gestão Estratégica do MS

O novo ciclo de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, iniciado em 2023, consolidou o estado como um dos principais motores econômicos e de inovação tecnológica do Brasil. Fundamentado nos pilares de prosperidade, inclusão, sustentabilidade e digitalização, a gestão estadual implementou um modelo focado em resultados que transformou a eficiência administrativa em entregas reais para a população. Com a manutenção da nota Capag A+, classificação máxima de capacidade de pagamento do Tesouro Nacional, a

unidade federativa garantiu a segurança jurídica necessária para atrair bilhões em investimentos privados e viabilizar projetos públicos de grande escala.

O gráfico comparativo do crescimento do PIB, na página seguinte, destaca visualmente como Mato Grosso do Sul manteve uma trajetória de crescimento significativamente superior à média nacional no período analisado.

O gráfico a seguir demonstra que o estado iniciou o ciclo em 2023 com um salto impressionante de 6,2%, mais que o dobro da média brasileira (2,9%).



Mesmo com as flutuações do mercado nos anos seguintes, MS manteve-se resiliente, fechando 2025 com uma estimativa de crescimento de 4,2%, consolidando sua posição como um dos estados mais dinâmicos da federação.

Este desempenho é o resultado direto da combinação entre a força do agronegócio, a expansão da base industrial e a segurança jurídica proporcionada pela gestão fiscal eficiente.

UM PANORAMA DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO

Esse avanço econômico não ficou restrito aos indicadores financeiros, traduzindo-se em uma redução histórica na taxa de extrema pobreza, que caiu de 2,7% para 2,0% – um dos menores índices do país. No mercado de trabalho, o estado alcançou números de pleno emprego, registrando uma taxa de desocupação de apenas 3,4%, a quarta menor do Brasil.

Outro destaque importante é a estratégia exitosa na gestão territorial por parte do Governo do Estado, com todos os 79 municípios contemplados por investimentos significativos em áreas críticas de política pública e infraestrutura. Os modais rodoviário e aeroportuário, a saúde regionalizada e a educação em tempo integral são frentes de trabalho contínuas. Um exemplo marcante é a concessão das rodovias MS-112 e trechos da BR-158 e BR-436, um projeto estruturante com previsão de investimentos

da ordem de R\$ 3,5 bilhões ao longo de 30 anos para recuperação, voltados à recuperação, à manutenção e à ampliação da capacidade logística da unidade da Federação.

INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO: A INFOVIA DIGITAL

A modernização tecnológica é o coração da estratégia estadual para um governo 100% conectado. O principal projeto nessa área é a Infovia Digital, uma Parceria Público-Privada (PPP) que envolve um investimento total de aproximadamente R\$ 887 milhões. A iniciativa está instalando 6.950 km de rede de fibra óptica, interligando todos os 79 municípios.

Mais do que fornecer internet de alta velocidade para repartições públicas e escolas, a Infovia Digital democratiza o acesso à informação ao disponibilizar Wi-Fi gratuito em praças públicas de todas as cidades. Esse modelo de financiamento permite que a iniciativa privada aporte o capital e a expertise tecnológica, enquanto o estado paga pela disponibilidade do serviço, garantindo atualização constante sem comprometer o caixa imediato. A infraestrutura permite a implementação de serviços avançados, como telemedicina e monitoramento de segurança em tempo real, servindo de referência para outras unidades da federação que buscam universalizar a conectividade.

GESTÃO MUNICIPALISTA E INTELIGÊNCIA DE DADOS

A relação entre o governo estadual e as prefeituras foi redefinida pelo programa MS Ativo Municipalismo. O programa rompeu com o modelo tradicional de repasses passivos e instituiu uma governança baseada em cooperação técnica e cumprimento de metas em sete desafios fundamentais. Por meio de uma plataforma digital, as demandas locais são monitoradas em tempo real, garantindo que os recursos cheguem onde o impacto social é maior. Esse modelo de gestão orientada por dados fortalece a capacidade institucional dos pequenos municípios e garante que o progresso estadual seja verdadeiramente regionalizado.

INFOVIA DIGITAL: A ROTA DA CONECTIVIDADE EM MATO GROSSO DO SUL

Uma Parceria Público-Privada (PPP) de R\$ 887 milhões focada na modernização tecnológica de Mato Grosso do Sul, estabelecendo uma espinha dorsal de fibra óptica que conecta todos os órgãos públicos e oferece serviços digitais avançados para a população.

INFRAESTRUTURA E ESCALA

R\$ 887 MILHÕES

EM INVESTIMENTOS

Valor total mobilizado via PPP para garantir tecnologia de ponta e atualização constante

6.950 km

DE FIBRA ÓPTICA

Extensão da rede que interliga todas as regiões e os 79 municípios do estado



IMPACTOS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



WI-FI GRATUITO EM PRAÇAS PÚBLICAS

Democratização do acesso à informação em todas as áreas urbanas do estado



SAÚDE E EDUCAÇÃO CONECTADAS

Viabilização de telemedicina e conectividade de alta performance para unidades escolares



SEGURANÇA E EFICIÊNCIA PÚBLICA

Monitoramento por câmeras em tempo real e redução drástica de custos operacionais

Na área do turismo, a inteligência artificial e o Big Data tornaram-se ferramentas de gestão com a plataforma Alumia. O sistema integra dados de fluxos aéreos, buscas na internet e ocupação hoteleira para subsidiar decisões estratégicas de marketing e infraestrutura. Além de otimizar os investimentos públicos no setor, a plataforma fomenta o turismo de base comunitária, integrando aldeias indígenas e comunidades quilombolas à cadeia produtiva, garantindo que o desenvolvimento local ande junto com a preservação cultural e ambiental.

EXCELÊNCIA SANITÁRIA E DEFESA AGROPECUÁRIA

A competitividade internacional do agronegócio sul-mato-grossense é protegida por sistemas inovadores de defesa sanitária. A Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) implementou a Vigilância Sanitária Animal por Quadrantes, mapeando o estado em 1.215 áreas georreferenciadas para monitoramento ativo e preditivo. Esse rigor técnico foi essencial para a manutenção da Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, status que abre as portas para os mercados globais mais exigentes.

O sistema de distribuição desses 1.215 quadrantes de vigilância sanitária foi desenhado para englobar cada parte de Mato Grosso do Sul. Essa técnica de georreferenciamento permite que a IAGRO realize uma cobertura minuciosa de todo o território, garantindo que nenhum foco de risco sanitário passe despercebido. É essa precisão que sustenta a segurança da nossa carne nos mercados globais.

Para sustentar esses padrões de excelência, o estado investe continuamente em tecnologia e recursos humanos. Somente em projetos específicos focados na certificação internacional e em ações de vigilância ativa, o aporte foi de aproximadamente R\$ 8 milhões em recursos investidos. O resultado é um aumento expressivo na eficiência: em 2024, as ações de vigilância sanitária cresceram mais de 34% em relação ao ano anterior, totalizando mais de 42 mil intervenções preventivas, o que solidifica o estado como um modelo de biossegurança para o país.

Ou seja, temos o panorama completo do estado: a liderança no PIB, a infraestrutura digital em expansão, a segurança sanitária de ponta e resultados reais na justiça social. ●



Mato Grosso do Sul: a força da gestão estratégica na construção do futuro

Entre 2023 e 2026, Mato Grosso do Sul consolidou um modelo de governança que transcende a execução de obras isoladas e passa a priorizar a entrega de resultados sistêmicos. Sob os pilares de um estado próspero, verde, inclusivo e digital, a gestão estadual implementou projetos estruturantes que configuram um ecossistema de inovação com impacto direto na vida do cidadão e na competitividade do território.

O alicerce dessa modernização é a Infovia Digital. Com a implantação de quase 7 mil quilômetros de fibra óptica nos 79 municípios, o estado não apenas moderniza a máquina pública, mas promove inclusão ao disponibilizar Wi-Fi gratuito em praças e espaços públicos, reduzindo desigualdades de acesso. Essa infraestrutura robusta viabiliza iniciativas como a plataforma Alumia, que utiliza Big Data para converter potencial turístico em desenvolvimento econômico concreto, e o monitoramento da IAGRO, que protege o patrimônio agropecuário por meio de inteligência geográfica, assegurando biossegurança

e reforçando a confiança dos mercados internacionais.

A relevância estratégica dessas ações reside na integração e na coordenação institucional. Por meio do MS Ativo Municipalismo, o governo estadual superou o modelo de repasses passivos e instituiu uma parceria

técnica orientada por metas e resultados. Esse arranjo garante que o progresso alcance a “ponta”, fortalecendo a capacidade de gestão das prefeituras e assegurando que o crescimento econômico – refletido em um PIB superior à média nacional – seja acompanhado por avanços consistentes nos indicadores sociais.

Para a população, os efeitos são concretos: serviços públicos digitais mais ágeis, ampliação das oportunidades de emprego qualificado e uma redução histórica da extrema pobreza. Mato Grosso do Sul reafirma, assim, sua posição como referência nacional, demonstrando que a tecnologia, aliada a uma governança sólida e orientada ao municipalismo, constitui um instrumento decisivo para promover dignidade e prosperidade sustentável. ●

“Por meio do MS Ativo Municipalismo, o governo estadual superou o modelo de repasses passivos e instituiu uma parceria técnica orientada por metas e resultados”

Governador Eduardo Riedel e Rodrigo Perez Ramos, Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica



MINAS GERAIS

Minas Gerais mantém 3º lugar no ranking nacional de investimentos públicos com R\$ 7 bilhões em 2025

● Michelle Aguiar, Seplag/MG

O Estado de Minas Gerais manteve a posição de destaque no ranking de investimentos públicos em 2025. O volume total de investimentos empenhados no exercício foi de R\$ 7,036 bilhões, fazendo com que Minas ocupe a terceira colocação entre os 27 entes federados, segundo dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária disponibilizado pelo Tesouro Nacional. Para 2026, a previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) é de R\$ 9,25 bilhões em investimentos.

Minas alcançou o terceiro lugar em 2023 e manteve a posição nos anos seguintes, com investimentos que somam um montante superior a R\$ 23,34 bilhões nos 3 anos. Os valores compreendem as despesas de investimentos e inversões financeiras, incluindo a execução de empreendimentos e obras de infraestrutura, softwares e a aquisição de imóveis, instalações e equipamentos.

“O desempenho de Minas Gerais demonstra a prioridade que nossa gestão dá à agenda de

investimentos, com foco em áreas estruturantes e em iniciativas de alcance regional. Os investimentos públicos assumiram um papel estratégico para o desenvolvimento de bens e serviços que buscam melhorar a qualidade de vida dos mineiros”, afirma a secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Silvia Listgarten.

Atualmente, o Executivo mineiro tem uma carteira de 77 projetos estratégicos que abrangem todo o Estado de Minas Gerais e beneficiam uma população de 21,4 milhões de pessoas. A Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepgag-MG) faz a gestão e a coordenação desses projetos, além de ser responsável pelo planejamento e pelo orçamento estaduais, com foco na melhoria da qualidade do gasto para a aplicação eficiente nas políticas públicas voltadas ao cidadão mineiro.

De 2023 a 2025, os valores investidos na carteira de projetos estratégicos somam quase R\$ 10 bilhões. Somente em 2025, o investimento total foi de R\$ 2,5 bilhões.



Os investimentos públicos assumiram um papel estratégico para o desenvolvimento de bens e serviços que buscam melhorar a qualidade de vida dos mineiros”

Silvia Listgarten, secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

Além disso, o Governo de Minas conta com um Banco de Projetos Prioritários com cerca de 300 projetos pré-qualificados, que são passíveis de captar R\$ 7 bilhões em recursos para áreas prioritárias, como saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Desde 2023, foram captados mais de R\$ 184,2 milhões por meio do Banco.

Protagonismo e crescimento nos investimentos públicos

Minas Gerais consolidou-se como o 3º estado que mais investe no Brasil, mantendo essa posição desde 2023. Com uma gestão focada em projetos estruturantes e eficiência fiscal, o estado projeta um crescimento contínuo para 2026, priorizando áreas como saúde, infraestrutura e desenvolvimento regional.

PERFORMANCE E PROJEÇÃO FINANCEIRA

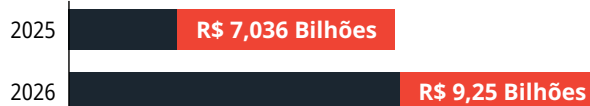
3º lugar no ranking nacional

Minas Gerais mantém a terceira posição entre os 27 entes federados desde 2023



R\$ 23,34
Bilhões investidos
Volume total acumulado entre os anos de 2023 e 2025

Fluxo de investimentos



PROJETOS ESTRATÉGICOS E IMPACTO SOCIAL



Banco de 300 Projetos Prioritários

Portfólio com potencial de captação de R\$ 7 bilhões em recursos públicos e privados



77 Projetos em Execução

Iniciativas geridas pela Sepgag-MG que beneficiam diretamente 21,4 milhões de pessoas



R\$ 1 Bilhão em Saúde Regional

Construção de 5 hospitais regionais, gerando mais de 1,1 mil novos leitos.

A secretária Silvia Listgarten explica que o Governo de Minas aprofundou, nos últimos anos, as discussões e os instrumentos de gestão para planejar, coordenar e executar as atividades relativas à captação de recursos para projetos estratégicos do governo e a respectiva gestão e execução dos investimentos, em articulação transversal entre os órgãos e entidades da Administração Pública estadual. Isso contribuiu para organizar prioridades, elevar a maturidade das propostas e aumentar a competitividade do Estado.

PROJETOS ESTRATÉGICOS E OS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO

O Governo de Minas investiu R\$ 2,5 bilhões em 77 projetos estratégicos em 2025. A carteira gerida pela Seplog-MG inclui iniciativas de todas as pastas do Estado: Saúde, Educação, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Social, Segurança,

Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Planejamento e Gestão, Infraestrutura, Cultura e Turismo e Fazenda.

Um dos projetos estratégicos de destaque é o de implementação de cinco hospitais regionais em Minas Gerais, com investimento de quase R\$ 1 bilhão para reforçar a rede de saúde em diferentes regiões do estado. Juntas, essas unidades irão disponibilizar mais de 1,1 mil novos leitos e beneficiar diretamente mais de 4,2 milhões de mineiros, ampliando o acesso aos serviços hospitalares e fortalecendo a regionalização da saúde.

O primeiro hospital entregue foi o Regional de Teófilo Otoni, concluído em dezembro de 2025. Com mais de 22 mil metros quadrados de área construída e 427 leitos, incluindo internações adultas, pediátricas e maternidade, ele configura o maior complexo hospitalar do interior do Estado de Minas Gerais. A expectativa é que sejam beneficiadas mais

A expansão dos 5 hospitais regionais em Minas Gerais



Dirceu Aurelio/Imprensa-MG

ENTREGUE EM 2025

Hospital de Teófilo Otoni

800 mil pessoas beneficiadas, maior complexo do interior



Dirceu Aurelio/Imprensa-MG

ENTREGUE EM 2026

Hospital Divinópolis

Amplia o acesso a serviços de média e alta complexidade

R\$ 1 BILHÃO
em Investimentos

Recurso destinado exclusivamente à rede de cinco hospitais regionais estratégicos em Minas Gerais



+1.100
novos leitos

Expansão massiva da capacidade de internação para atender **4,2 milhões** de cidadãos.

CONCLUSÃO PREVISTA PARA 2026



Hospitais de Sete Lagoas, Conselheiro Lafaiete e Governador Valadares

Parte dos recursos são provenientes de acordos judiciais, como o de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

de 800 mil pessoas de mais de 50 municípios do Vale do Mucuri.

As obras do Hospital Regional de Teófilo Otoni começaram em 2014, mas foram interrompidas dois anos depois, com cerca de metade dos serviços executados, e retomadas em outubro de 2022 pelo governador Romeu Zema.

Já a cerimônia de conclusão da obra do Hospital Regional de Divinópolis foi realizada em fevereiro deste ano. O complexo amplia o acesso a serviços de média e alta complexidade no centro-oeste mineiro, e a população já comemora a iniciativa.

“Eu já tinha perdido a esperança de ver o hospital de Divinópolis funcionando, e agora a obra

O Banco de Projetos Prioritários de Minas Gerais é um instrumento de gestão que busca estruturar e consolidar uma carteira de projetos com potencial de captação de recursos, orientando a atuação estratégica do Estado

está pronta. Durante muito tempo, o local ficou abandonado, sem estrutura, e a gente achava que a obra paralisada não teria continuidade. Eu precisava pegar dois ônibus para chegar a um hospital, agora é perto da minha casa, eu posso ir a pé. É a saúde chegando mais perto da população”, celebra o morador de Divinópolis, Juliano Dias.

Os outros três hospitais que completam o projeto estratégico são os de Sete Lagoas, Conselheiro Lafaiete e Governador Valadares, que têm previsão de conclusão até o fim deste ano. Parte dos recursos é proveniente de acordos judiciais, como o de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Para viabilizar a execução do projeto dos Hospitais Regionais, foi estruturado um arranjo de governança composto pela atuação da Seplag-MG como escritório de projetos responsável pela articulação e pelo monitoramento contínuo; por reuniões multissetoriais entre equipes técnicas, voltadas ao acompanhamento operacional; e por reuniões periódicas com a alta gestão das pastas envolvidas, como as Secretarias de Estado de Saúde e de Infraestrutura, o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais e a Advocacia-Geral do Estado.

“O arranjo desse projeto permitiu integrar as diferentes frentes de trabalho e dar mais agilidade à condução do projeto, especialmente diante da retomada de obras paralisadas há mais de uma década e da execução simultânea de hospitais de grande porte”, destaca a subsecretária de Gestão Estratégica e Reparação da Seplag-MG, Gabriela Brandão.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Metrô:

Concessão dos serviços para melhoria, ampliação, construção e operação do metrô de Belo Horizonte. O projeto inclui a requalificação e a ampliação da Linha 1 em mais uma estação, além da construção da Linha 2, que terá sete novas estações e 10,5 km de extensão.



Trilhas de Futuro:

Formação técnica gratuita para estudantes do Ensino Médio, prioritariamente da rede pública estadual, com cursos alinhados às demandas locais, auxílio alimentação e transporte, ampliando a empregabilidade e a geração de renda.



Leite para a Primeira Infância:

Distribuição gratuita de leite para famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a segurança alimentar e fortalecendo a agricultura familiar e o setor produtivo local.



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O Banco de Projetos Prioritários de Minas Gerais é um instrumento de gestão que busca estruturar e consolidar uma carteira de projetos com potencial de captação de recursos, orientando a atuação estratégica do Estado. Como ele é atualizado anualmente, as iniciativas são revisadas e priorizadas garantindo o alinhamento direto com os objetivos estratégicos do governo e com as diretrizes de desenvolvimento regional e local.

Em 2025, foram quase 300 projetos pré-qualificados, com potencial de captação de R\$ 7 bilhões por meio de financiamento público ou privado, seja por meio de emendas parlamentares federais, fundos especiais, parcerias internacionais, entre outros.

A Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC-MG) é responsável pela análise técnica, acompanhamento e atualização contínua do portfólio. O template para submissão de projetos apresenta o diagnóstico preliminar do problema público a ser solucionado, assim como estabelece um plano de trabalho detalhado, no qual constam a motivação, os benefícios, os valores máximos e mínimos por categoria de despesa, de modo a viabilizar a execução e a regionalização do projeto.

“O Banco de Projetos da Casa Civil é um pilar da nossa estratégia de captação. Ele fortalece a capacidade do Estado de transformar planejamento em entregas concretas, ao assegurar previsibilidade, qualidade técnica e transparência na seleção e priorização dos investimentos. A captação de recursos vai além de ampliar o orçamento: busca garantir que cada valor investido gere impacto para quem mais precisa, com responsabilidade social”, enfatizou o secretário da Casa Civil de Minas Gerais, Luiz Otávio.

As iniciativas passam por uma análise de nível de maturidade, priorização e avaliação de riscos, servindo como referência técnica para negociações com financiadores nacionais e internacionais. Destaca-se também a análise vinculada do portfólio ao Comitê de Orçamento e Finanças do Estado de Minas Gerais (Cofin), especialmente sobre o custeio agregado no desenvolvimento e implementação dos projetos.

“A experiência do Banco de Projetos Prioritários combina planejamento estratégico, governança e atuação diversificada. Minas Gerais demonstra que é possível transformar capacidade administrativa em efetivas entregas sociais e econômicas. A institucionalização da carteira de projetos fortalece a previsibilidade e a transparência, contribuindo para uma captação qualificada e alinhada às prioridades do Governo de Minas”, ressalta a subsecretária de Relações Institucionais da Casa Civil, Cássia Freitas.

PROJETOS DO BANCO

KIT Completo de Defesa Civil:

Busca a aquisição de equipamentos e veículos em kits completos a serem utilizados nos municípios em ações de proteção e defesa civil, tanto no âmbito preventivo como na gestão de desastres, por meio das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.



Projeto de PPP de Terminais Metropolitanos e Estações do MOVE da Região Metropolitana de Belo Horizonte:

Busca estruturar a concessão dos terminais e estações existentes e a serem construídas, incluindo requalificação, operação, conservação, manutenção e exploração da infraestrutura.



Trajeto Moda:

Busca promover a qualificação profissional na área de corte e costura e o empreendedorismo para mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente de violência doméstica, com oferta de capacitações, cursos profissionalizantes e aquisição de maquinário de costura.





Governança estratégica em Minas Gerais

A Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais planeja e acompanha o portfólio de projetos estratégicos, assegurando alinhamento às prioridades do Governo de Minas Gerais e às entregas à população. Para isso, adota um modelo de gestão baseado em coordenação e articulação entre atores, garantindo decisões tempestivas e resultados pactuados.

A aplicação do modelo evidencia-se na implantação dos Hospitais Regionais, iniciativa que retomou obras paralisadas há mais de uma década e viabilizou a execução simultânea de cinco unidades de grande porte, com investimento de cerca de R\$ 1 bilhão. Estruturou-se um arranjo de governança com atuação da Superintendência Central de Gestão das Ações Estratégicas no monitoramento contínuo, reuniões técnicas multissetoriais e encontros com a alta gestão para deliberações estratégicas. O arranjo integrou frentes de trabalho, alinhou a atuação dos órgãos envolvidos e assegurou mais coordenação na execução.

De forma semelhante, na política de Concessões e Parcerias Público-Privadas, o Governo de Minas Gerais possui 22 contratos em execução, somando cerca de R\$ 23 bilhões em investimentos contratualizados. Nesse contexto, a articulação entre

atores é central para os resultados. O sistema de governança conta com o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas como instância estratégica e com a Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias responsável pela coordenação e modelagem, enquanto a Secretaria de Planejamento e Gestão promove a articulação entre instâncias e atores externos e, por meio do monitoramento, qualifica as informações que subsidiam decisões objetivas e tempestivas.

No mesmo sentido, a Secretaria da Casa Civil estruturou governança para a captação de recursos. O Banco de Projetos Prioritários organiza uma carteira atualizada anualmente que, em 2025, reuniu cerca de 300 projetos pré-qualificados, com estimativa superior a R\$ 7 bilhões passíveis de captação. Ao ordenar prioridades e orientar a atuação transversal dos órgãos, o instrumento amplia a competitividade do estado.

Ao consolidar instrumentos de governança, coordenação e captação, Minas Gerais fortalece sua capacidade de viabilizar políticas públicas com maior eficiência e previsibilidade, assegurando que planejamento, execução e financiamento se convertam em entregas alinhadas às prioridades e às demandas da população. ●

“Minas Gerais fortalece sua capacidade de viabilizar políticas públicas com maior eficiência e previsibilidade”

Silvia Listgarten, secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais



O novo Pará: avanços históricos e o legado das ações de 2025 na construção de um futuro melhor

● Bianca Buenaño, Seplad/PA

O Pará vive um momento de grandes transformações. Com ações estratégicas em áreas como saúde, segurança pública e desenvolvimento econômico, o governo estadual traçou um panorama de avanços importantes no último ano. Durante a Sessão Solene que marcou a abertura do Ano Legislativo de 2026 da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), realizada em fevereiro, o governador Helder Barbalho e a vice-governadora Hana Ghassan entregaram aos deputados estaduais a Mensagem do Poder Executivo, um amplo balanço das ações realizadas ao longo de 2025. O documento apresenta

resultados em diversas áreas, além de destacar os impactos e o legado da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém. Trata-se de um ano histórico para o Pará. Em seu discurso, Helder Barbalho afirmou que 2025 representou um marco histórico para o estado.

“Foi efetivamente o ano do Pará, em que nós, paraenses, elevamos como nunca o orgulho pela nossa terra, pela nossa bandeira e pela nossa gente. O ano de 2025 foi a síntese de muitos outros que vieram antes para que ele pudesse acontecer, e foi histórico porque provou que o Pará pode mais, ele é



Marco Santos / Ag. Pará



Estamos presentes nos 144 municípios, com ações e entregas na educação, saúde, segurança, assistência social e segurança alimentar, e tantas outras áreas prioritárias, de fato, fazendo a diferença na vida dos paraenses”

Helder Barbalho, governador do Pará

do tamanho que quiser ser. Para isso bastará sempre a vontade política, a competência técnica e a união do governo com a sociedade”, afirmou.

O chefe do Executivo também ressaltou a mudança de percepção sobre o estado ao longo dos últimos anos. “Hoje o Pará é um substantivo: é o nosso Pará, sólido, que se transforma e transforma a vida das pessoas, que muda para melhor, que avança, num ciclo que começou há 7 anos pela vontade do povo paraense. O ano de 2025 foi um divisor de águas permanente em relação a tudo que nunca poderíamos ser; agora sabemos o futuro grandioso que é possível construir quando trabalhamos com seriedade, ouvindo, planejando e sabendo que um sonho só se concretiza quando vira realidade”, frisou.

Ao apresentar o conceito do Novo Pará, Helder Barbalho reforçou a presença do estado em todo o território paraense. “O Novo Pará está aí e cabe a nós agora melhorá-lo cada vez mais, manter a direção rumo ao futuro de um Pará cada vez melhor e lembrar de um tempo em que tudo era impossível, como uma página da história que nossa sociedade amadureceu e, finalmente, conseguiu virar e deixar para trás. Estamos presentes nos 144 municípios, com ações e entregas na educação, saúde, segurança, assistência social e segurança alimentar, entre tantas outras áreas prioritárias, de fato fazendo a diferença na vida dos paraenses”, enfatizou.

COP30 E LEGADO ESTRUTURAL

O governador destacou a realização da COP30, em Belém, como um dos principais marcos de 2025. “A COP de Belém teve ampla participação popular e acesso livre à população na Green Zone, que foi aberta ao público e contou com cerca de 30 mil pessoas por dia durante as duas semanas do evento, superando meio milhão de visitas. Isso é uma conquista que vai muito além do evento. Foram mais de 62 mil participantes, de 195 países, credenciados na Blue Zone. A importância da COP de Belém é inquestionável. Ao trazer a conferência para a Amazônia, promovemos um contraste revelador com os últimos três anos, quando o evento ocorreu em países com economias baseadas na exploração de combustíveis fósseis. Além de ser simbólica, essa mudança de cenário estimula e reforça o debate climático”, lembrou.

A Mensagem do Poder Executivo Estadual resalta que o legado da COP já se traduz em benefícios concretos para a população. Entre os exemplos citados está o Parque da Cidade, que além de sediar eventos da conferência, se consolidou como um novo equipamento de turismo, lazer e negócios em Belém. O governador também destacou obras estruturantes de saneamento básico e macrodrenagem.

“Foram realizadas obras em 13 canais de Belém, para resolver questões estruturais de alagamentos que tanto afetavam comunidades de áreas periféricas da cidade. Ampliamos o sistema de distribuição de

água, levamos coleta de esgoto e construímos uma nova estação de tratamento. São obras que beneficiam dois milhões de pessoas”, citou.

MEIO AMBIENTE, BIOECONOMIA E INOVAÇÃO

Outro marco de 2025 foi o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), modelo de financiamento climático global respaldado por 53 países. O governador destacou os resultados ambientais alcançados pelo estado. “Com efeito, a redução acumulada alcançou 57% desde 2022. Em 2025, o Pará também registrou queda de 67% nos focos de queimadas, em comparação com o mesmo período de 2024. Esses resultados comprovam o acerto de um conjunto de ações e iniciativas ininterruptas da gestão estadual, baseadas no Plano Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) e no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)”, enfatizou.

Helder Barbalho também ressaltou a implantação do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, com investimento de R\$ 300 milhões, e o avanço do Vale Bioamazônico. “O Pará avança também com a proposta inovadora do Vale Bioamazônico, programa que objetiva atrair investimentos e talentos para

consolidar a unidade da Federação como polo global de bioeconomia e biotecnologia, unindo ciência, tecnologia e valorização da sociobiodiversidade como base de um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Mais do que uma política pública, esta é uma visão de futuro: a construção de um caminho de oportunidades para os nossos jovens, prosperidade para nossos empreendedores e transformação para toda a nossa gente”, destacou.

INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Na infraestrutura, o governador destacou investimentos de R\$ 3,36 bilhões em 2025, com a entrega de rodovias, pontes, terminais hidroviários e a consolidação do BRT Metropolitano. “O Pará aplicou mais de R\$ 8 bilhões nos últimos 3 anos, transformando vidas e realidades em todas as regiões do estado, potencializando a regionalização do desenvolvimento, a mobilidade urbana e rural e a qualidade de vida da nossa gente”, informou.

Na educação, Helder Barbalho ressaltou os investimentos em creches, ensino em tempo integral e modalidades específicas. “Em 2025, a educação paraense deu um grande salto. Investimos nas nossas

O NOVO PARÁ: O LEGADO DE 2025

O Pará reafirma seu protagonismo global através de resultados práticos e investimentos estruturantes.

REDUÇÃO DE 57%
NO DESMATAMENTO ACUMULADO

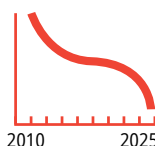


COP30: MEIO MILHÃO DE VISITAS EM BELÉM

Legado de saneamento e macrodrenagem beneficiando 2 milhões de pessoas.



3 MILHÕES DE
ATENDIMENTOS
NAS USIPAZ



CRIMES VIOLENTOS REDUZIDOS EM 55%

Índice alcançado no comparativo entre 2010 e 2025 com investimento de R\$ 5,5 bilhões.



crianças, ampliando o acesso à educação básica e oferecendo mais oportunidades para que cada uma delas tenha um futuro melhor. Educação é inclusão. Nos últimos três anos, atendemos à média anual de 100 mil alunos do Ensino Fundamental. No Ensino Médio, foram 335 mil, dos quais destaco 30 mil no Ensino em Tempo Integral, um aumento de 144,33% nos últimos três anos. Além disso, foram 6.200 estudantes na Educação do Campo, 2.190 estudantes quilombolas e 2.700 estudantes na Educação Indígena”, informou.

Sobre os investimentos na área, o governador acrescentou: “Mais do que números, essas são demonstrações concretas do nosso compromisso em continuar a avançar cada vez mais na educação e seguir na trajetória de crescimento que nos fez dar o maior salto da história do Brasil no último Ideb em todas as demais edições”.

Na saúde, foram destacadas a ampliação e descentralização da rede de atendimento. “Nos dois primeiros anos desta atual gestão, ampliamos e descentralizamos a rede de atendimento de saúde, por meio de obras como o Hospital Pronto-Socorro Dr. Roberto Macedo, em Belém, com 95 leitos; Hospital Regional de Ourilândia do Norte, com 120 leitos; e o Hospital Regional de Oriximiná, com 35 leitos. Também foram empregados mais de R\$ 3 milhões na construção do Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (Cetea), em Belém, considerado o primeiro centro de capacitação de profissionais do Brasil para a assistência às pessoas com TEA. Além disso, o estado, em parceria com as prefeituras, investiu mais de R\$ 23 milhões na reestruturação dos Hospitais Municipais”, ressaltou.

O governador também destacou a implantação do Hospital da Mulher do Pará. “Em 2025, expandimos a rede instalada, com a implantação do Hospital da Mulher do Pará, em Belém, com 120 leitos, referência em atendimento especializado, integral e humanizado à saúde feminina no estado”, afirmou.

SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS SOCIAIS

Na área da segurança pública, Helder Barbalho ressaltou a redução dos índices de criminalidade. “Nesse propósito, em 2025, com investimento de

mais de R\$ 5,5 bilhões em infraestrutura, equipamentos, inteligência e pessoal, celebramos a redução dos índices de criminalidade em 55% nos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), no comparativo de 2010 a 2025. Isso prova que, com compromisso e dedicação, nada é impossível de mudar”, salientou.

O governador destacou ainda o fortalecimento do programa Territórios pela Paz (TerPaz) e das Usinas da Paz. “O Programa Territórios pela Paz (TerPaz) congrega ações de segurança pública, cidadania e inclusão social, por meio de estratégias como as Usinas da Paz, as nossas UsiPaz, que, em 2025, realizaram mais de 3 milhões de atendimentos. Neste ano foram implantadas 11 novas unidades, atendendo às populações de Abaetetuba, Barcarena, Bragança, Benevides, Cametá, Castanhal, Capanema, Moju, Marabá, São Miguel do Guamá e Tucuruí, com serviços e ações voltadas à inclusão social, paz e cidadania. Totalizamos, assim, 24 UsiPaz em atividade no estado, a maior iniciativa de aplicação de políticas sociais a quem mais precisa, respeitando a diversidade, cuidando de nossos idosos e investindo nas crianças, adolescentes e jovens, que serão o Pará do futuro. Continuaremos com essa transformação, com a entrega de mais 18 unidades em 2026. Esse é o Novo Pará”, reforçou.

Helder Barbalho também citou os resultados do programa Por Todas Elas, coordenado pela vice-governadora Hana Ghassan. “Em 2025, além das ações voltadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres em situação de vulnerabilidade, atuamos com o Programa Por Todas Elas, também interligado à estratégia TerPaz, que ofereceu serviços essenciais às mulheres e suas famílias, com cerca de 170 mil atendimentos, fortalecendo o protagonismo da participação feminina na construção de seus direitos”, pontuou.

COMPROMISSO COM O FUTURO

Ao encerrar, o governador agradeceu a colaboração dos diversos setores da sociedade e reafirmou o compromisso com o futuro do estado. “O Novo Pará nasceu! Cabe a nós fazê-lo crescer, amadurecer e nunca, nunca, deixar que ninguém ponha em risco o futuro que finalmente se abriu e que é só o começo. O melhor está por vir”, observou. ●



Paraíba: a construção de um estado eficiente, moderno e sustentável

● **Rafaela Gambarra**, Seplag/PB

A trajetória da Paraíba nos últimos anos é marcada pelo planejamento de políticas públicas baseado em dados e evidências, que possibilitou uma transformação estrutural, elevando o estado a patamares inéditos de eficiência pública e desenvolvimento sustentável. Esse processo, fundamentado no equilíbrio fiscal e na valorização das demandas próprias da sociedade, não apenas modernizou a infraestrutura física, mas

também consolidou uma gestão reconhecida nacionalmente por sua capacidade de entrega.

O reconhecimento externo é um dos pilares dessa narrativa de sucesso: a unidade federativa alcançou o posto de mais competitivo do Nordeste e obteve destaque em inovação, segurança pública e potencial de mercado, conforme os dados do Centro de Liderança Pública (CLP). Além disso, o Índice Mackenzie de Liberdade Econômica também colocou a Paraíba como o estado com maior liberdade econômica do Nordeste e o quinto melhor do Brasil.

Esse prestígio é cancelado pelas mais rigorosas instituições de avaliação fiscal. A Paraíba consolidou-se como o único estado do Nordeste a obter o Rating A+ da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com nota máxima em capacidade de pagamento. Também a agência internacional Standard & Poor's (S&P Global Ratings) conferiu ao estado o Rating AAA, o nível mais alto de eficiência, atestando a segurança para instalação de novas empresas e a manutenção de investimentos públicos com recursos próprios.

Esse ambiente de negócios seguro resultou na geração de milhares de empregos com carteira assinada, contribuindo para que o país atingisse a menor taxa de desemprego já registrada desde 2012, de 6%, segundo o IBGE.

A REVOLUÇÃO NA SAÚDE E NA PROTEÇÃO ÀS MULHERES

A saúde pública foi um dos eixos prioritários, com o compromisso com a interiorização dos serviços que levou equipamentos de última geração para todas as regiões, com marcos como a construção do Hospital do Trauma do Sertão, em Patos, orçado em R\$ 150 milhões para oferecer 245 novos leitos.

Na capital e em Campina Grande, a atenção à saúde da mulher ganhou estruturas exclusivas: o Hospital da Mulher Dona Creusa Pires (JP), com aporte de R\$ 144,7 milhões, e o Hospital da Mulher Margarida da Motta Rocha (CG), com mais de R\$ 123 milhões investidos. Além disso, a rede de políclínicas foi expandida para garantir atendimentos especializados próximos à população.

No campo da proteção às mulheres, a Paraíba tornou-se referência nacional com a expansão do Programa Integrado Patrulha Maria da Penha. Cobrindo atualmente 151 municípios, o programa é um símbolo de políticas integradas voltadas para as mulheres, oferecendo acolhimento, monitoramento de medidas protetivas e assistência jurídica e psicológica. O impacto é direto e vital: desde a sua implantação, nenhuma mulher atendida pelo programa no estado foi vítima de feminicídio. Essa política é reforçada pela criação de equipamentos

Divulgação/Seplag-PB



Hospital da Mulher Dona Creusa Pires, em João Pessoa, é um equipamento 100% dedicado à saúde feminina, com investimento de R\$ 144,7 milhões em uma estrutura moderna e humanizada para acolher mães, bebês e mulheres em todas as fases da vida

como as “Salas Lilás” em parceria com o programa “Antes que Aconteça”, ampliando a rede de acolhimento em mais de 50 cidades.

EDUCAÇÃO E CULTURA COMO PILARES DO DESENVOLVIMENTO

Uma economia forte, de um lado, e educação e saúde inclusivas, de outro, permitiram a transformação de sonhos em realidade. Por meio de convênios com prefeituras, o estado viabilizou a construção de mais de 200 creches, assegurando investimentos de cerca de R\$ 213 milhões na educação infantil de qualidade desde os primeiros anos. Simultaneamente, o programa de intercâmbio levou centenas de estudantes e professores para universidades e centros de pesquisa em outras partes do mundo, oxigenando a rede estadual com experiências internacionais.



Divulgação/Seplag-PB

Museu de História da Paraíba reúne a trajetória política, social e cultural do estado em um equipamento cultural no Centro Histórico de João Pessoa

Foram cerca de R\$ 200 milhões investidos em salas digitais. Foram adquiridos mais de 850 veículos para transporte escolar, além da criação do Passe Livre Estudantil e projetos como o 'Amanhã Digital', com investimento de R\$ 200 milhões equipando salas com tecnologias inovadoras e ampliando as possibilidades educacionais para os estudantes.

Na cultura, a identidade é um ativo econômico e social. A entrega de equipamentos como o Museu do Artesanato Paraibano - Janete Costa, o Museu da Cidade de João Pessoa, o Museu da Diáspora Negra, dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais da Paraíba e o Museu de História da Paraíba



Divulgação/Seplag-PB

Vila Olímpica de Guarabira é um marco do esporte paraibano, com estrutura de alto rendimento e lazer que amplia o acesso a práticas esportivas na região

não apenas preserva a memória, mas fomenta a economia criativa e o turismo cultural, pilares essenciais de um desenvolvimento que respeita e valoriza suas raízes.

CIÊNCIA, ESPORTE E LOGÍSTICA: EXPANSÃO EM CURSO

A visão estratégica contemplou a ciência e o esporte como ferramentas de inclusão e desenvolvimento. Na área científica, com investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, destaca-se a construção do radiotelescópio Bingo em Aguiar – o maior da América Latina – e a materialização da Cidade da Astronomia, em Carrapateira, que altera a configuração econômica e cultural do Sertão paraibano. Esse, se soma ao Museu da Arqueologia, em Cajazeiras, compondo com Sousa, onde há o Parque Vale dos Dinossauros, uma ambiência científica de estudos pré-históricos.

No esporte, a construção da Vila Paralímpica em João Pessoa, orçada em R\$ 130 milhões, representa um marco de acessibilidade e valorização do esporte de alto rendimento, somando-se à já consolidada Vila Olímpica de Guarabira e aos investimentos em bolsas que beneficiam centenas de atletas em todo o estado.

A logística estadual recebeu aportes significativos para garantir o escoamento da produção e o fomento ao turismo. A modernização do Porto de Cabedelo e a reforma e construção de aeródromos, além do Aeroporto de Patos, aumentaram a conexão da Paraíba ao restante do país. Essas obras são complementadas por programas de infraestrutura urbana, como o “Travessias Urbanas”, que redesenhou as principais vias de acesso a diversos municípios, e a construção de mais de 20 mil unidades habitacionais em parceria com o governo federal.

PONTE DO FUTURO

A Ponte do Futuro surge como o maior investimento individual em infraestrutura rodoviária da história recente da Paraíba, com um aporte recorde de quase R\$ 500 milhões. Este complexo de engenharia foi projetado para alterar radicalmente a logística de escoamento de cargas na Região Metropolitana de João Pessoa, interligando pontos estratégicos que anteriormente sofriam com gargalos históricos de deslocamento. Ao facilitar a conexão entre o Porto de Cabedelo e as principais rodovias de acesso ao estado, a obra não apenas otimiza o

Divulgação/Seplag-PB



Arcos Metropolitanos é a solução de mobilidade que desvia o tráfego de veículos pesados das áreas centrais

Divulgação/Seplag-PB



Cidade da Astronomia integra observatórios, museus e planetário ao radiotelescópio Bingo no Sertão paraibano

tempo de transporte, mas também potencializa a atratividade da região para novos empreendimentos industriais e logísticos, consolidando o estado como um hub regional.

ARCOS METROPOLITANOS

Já o projeto dos Arcos Metropolitanos, com aporte de R\$ 230 milhões, representa a solução definitiva para os problemas crônicos de mobilidade na região adensada da Grande João Pessoa e Campina Grande. Trabalhando em sinergia com a Ponte do Futuro,



Divulgação/Seplag-PB

Polo Turístico Cabo Branco é o maior projeto turístico em execução no Brasil, com investimentos privados acima de R\$ 3 bilhões para consolidar a Paraíba como destino de alto potencial e geração de emprego

esses anéis viários foram desenhados para retirar o tráfego de veículos pesados das áreas centrais, proporcionando um alívio imediato no fluxo de trânsito urbano e aumentando a segurança viária. Com a abertura de novas ligações e pontes, a gestão estadual conseguiu criar trajetos mais rápidos e seguros, garantindo que a circulação de pessoas e mercadorias ocorra de forma fluida, sem os entraves que anteriormente limitavam o crescimento das cidades metropolitanas.

TURISMO: “QUEM VEM À PARAÍBA, VOLTA!”

O turismo, um dos eixos desenvolvimentistas mais seguros e perenes, garante rendimento qualificado para milhares de paraibanos.

Neste sentido, o governo do estado viabilizou a infraestrutura necessária para a realização do Polo Turístico Cabo Branco, o maior projeto nesses moldes em execução no Brasil, com investimentos privados que ultrapassam os R\$ 3 bilhões de reais, gerando cerca de 20 mil empregos, na fase de construção, e a perspectiva de mais 21 mil empregos, quando em operação.

O moderno Centro de Convenções, na Rainha da Borborema, potencializará o turismo de eventos naquela região, enquanto o Hotel Bruxaxá, em Areia (uma importante escola de hotelaria), se dedica à formação de mão de obra especializada.

SEGURANÇA E PROGRESSO SOCIAL

Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), localizados em Campina Grande, João Pessoa e Patos são referências em gestão interligada de segurança pública e inovação tecnológica aplicada. Em 2025, o monitoramento desses centros resultou na execução de cerca de duas mil ações.

No que diz respeito à segurança hídrica, a construção da Adutora TransParaíba (Ramais Cariri e Curimataú) é uma grande obra de infraestrutura, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão. O projeto utiliza água da Transposição do Rio São Francisco (via Açude de Boqueirão) para abastecer mais de 30 municípios nas regiões do Cariri, Curimataú e Seridó, beneficiando mais de 100 mil pessoas.

Agora, é a hora de revisar o Plano Estratégico de Longo Prazo (PELP) da Paraíba, atualizar a visão de futuro que deve nortear as ações e detalhar os objetivos, metas e estratégias para os próximos vinte anos.

Este planejamento, baseado em dados e evidências, é capaz de dar aos cidadãos paraibanos a certeza de estarem cada vez mais bem assistidos, seja na saúde, na segurança, na educação, no turismo, na cultura, nos recursos hídricos e em tantos outros pilares que constroem um estado digno e eficiente.

A Paraíba é uma unidade da Federação que planeja, que se prepara e que, acima de tudo, está lado a lado da população, vivendo, juntos, nosso melhor momento!





Planejar para transformar

Nos últimos anos, o Estado da Paraíba passou por um processo consistente de transformação econômica, social e ambiental, marcado pelo fortalecimento do planejamento público e pela ampliação da capacidade de investimento público. A combinação entre equilíbrio fiscal, gestão orientada por dados e políticas públicas estruturantes permitiu ao estado realizar obras de infraestrutura, fortalecer serviços essenciais e criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento sustentável.

No campo econômico, a Paraíba registrou avanços relevantes em diversos indicadores. Estudos do Banco do Brasil apontam que o estado apresentou um dos maiores crescimentos do Produto Interno Bruto do país em 2024, com expansão de cerca de 6,6%, superando as médias nacional e regional. Além disso, a atividade industrial tem se consolidado como um dos motores da economia estadual, com crescimento constante desde 2022 e taxas superiores às médias do Nordeste e do Brasil. Esse dinamismo econômico também ampliou o consumo das famílias e estimulou a geração de empregos formais e a atração de novos investimentos.

“Planejar com equilíbrio e investir com propósito permitiu à Paraíba transformar crescimento em desenvolvimento sustentável”

As transformações sociais acompanharam esse ciclo de crescimento. A ampliação de investimentos públicos permitiu a expansão da rede de saúde, educação e infraestrutura urbana, com a construção de hospitais, escolas, sistemas de abastecimento de água e obras de mobilidade. O

aumento da capacidade de investimento do estado também

impulsionou projetos de inclusão social, melhoria da qualidade dos serviços públicos e interiorização de políticas públicas, fortalecendo o acesso da população a serviços essenciais.

No campo ambiental e da sustentabilidade, as políticas de infraestrutura hídrica, gestão de recursos naturais e planejamento territorial ganharam relevância estratégica. Investimentos em adutoras, sistemas de abastecimento e obras de segurança hídrica contribuíram para reduzir vulnerabilidades históricas relacionadas à escassez de água no semiárido. Ao integrar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, a Paraíba consolida um modelo de desenvolvimento que busca garantir prosperidade no presente sem comprometer as condições das futuras gerações. ●

Gilmar Martins, secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado da Paraíba



Paraná que trabalha e cuida com desenvolvimento responsável e investimento para o futuro

● Renato César Ribeiro e Alexandra Fante, SEPL/PR

O Estado do Paraná apresenta um panorama fiscal consolidado e estável, evidenciando uma trajetória de crescimento sustentável e responsável, tornando-se referência para o Brasil. Amparado pelos resultados econômicos positivos, o segundo mandato do governador Ratinho Junior é marcado por investimentos robustos em infraestrutura em todos os campos de políticas públicas, além de um aperfeiçoamento sem precedentes entre o planejamento estratégico e a integração orçamentária.

Essa solidez é comprovada pela evolução das receitas tributárias de 2023 a 2025, que proporcionaram alto desempenho dos investimentos atuais. A responsabilidade na gestão é representada pelas mudanças implementadas desde 2023, com a nova metodologia do Plano Plurianual (PPA), elaborada para o ciclo 2024-2027. Essas inovações permitiram que o orçamento estivesse muito mais voltado a resultados de entregas diretas para a sociedade, respeitando a relação das dimensões física e financeira em todas as peças orçamentárias, seja no PPA,

na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou na Lei Orçamentária Anual (LOA).

As grandes obras que estão transformando o Estado são planejadas e projetadas pela Secretaria do Planejamento do Paraná (SEPL). Como órgão de assessoramento e apoio direto ao governador, a SEPL atua na coordenação e controle de ações, assuntos e programas que envolvem diversas secretarias. Por meio de projetos estruturantes, a SEPL permite que o governo supra, com excelência, as necessidades da população do Paraná.

O secretário do Planejamento, Ulisses Maia, reforça esse compromisso. “O Governo do Paraná mantém um planejamento contínuo que reflete nossa evolução. Saltamos de R\$ 6 bilhões em investimentos, em 2023, para R\$ 7,98 bilhões, em 2025. Com uma gestão séria e estruturada, estamos impulsionando o desenvolvimento e elevando a qualidade de vida em todas as regiões do estado”, afirmou.

O CAMINHO DO INVESTIMENTO ATÉ O CIDADÃO

Como parte da priorização da reconstrução da infraestrutura, o PPA atual tem 35 programas de gestão ou finalísticos, com 1.754 entregas previstas e 935 obras distribuídas, que podem ser consultadas de forma transparente no site Paraná em Obras (www.paranaemobras.pr.gov.br).

A eficiência na execução orçamentária é um dos grandes diferenciais desta gestão. Em 2023, foram disponibilizados R\$ 13,1 bilhões para investimentos, com a efetivação de R\$ 6 bilhões de pagamentos. Em 2025, por sua vez, a disponibilidade foi de R\$ 10,3 bilhões, com R\$ 7,98 bilhões efetivados. Esses números representam o esforço contínuo do estado para empenhar e pagar os recursos dentro do mesmo exercício. O Paraná efetivamente concretizou sua execução, com um aumento expressivo do percentual pago em relação ao orçamento, saltando de 45,8% em 2023 para 77,6% em 2025.

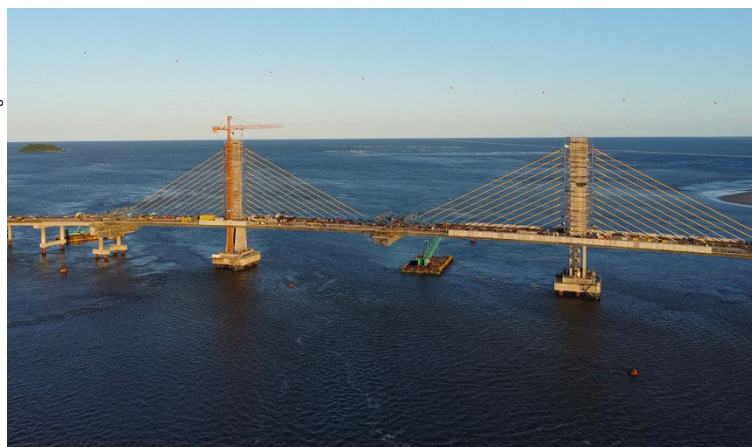
Desde agosto de 2023, o Governo do Paraná ampliou sua capacidade de investimento, priorizando seis áreas cruciais: Educação, Habitação, Infraestrutura, Sustentabilidade, Segurança Pública

Divulgação



O secretário do Planejamento, Ulisses Maia e o governador Ratinho Junior

Rodrigo Felix Leal / SEPL



As grandes obras que estão transformando o Estado são planejadas e projetadas pela Secretaria do Planejamento do Paraná

e Incentivo ao Crédito. Já foram utilizados 25,3% dos recursos disponíveis, incluindo rendimentos. Atualmente, 61 ações de 45 projetos conectam-se diretamente com o PPA, abrangendo desde rodovias e habitação até a modernização de escolas e segurança pública.



Um dos resultados mais celebrados pela população é a redução histórica do IPVA, que caiu 45,7% em 2026

Esse desempenho fiscal exemplar foi reconhecido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Com base nos dados de 2024, o Paraná recebeu a classificação final A+, sustentada por um endividamento baixo de 44,72% e uma poupança corrente de 86,89%. Esses índices posicionam o Estado entre os entes com melhor desempenho fiscal do país.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E INFRAESTRUTURA

Um dos resultados mais celebrados pela população é a redução histórica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A partir de 2026 o imposto caiu 45,7%, passando de 3,5% para apenas 1,9% do valor venal, a menor alíquota do Brasil. No campo logístico, aproximadamente 98 rodovias e estradas passarão por duplicação, ampliação ou manutenção no ciclo 2024-2027, além de programas contínuos de reparos em pontes e viadutos em todo o território estadual.

Na área social, o Programa Paraná que Cuida lançou o projeto Infância Feliz, destinando recursos para que municípios construam creches voltadas a crianças de zero a três anos em situação de vulnerabilidade. Com investimentos de aproximadamente R\$ 2 milhões por unidade, o objetivo é zerar o déficit na educação infantil com 403 novos equipamentos educacionais em 355 municípios contemplados.

LIDERANÇA EM EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

A educação paranaense segue batendo recordes. Em 2025, o Estado concluiu 150 obras e serviços de engenharia no setor, somando R\$ 176 milhões em investimentos. O Paraná mantém a 5ª colocação nacional em estudantes matriculados na educação

Tabela: Orçamento atualizado (disponível e contingenciado), empenhado e pago, por ano em valores nominais – total do estado – Paraná – 2023 a 2025

ANO	VALOR NOMINAL (r\$)			PERCENTUAL	
	ORÇAMENTO ATUALIZADO	EMPENHADO	PAGO	EMPENHADO SOBRE ATUALIZADO	PAGO SOBRE ATUALIZADO
TODAS AS DESPESAS					
2023	63.432.219.766,00	54.134.079.635,67	48.302.257.789,98	85,34	76,15
2024	67.146.096.555,00	59.484.115.512,57	53.238.683.693,78	88,59	79,29
2025	67.070.654.553,00	65.309.861.077,98	61.246.396.674,96	97,37	91,32
DESPESAS DE CAPITAL					
2023	13.116.249.273	8.539.691.040,56	6.010.745.483,55	65,11	45,83
2024	12.243.466.626	8.276.125.497,68	5.195.210.144,60	67,60	42,43
2025	10.286.652.611	9.629.436.023,48	7.982.140.787,38	93,61	77,60

FONTE: Relatórios de Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME, 2023-2025)

básica, com um salto de 253 para 486 instituições com oferta de tempo integral entre 2023 e 2025. A educação profissional também registrou expansão vigorosa, passando de 607 para 777 escolas e atingindo a marca de 100 mil matrículas.

No ensino superior, o destaque é o Fundo Paraná, gerido pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que se consolidou como um dos mecanismos de incentivo à ciência mais robustos do Brasil, com aporte obrigatório de 2% da receita tributária para o setor. Em 2025, o fundo empenhou quase a totalidade de seu orçamento de R\$ 517,7 milhões para apoiar pesquisas em saúde, biotecnologia e modernização de laboratórios universitários. As universidades estaduais realizaram 5.239 projetos de pesquisa e formaram mais de 10 mil estudantes de ensino superior em 2025.

Também são apoiadas iniciativas relevantes como unidades experimentais para pesquisa e inovação, estudos em saúde e biotecnologia, desenvolvimento de insumos farmacêuticos, modernização de infraestrutura, implantação de equipamentos científicos estratégicos, desenvolvimento de tecnologias aplicadas à saúde, continuidade de programas de formação e qualificação em gestão pública e a modernização de laboratórios e centros de pesquisa nas universidades estaduais.



61 ações de 45 projetos conectam-se diretamente com o PPA, abrangendo desde rodovias e habitação até a modernização de escolas e segurança pública

As universidades estaduais contaram, em 2025, com 5.306 ações extensionistas, registrando 10.202 estudantes de ensino superior formados e 2.670 estudantes de pós-graduação titulados em níveis de mestrado e doutorado. Também foram realizados 5.239 projetos de pesquisa para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

PARANÁ CADA VEZ MAIS SEGURO

A tranquilidade das famílias paranaenses também é prioridade. O Paraná apresentou melhoras significativas, com a taxa de homicídios reduzindo de 14,47 vítimas por 100 mil habitantes em 2024 para

Tabela – Oferta de educação profissional – Paraná – 2023 a 2025

DADOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	2023	2024	2025
Instituições com oferta de Educação Profissional	607	669	777
Turmas	2.512	3.135	3.606
Estudantes beneficiados	74.543	88.094	100.059

FONTE: DEP – Departamento de Educação Profissional

Tabela – Estudantes matriculados na educação básica no estado – Paraná – 2023 a 2025

DADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARANAENSE	2023	2024	2025*
Escolas da Rede Federal, Estadual, Municipal e Privada	9.572	9.614	9.543
Estudantes da Educação Básica (milhões)	2,7	2,9	2,9
Colocação Nacional	5ª.	5ª.	5ª.

FONTE: DGDE – Departamento de Governança de Dados Educacionais. NOTA: *outubro/2025



Roberto D'Ávila Jr/AEN

Rodovia Minérios

9,95 em 2025. O investimento em inteligência reflete na queda acentuada de crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos de veículos.

UM ESTADO QUE PLANEJA HOJE PARA LIDERAR AMANHÃ

Os indicadores apresentados não são apenas números de relatório, mas o reflexo de um Paraná que vive sua melhor fase com saúde, educação, esporte, turismo e segurança pública integrados em um projeto de Estado sólido e humano. Ao elevar o investimento efetivo de R\$ 6 bilhões para R\$ 7,98 bilhões em apenas dois anos e alcançar a histórica Nota A+ do Tesouro Nacional, o Governo do Paraná prova que a responsabilidade fiscal é o único caminho para a justiça social. Com a menor alíquota

Os indicadores apresentados não são apenas números de relatório, mas o reflexo de um Paraná que vive sua melhor fase com saúde, educação, esporte, turismo e segurança pública

de IPVA do país e uma rede de proteção à infância e à educação em franca expansão, o Estado consolida um modelo de gestão que prioriza entregas diretas e eficientes. Mais do que números, essas melhorias estão na vida das pessoas, confirmando que, com planejamento sério e compromisso com o cidadão, vive-se muito melhor no Paraná de hoje. ●

Tabela: Indicadores de segurança pública – Paraná – 2023 a 2025*

INDICADOR	2023	2024	2025*	Projeção ano total 2025
Quantidade de mortes violentas	1.860	1.770	1.117	1.340
Quantidade de furtos	165.175	148.427	118.859	142.631
Quantidade de roubos	23.628	18.127	12.432	14.918
Quantidade de furto de veículos	12.622	11.263	7.465	8.958
Quantidade de roubo de veículos	3.044	2.107	1.333	1.600
Quantidade de veículos recuperados	9.826	8.644	6.499	7.799

FONTE: BI, aplicação “Briefing SESP – Operacional”, acesso em 17/11/2025. NOTA: *Dados de 2025 até 31 de outubro de 2025



Paraná se consolida como referência nacional em planejamento e gestão estratégica

O Paraná vive hoje um momento histórico, consolidando-se como uma referência de gestão pública para todo o Brasil. Como secretário do Planejamento, tenho o privilégio de coordenar uma engrenagem estratégica que transforma diretrizes orçamentárias em benefícios reais para a nossa população. Sob a liderança do governador Ratinho Junior, o planejamento deixou de ser um conceito abstrato para se tornar o alicerce de um Estado que trabalha e cuida com responsabilidade.

Nossa atuação na Secretaria do Planejamento (SEPL) é o coração desse processo. É por meio de uma integração sem precedentes entre o planejamento estratégico e a integração orçamentária, que garantimos a eficiência dos gastos públicos. Implementamos uma nova metodologia no Plano Plurianual (PPA) para o ciclo 2024-2027, focada em entregas diretas à sociedade. O resultado é claro. Saltamos de R\$ 6 bilhões em investimentos efetivados em 2023 para expressivos R\$ 7,98 bilhões em 2025. Mais do que números, isso representa um

aumento notável em nossa capacidade de execução, que subiu de 45,8% para 77,6% no mesmo período.

Essa solidez fiscal, reconhecida com a classificação A+ pelo Tesouro Nacional,

nos permite ousar e inovar. Estamos promovendo uma redução his-

tórica no IPVA, garantindo a menor alíquota do país a partir de 2026. No campo social, o projeto “Infância Feliz” destina recursos para que municípios construam creches, visando zerar o déficit na educação infantil

em 355 cidades. Paralelamente,

nossa educação básica e profissional segue batendo recordes de matrículas e de expansão das escolas em tempo integral.

Planejamos o hoje com os olhos no amanhã. Seja na infraestrutura, com aproximadamente 98 rodovias passando por melhorias, no apoio à ciência por meio do Fundo Paraná, ou na redução drástica dos índices de homicídios, o foco é o mesmo: o de colocar as pessoas em primeiro lugar. O Paraná de hoje prova que a responsabilidade fiscal é o único caminho seguro para a justiça social. ●

“Planejamos o hoje com os olhos no amanhã. Seja na infraestrutura ou na redução drástica dos índices de homicídios, o foco é o mesmo, o de colocar as pessoas em primeiro lugar”

Ulisses Maia, secretário de Estado do Planejamento do Paraná



PERNAMBUCO

Pernambuco retoma protagonismo regional e nacional na capacidade de investimento

● **Douglas Fernandes**, Seplag/PE

Quando a governadora Raquel Lyra (PSD) assumiu o comando do Governo do Estado, em 2023, Pernambuco não tinha uma carteira de projetos estruturantes, estava com as contas desequilibradas, sem a possibilidade de captar operações de crédito com a garantia da União e havia passado oito anos consecutivos com um volume de investimento muito tímido, perdendo o protagonismo regional e nacional.

Após um grande trabalho de reestruturação fiscal, o estado voltou a ter a Capacidade de Pagamento (Capag) B+, permitindo uma captação recorde de recursos para investimento, passou a contar com uma robusta carteira de projetos e, tudo isso somado ao volume já investido, principalmente com recursos próprios, fez com que Pernambuco saltasse da 24ª posição entre as unidades da Federação que mais investiram, em 2023, para o 10º lugar, em 2025, com

R\$ 5,054 bilhões, segundo dados dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) publicados pelas Secretarias Estaduais da Fazenda.

Pernambuco vem imprimindo um crescimento exponencial na capacidade de investimento, saindo de R\$ 1,853 bilhão, em 2023, ano em que foi preciso arrumar a casa, para R\$ 3,292 bilhões, em 2024, quando registrou o maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 15 anos, e, finalmente, R\$ 5,054 bilhões, em 2025. Os valores incluem as inversões financeiras e foram atualizados a preços de 2025.

O montante no ano passado foi o maior investido nos últimos 11 anos no Estado. Desde 2023, Pernambuco já investiu R\$ 10,199 bilhões, superando o que foi investido entre 2019 e 2022, quando o valor chegou a R\$ 9,395 bilhões. De 2023 para cá, instituiu 488 projetos de investimento, que contemplam, por exemplo, as áreas de educação, com R\$ 2,2 bilhões já investidos; saúde, com R\$ 867 milhões; segurança, com R\$ 398 milhões; infraestrutura viária, com R\$ 2,4 bilhões; habitação, com R\$ 889 milhões; e,

Pernambuco vem imprimindo um crescimento exponencial na capacidade de investimento, saindo de R\$ 1,853 bilhões, em 2023, para R\$ 3,292 bilhões, em 2024, e, finalmente, R\$ 5,054 bilhões, em 2025

saneamento, com R\$ 854 milhões, em todo o estado, que possui 98.312 km² de extensão, o que beneficiou 9,56 milhões de habitantes.

Nesse contexto de retomada da capacidade de investimento, o Governo de Pernambuco chamou para si uma responsabilidade que é dos municípios: a educação na Primeira Infância. Isso tudo em um contexto bastante desafiador. Em 2022, segundo o Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq, o Estado possuía a menor porcentagem de crianças matriculadas em creches do Nordeste, com apenas 18,7%.



Obra do Arco Metropolitano

Ed Machado/Seplag-PE



Janaina Pepeu/Secom-PE

Creche de Igarassu

Por meio do Programa Juntos pela Educação, o governo estadual anunciou a criação de 60 mil vagas de creches a fim de aumentar em 50% o número de vagas na rede pública e atender crianças de 0 a 5 anos. Mais de R\$ 1 bilhão serão investidos. “Certamente, é o maior projeto de construção de creches

do Brasil”, ressaltou o secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional e presidente do Conseplan, Fabrício Marques.

No total, serão construídas 250 unidades, chamadas de Centros de Educação Infantil (CEIs). As três primeiras já foram entregues, em Igarassu, na Região Metropolitana do Recife (RMR), em dezembro de 2025, em Caruaru, no Agreste, em fevereiro deste ano, e na Ilha de Itamaracá, na RMR, em março deste ano. As demais estão em execução. Cada um dos 184 municípios pernambucanos terá pelo menos uma creche construída pelo Governo do Estado.

No geral, desde 2023, a educação no Estado passou a ter um volume de investimento que não se via há décadas e, em 2025, chegou a um recorde, com R\$ 1 bilhão investido pela primeira vez na área, superando os R\$ 924 milhões investidos nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e de 2022, somados. É o maior investimento da história em educação.

Com a maior estrutura pública estadual do Norte e Nordeste, a saúde também teve um crescimento histórico no seu nível de investimento, com a implementação de uma política de requalificação

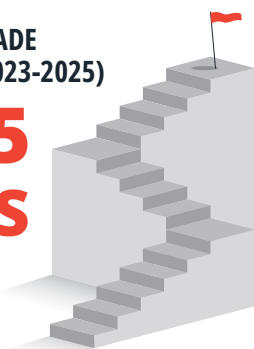
PERNAMBUCO: A RETOMADA DO PROTAGONISMO E DO INVESTIMENTO

Após anos de estagnação e desequilíbrio fiscal, Pernambuco passou por uma reestruturação profunda a partir de 2023. Com a recuperação da nota de crédito (Capag B+) e uma nova gestão de projetos, o estado saltou da 24ª para a 10ª posição nacional em volume de investimentos

O SALTO NA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO (2023-2025)

R\$ 5,05 BILHÕES

O investimento anual quase triplicou em três anos, atingindo o maior patamar em mais de uma década



SALTO DA 24ª PARA A 10ª POSIÇÃO NACIONAL

Pernambuco recuperou o protagonismo regional ao subir 14 posições no ranking de investimentos das unidades da federação

R\$ 10,2 BILHÕES
INVESTIDOS DESDE 2023



RECUPERAÇÃO DE **1,5 MIL KM** DE ESTRADAS
INÍCIO DAS OBRAS DO **ARCO METROPOLITANO**



MAIOR INVESTIMENTO EM SAÚDE DESDE 2010
CONSTRUÇÃO DE 5 NOVOS BATALHÕES DE POLÍCIA



Ed Machado/Seplag-PE

Obra da Maternidade de Igarassu

de todas as unidades, com reformas estruturantes e a renovação de todo o parque de equipamentos dos hospitais, além da construção de cinco novas maternidades. Em 2025, foram R\$ 538 milhões investidos. A última vez que o Estado tinha chegado ao patamar de R\$ 500 milhões de investimento na área foi em 2010. E de 2016 a 2019, a saúde não chegou a ter nem R\$ 100 milhões investidos por ano.

Na segurança pública, Pernambuco voltou a ter, desde 2023, um investimento maciço. Em 2025, o Estado investiu R\$ 217 milhões, o maior valor em uma década. A última vez que a gestão estadual chegou aos R\$ 200 milhões investidos foi em 2014. Dentro do Juntos pela Segurança, plano robusto para a área, o Estado vai construir cinco batalhões da Polícia Militar após três décadas sem novas unidades.

Dos R\$ 2,4 bilhões investidos em infraestrutura de transporte desde 2023, R\$ 2,2 bilhões foram destinados para a restauração, melhoria e expansão da malha viária do Estado, resultando na entrega de mais de 1,5 mil quilômetros de estradas. E o Governo do Estado está executando o Arco Metropolitano,

obra pensada há quase três décadas para desafogar o trânsito da Região Metropolitana do Recife (RMR). É a maior obra viária estadual desde a duplicação da BR-232 e tem um investimento inicial de R\$ 632 milhões.

Não foi apenas o volume de investimento que teve grande avanço em Pernambuco, também a própria gestão dos investimentos, já que o estado passou a contar, desde junho de 2024, com o Sistema de Gestão de Projetos de Investimento Público, criado, por meio de decreto, pela governadora Raquel Lyra. No sistema, serão integradas todas as ações relacionadas ao ciclo de investimento, desde a concepção do projeto, passando pela avaliação prévia, priorização e seleção, execução e até a avaliação ex post.

“Foi dado um enorme passo na institucionalização da gestão de investimentos públicos com esse sistema. Pernambuco saiu de um contexto de baixo investimento, de ausência de uma carteira de projetos e de poucos avanços na gestão desses projetos para um cenário de alto volume de investimento, com uma carteira definida e de aperfeiçoamento da gestão de investimentos”, ressaltou a



Josimar Oliveira/SEE-PE

Creche de Caruaru

secretária-executiva de Gestão Estratégica da Seplag, Andreza Alves, integrante do Grupo de Trabalho (GT) de Investimentos Públicos do Conseplan.

O sistema vai além porque instituirá um banco de projetos, auxiliando gestores e técnicos na elaboração de novos projetos. Nesse verdadeiro repositório, estão projetos em processo de avaliação, os que aguardam decisão para serem submetidos à seleção da governadora, os que ainda não têm atestada a viabilidade na avaliação prévia, aqueles que não foram selecionados e os que foram escolhidos, além dos que estão em execução e dos que foram concluídos.

“O Sistema de Gestão de Investimento Público vem com o objetivo de institucionalizar os investimentos públicos do Estado. Ele vai, de certa forma, melhorar a forma como o governo planeja, seleciona, executa e acompanha os projetos que são financiados com recursos públicos. Além disso, ele não é um projeto de governo, ele é um projeto de estado. Então, pode entrar governo e sair governo que a gente tem todo esse legado de projetos para serem executados”, destacou o secretário Fabrício Marques.



O Sistema de Gestão de Investimento Público vai melhorar a forma como o governo planeja, seleciona, executa e acompanha os projetos que são financiados com recursos públicos”

Fabrício Marques Santos,
secretário de Planejamento, Gestão
e Desenvolvimento Regional de
Pernambuco e presidente do Conseplan

O Governo do Estado segue trabalhando para manter esse nível de investimento histórico a longo prazo, consolidando de vez Pernambuco como uma das unidades da federação que mais investem no Brasil.



Ação estratégica para viabilizar a execução dos investimentos

Pernambuco teve que superar grandes desafios para engatar o ciclo virtuoso de investimento público. Foram necessárias medidas inovadoras para o estado aumentar a sua capacidade de investimento em relação ao seu orçamento e à execução dos projetos da sua carteira estratégica.

Não foi à toa que Pernambuco foi a unidade da federação que mais cresceu nesse indicador no Brasil, ganhando 10 posições, segundo o Ranking de Competitividade do Centro de Liderança Pública (CLP). Nós deixamos a 24ª colocação para ocupar a 14ª posição no levantamento.

Esse avanço na capacidade de investimento fez o estado melhorar indicadores em várias áreas, a exemplo da educação, que teve um robusto crescimento da oferta do Ensino Fundamental, o que representa o segundo maior crescimento do país. Subimos nada menos do que 16 posições, deixando a 25ª posição, em 2022, para nona posição, em 2024, no percentual de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos frequentando o

Ensino Fundamental, ainda segundo o ranking do CLP.

Uma das principais inovações na frente de execução foi o fortalecimento da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), com a formação de um time técnico qualificado, a implementação

de uma governança estruturada e todo o apoio para que a companhia se concentrasse na execução de parte da carteira de investimento do estado, o que permitiu maior fluidez às entregas do governo.

A Cehab, que é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, consegue unir capacidade técnica ao fato de ter menos amarras que atravancam a execução dos projetos por ser um órgão da administração indireta.

Portanto, várias frentes foram abertas para permitir uma virada de chave na capacidade de investimento público do estado. E o ano de 2026 reserva ainda mais números históricos e entregas, que irão consolidar esse resgate do protagonismo regional e nacional de Pernambuco. ●

“Pernambuco viveu uma verdadeira virada de chave na capacidade de investimento público, saltando dez posições no Ranking de Competitividade do CLP e consolidando um novo ciclo de execução eficiente, inovação e entregas históricas”

Fabrício Marques Santos, secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco e presidente do Conseplan



Piauí fortalece planejamento público com criação do Centro de Inteligência e Estratégia Territorial

● **Juliana Andrade**, Seplan/PI

Nos últimos anos, o Governo do Piauí tem avançado na construção de uma nova cultura de gestão pública orientada por dados, evidências e análise estratégica. Nesse cenário, a Secretaria do Planejamento (Seplan) estruturou o Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET), iniciativa que fortalece

a capacidade do estado de produzir conhecimento aplicado para qualificar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

A criação do CIET representa uma evolução institucional do antigo Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), órgão que historicamente desempenhou papel relevante na produção de estudos e diagnósticos socioeconômicos do estado. A nova estrutura amplia o escopo de atuação do



Nosso objetivo é fortalecer a capacidade institucional do governo para formular políticas cada vez mais baseadas em evidências, utilizando dados e pesquisas para orientar decisões estratégicas.”

Washington Bonfim, secretário do Planejamento do Piauí

centro, incorporando metodologias modernas de análise de dados, avaliação de políticas públicas e inteligência estratégica.

Mais do que uma mudança institucional, a criação do CIET simboliza uma virada de chave no planejamento estadual, alinhada a um modelo de gestão pública que valoriza evidências científicas e conhecimento aplicado para orientar decisões governamentais.

PARCERIAS QUE AMPLIAM CONHECIMENTO E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Outro eixo fundamental da atuação do CIET é a construção de uma rede de cooperação técnica com instituições de referência na produção de conhecimento e avaliação de políticas públicas.

Entre os parceiros institucionais estão o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), o J-PAL (Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No campo acadêmico, o centro também mantém cooperação com instituições piauienses como a Universidade Federal do Piauí (UFPI), o Instituto Federal do Piauí (IFPI) e a Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Essas parcerias ampliam a capacidade técnica do estado ao permitirem acesso a

metodologias avançadas, intercâmbio de conhecimento e desenvolvimento de pesquisas aplicadas voltadas aos desafios do desenvolvimento.

A parceria entre o CIET e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi) fortalece a integração entre planejamento público e produção científica no Piauí. A iniciativa amplia o apoio à pesquisa aplicada e cria condições para que o conhecimento produzido nas instituições de ensino e pesquisa contribua diretamente para o desenvolvimento dos territórios e para o aprimoramento das políticas públicas.



Governador Rafael Fonteles com a equipe do CIET no Palácio de Karnak



Ascom Seplan

Conferência Estadual ODS Piauí

PESQUISA APLICADA E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

Como parte da estratégia de fortalecer a produção de conhecimento aplicado ao planejamento público, o Governo do Piauí lançou um edital de R\$ 3,28 milhões para a criação dos Núcleos de Inteligência Territorial (NITs). A iniciativa integra as ações do CIET e é resultado de uma parceria entre a Secretaria do Planejamento do Piauí (Seplan) e

a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi).

O objetivo é transformar conhecimento científico em soluções práticas para os territórios piauienses e fortalecer as relações entre governo, universidades e instituições de pesquisa.

O edital prioriza propostas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e aos desafios estruturais identificados pelo estado, estimulando a construção de soluções que dialoguem com as realidades locais e contribuam para o desenvolvimento sustentável do Piauí.

“Estamos construindo um ambiente institucional que valoriza o conhecimento, a evidência e a cooperação com instituições de excelência. Quando fortalecemos nossa capacidade de análise e estabelecemos parcerias sólidas, aceleramos nossa capacidade de gerar resultados concretos para a população e impulsionar o desenvolvimento do Piauí”, conclui Washington Bonfim. ●



Ascom Seplan

Equipes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e o Governo do Piauí



O modelo de gestão estadual avançada como bússola dos investimentos públicos no Piauí

Entre 2023 e 2025, o Piauí registrou um dos momentos mais expressivos de expansão dos investimentos públicos de sua história recente. O volume de recursos executados pelo Estado cresceu cerca de 23,1% no período, alcançando aproximadamente R\$ 9,05 bilhões, o maior patamar já registrado na administração estadual. Esse resultado não pode ser compreendido apenas como aumento da capacidade financeira, mas, sobretudo, como efeito de um modelo institucional de planejamento e gestão orientado por resultados.

Nesse contexto, o Modelo de Gestão Estadual Avançada (MGE) consolidou-se como um dos principais mecanismos de coordenação estratégica do governo. Estruturado a partir de metas, indicadores e monitoramento sistemático das prioridades governamentais, o modelo funciona como uma espécie de bússola para a ação estatal, permitindo alinhar o planejamento estratégico às decisões orçamentárias. Ao organizar as prioridades do governo em compromissos mensuráveis e acompanhados periodicamente, o MGE contribui para reduzir a dispersão de esforços e aumentar a coerência entre objetivos e resultados.

Do ponto de vista da gestão pública, essa experiência evidencia a importância de arranjos institucionais que conectem planejamento, monitoramento e execução. Ao integrar dados, metas e acompanhamento sistemático, o MGE fortalece a capacidade do Estado de transformar planejamento em entrega efetiva de políticas públicas. Assim, o momento de investimentos recorde no Piauí revela não apenas maior disponibilidade de recursos, mas também a consolidação de um modelo de gestão que orienta prioridades, qualifica a tomada de decisão e amplia a efetividade da ação governamental.

Como perspectiva futura, o desafio passa a ser aprofundar essa arquitetura de planejamento e gestão. A estruturação de um banco de projetos estratégicos tende a qualificar a preparação e a priorização de investimentos, enquanto plataformas de monitoramento e inteligência governamental, como o Metaggov, ampliam o uso de dados na gestão das metas. Esse movimento também se articula com o fortalecimento do planejamento territorial, incorporando as prioridades identificadas nos Diálogos pelo Piauí e aproximando os investimentos públicos das demandas regionais. ●

Washington Bonfim, Secretário de Planejamento do Estado do Piauí

Gabriela Celso, Superintendente de Monitoramento Estratégico (SEPLAN/PI)



RIO DE JANEIRO

Planejamento estratégico transforma investimentos em maior retorno social e econômico no Rio de Janeiro

● Assessoria de Comunicação, Seplag/RJ

Nos últimos anos, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (Seplag-RJ) tem-se empenhado na reestruturação do planejamento público fluminense. Por isso, vem investindo na criação de novos instrumentos e na integração com outros já existentes, em busca de um alinhamento estratégico com efeitos práticos na melhoria da vida da população fluminense.

Os novos mecanismos ampliam o conjunto de instrumentos de planejamento já consagrados na Constituição Estadual, aumentando a convergência entre os gastos públicos e as estratégias definidas para os próximos anos, além de permitirem uma avaliação criteriosa dos riscos envolvidos no planejamento e na execução, principalmente de investimentos prioritários do governo.

“Em um cenário de desafio fiscal, cada investimento precisa estar alinhado a prioridades estratégicas, com impacto social e sustentabilidade no longo prazo. Não se trata apenas de executar projetos, mas de assegurar que cada real investido gere retorno concreto para a sociedade, com eficiência e transparência. Desse modo, o planejamento se torna o centro da tomada de decisão no Rio de Janeiro”, destaca o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Adilson Faria, ao explicar que o governador Cláudio Castro vem orientando ações nesse sentido.

Nesse contexto, ganha destaque o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES), instituído por meio da Lei Estadual nº 10.266/2024, que envolve um conjunto de desafios, declarados em dez missões societais estratégicas e estruturantes, a serem enfrentados até 2031.

Esses desafios dizem respeito a complexas questões sob três eixos: social, ambiental e econômico. No âmbito social, destacam-se o combate à extrema pobreza e à insegurança alimentar, a garantia da segurança pública territorial, a qualidade de vida nas cidades e a igualdade de raça e gênero.

As questões relacionadas ao meio ambiente envolvem temas como segurança hídrica, redução do impacto dos resíduos sólidos e descarbonização da economia fluminense. Na área econômica, as prioridades passam pela ampliação e desconcentração do emprego e da renda e pelo investimento na economia do conhecimento como fator de competitividade fluminense.

Essas missões, construídas de forma colaborativa entre todos os órgãos do governo estadual e coordenadas pela Seplag-RJ, passam a orientar a tomada de decisões dos gestores à frente de diversas políticas em benefício da população, além de orientar a construção de planos setoriais e temáticos.

A construção desse novo arranjo de planejamento não ocorre isoladamente. Ela dialoga com instrumentos como o Plano de Investimentos do Estado do Rio de Janeiro (PIERJ), a definição de investimentos a partir do Fundo Soberano estadual e a destinação

Secretaria de Estado das Cidades-RJ



Secretaria de Estado das Cidades-RJ



Parque RJ, em São Gonçalo: projeto estruturante da concessão de saneamento, dinamizando economia regional e melhorando condições urbanas em área carente

estratégica de recursos provenientes da concessão dos serviços de saneamento realizada em 2021.

A integração desses instrumentos representa um avanço institucional fundamental na estratégia adotada pela pasta, pois permite maior aderência entre planejamento, orçamento, investimento público e avaliação de riscos.



CONCESSÃO DE SANEAMENTO E OBRAS ESTRUTURANTES

Com um modelo pioneiro, considerado o maior projeto socioambiental em andamento na América Latina, liderado pelo Estado do Rio de Janeiro em parceria com a iniciativa privada, a concessão dos serviços de saneamento produziu efeitos que vão além da obrigatoriedade de universalização dos serviços de água e esgoto e dos investimentos por parte das concessionárias.

Parte significativa dos recursos obtidos foi destinada a projetos estruturantes e à retomada de obras paralisadas, muitas delas aguardadas há anos pela população, como parte de uma estratégia de planejamento orientada não apenas à infraestrutura básica, mas à dinamização econômica regional e à melhoria das condições urbanas e ambientais.

Entre os projetos estruturantes impulsionados por essa estratégia, destacam-se o projeto Mobilidade Urbana Verde Integrada (MUVI) e o Parque RJ, em São Gonçalo, e a Ponte da Integração, ligando São João da Barra a São Francisco de Itabapoana.

Os dois primeiros foram escolhidos pelo potencial de desenvolvimento urbano e de valorização territorial em uma região densamente povoada e historicamente carente de investimentos estruturantes.

Projeto MUVI: iniciativa estruturante do Estado do RJ, financiada pela concessão de saneamento, que promove mobilidade urbana sustentável e valorização territorial em regiões densamente povoadas

Já a Ponte da Integração Deputado João Peixoto, depois de 40 anos de espera, representa um dos principais marcos de infraestrutura e mobilidade regional no Norte Fluminense, reduzindo distâncias, fortalecendo cadeias produtivas e ampliando oportunidades econômicas e sociais.

Com mais de um quilômetro de extensão sobre o Rio Paraíba do Sul, a nova travessia impacta a rotina de 1 milhão de pessoas ao conectar as margens do rio. A obra encurta distâncias, reduz o tempo de deslocamento e diminui custos logísticos, com reflexos na economia regional.

SEGURANÇA NA AGENDA ESTRATÉGICA

Outro eixo estratégico dessa agenda é a segurança pública. Pelo Governo do Estado, foram destinados mais de R\$ 16 bilhões para a área, sendo mais de R\$ 4,5 bilhões para ações de inteligência e tecnologia.

Além disso, a Seplag-RJ participou da elaboração do Plano de Reocupação Territorial da Secretaria Estadual de Segurança Pública, reforçando o diálogo entre planejamento governamental e políticas de segurança visando a resultados duradouros.

A fim de ampliar a presença do Estado e promover cidadania, o trabalho teve como foco o planejamento territorial, a alocação eficiente de recursos e a definição de prioridades estratégicas como elementos fundamentais para garantir a retomada de áreas historicamente afetadas pela violência.

PARCERIA COM ONU-HABITAT PARA RESILIÊNCIA URBANA E CLIMÁTICA

No campo ambiental e urbano, destaca-se a elaboração de um relatório inédito com avaliação de riscos e vulnerabilidades dos 30 municípios fluminenses mais suscetíveis e, historicamente, afetados por desastres climáticos a fim de apoiar os gestores locais em uma atuação preventiva para fortalecer a cultura de planejamento e a resiliência urbana e climática. Para este ano, a Seplag-RJ pretende ampliar a avaliação para os demais municípios e promover uma consolidação do resultado.

Fruto de uma parceria da Seplag-RJ com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o relatório traz um diagnóstico com proposta de ações locais, consolidando a agenda climática como um componente essencial e transversal do planejamento econômico, urbano e social.

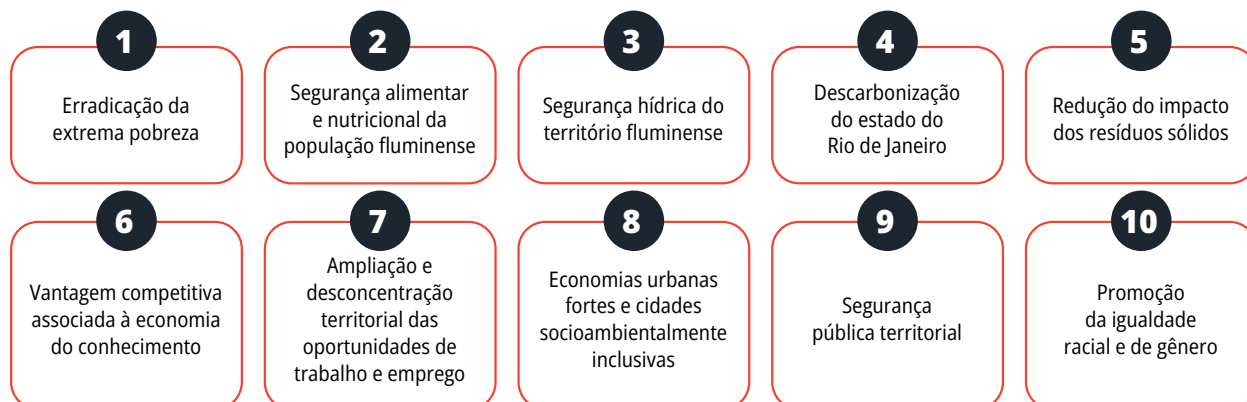
“O trabalho realizado vai muito além do ganho em efetividade com recursos aplicados de forma mais estratégica e sustentável. Além de reparar falhas históricas de planejamento urbanístico, o documento visa a auxiliar na tomada de decisão, na mitigação dos impactos das mudanças climáticas e, acima de tudo, na preservação da vidas”, enfatiza o secretário Adilson.

Ao integrar dados e ações, o documento busca a efetividade com a aplicação dos recursos de forma mais estratégica e sustentável, auxiliando os gestores na tomada de decisão, além da reparação de falhas históricas de planejamento urbanístico. Todo o material pode ser consultado no link <https://estudos.planejamento.rj.gov.br/#/>.

INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES EM DIVERSAS ÁREAS

Com o intuito de qualificar a gestão dos investimentos estaduais, a estruturação do Plano de Investimentos do Estado do Rio de Janeiro tem por finalidade ser o elo entre o planejamento estratégico e a execução. Por meio de um banco de projetos com critérios padronizados, esse instrumento apoia

MISSÕES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



a tomada de decisão, organizando prioridades e avaliando os riscos de cada um deles, trazendo maior transparência sobre a carteira de projetos do Estado.

Entre 2024 e 2026, com previsão de execução até o final deste ano, 126 desses projetos de investimentos serão concluídos, distribuídos em 14 eixos de investimento, entre eles segurança pública, saúde, educação e habitação.

De acordo com o subsecretário de Planejamento e Orçamento, Rafael Abreu, a articulação entre o PIERJ, o PEDES e os demais instrumentos de planejamento promove maior alinhamento entre prioridades, orçamento e execução, reduzindo uma possível fragmentação do planejamento governamental.

“Nosso trabalho teve como premissa converter diretrizes estratégicas em processos institucionais estruturados, articulando o planejamento plurianual,

o orçamento anual e a gestão da carteira de investimentos em um ciclo integrado de decisão. Para isso, estabelecemos critérios técnicos padronizados para a tomada de decisão, reforçando a governança, ampliando a previsibilidade fiscal e qualificando a coordenação entre as áreas setoriais”, destaca Abreu.

Esses avanços ocorrem em um contexto fiscal ainda desafiador. O Regime de Recuperação Fiscal impõe limites severos, mas também exige maior disciplina e eficiência na gestão pública. Nesse sentido, a estratégia adotada pela Seplag-RJ aponta para a qualificação do gasto público, priorizando investimentos com maior retorno social e econômico.

Do ponto de vista da população fluminense, os impactos esperados de uma visão integrada de desenvolvimento estadual incluem a melhoria da infraestrutura urbana, a expansão de serviços essenciais, maior segurança, geração de empregos e aumento da resiliência frente às mudanças climáticas.

A consolidação desses instrumentos passa pela continuidade institucional, transparência, monitoramento permanente e participação social. Embora o planejamento estratégico não produza resultados imediatos, a iniciativa cria condições para uma mudança de cultura, decisões mais racionais, redução de desperdícios e maior efetividade das políticas públicas ao longo do tempo.

A reestruturação do planejamento conduzida pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro representa uma mudança na forma como o Poder Executivo fluminense desenvolve sua estratégia de desenvolvimento estadual. A integração entre PEDES, PIERJ, Fundo Soberano, investimentos oriundos do saneamento, políticas de segurança, agendas ambientais, entre outras questões fundamentais para o desenvolvimento do Estado aponta para um esforço consistente de alinhar estratégia, orçamento e execução.

Esse arranjo institucional reafirma o planejamento público como instrumento central para promover o desenvolvimento econômico, social, ambiental e territorial de maneira sustentável, alinhada às prioridades de longo prazo do Estado. ●

Tabela com os eixos classificados do maior para o menor número de projetos

EIXO DE INVESTIMENTO	TOTAL
Infraestrutura básica	68
Saúde	12
Meio ambiente	9
Educação	8
Habitação	7
Modernização da Gestão	4
Segurança Pública	4
Tecnologia e inovação	3
Turismo	3
Cidadania e direitos humanos	3
Desenvolvimento econômico	2
Esporte	1
Cultura	1
Infraestrutura sustentável	1
TOTAL GERAL	126



Inovações no planejamento trazem avanços para o estado

Consolidar uma cultura de planejamento no setor público é condição essencial para transformar diretrizes estratégicas em políticas públicas, principalmente em um cenário fiscal desafiador e de demandas sociais complexas. Nesse contexto, planejar deixa de ser um requisito formal para se tornar instrumento essencial de coordenação e geração de valor público.

No Estado do Rio de Janeiro, esse movimento se materializa na reestruturação do modelo de planejamento, com maior articulação entre estratégia, orçamento e execução no processo decisório, por meio de uma integração entre o Plano Plurianual, programação orçamentária e novos instrumentos de planejamento.

Dentre as inovações está a criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social, que define desafios até 2031 e articula missões estratégicas e ações prioritárias para orientar políticas públicas integradas, fundamentadas em evidências e voltadas ao crescimento econômico, à inclusão social e à sustentabilidade. O

trabalho contribui para a definição de prioridades de longo prazo, apoiando a alocação de recursos e a implementação de projetos com base em critérios técnicos padronizados, análise de riscos e monitoramento permanente.

A esse arranjo soma-se o Plano de Investimentos do Estado do Rio de Janeiro com uma gestão qualificada dos investimentos,

sendo elo entre planejamento estratégico e execução. Dentro desse

contexto, estão incluídos os recursos da concessão dos serviços de saneamento, viabilizando obras estruturantes e ampliando o impacto econômico e social dos investimentos.

Desde 2024, os recursos foram distribuídos em 126 projetos com previsão de conclusão ainda este ano.

Dessa forma, estratégia, orçamento e execução passam a integrar um ciclo articulado, orientado por prioridades. Fortalecer essa cultura é assegurar que cada projeto e cada recurso contribuam efetivamente para melhorar a qualidade de vida da população. ●

“Planejar deixa de ser um requisito formal para se tornar instrumento essencial de coordenação e geração de valor público”

Adilson Faria, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão



RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte consolida ciclo histórico de investimentos estruturantes

● Edileusa Martins, Seplan/RN

O Rio Grande do Norte vive um momento histórico de transformação. O estado concretiza dois marcos aguardados por gerações: a chegada das águas do Rio São Francisco e o início efetivo da duplicação da BR-304 – obra que começa a sair do papel após mais de seis décadas. Esses avanços simbolizam a retomada do planejamento de longo prazo e integram o maior programa de construção e recuperação de rodovias da história potiguar. Já são 1.400 quilômetros de estradas

recuperadas, 665 quilômetros em andamento e a meta de 2.100 quilômetros completamente pavimentados até o final de 2026, alcançando toda a malha estadual.

Esse movimento ocorre dentro de um dos mais robustos ciclos de investimentos públicos já realizados no estado. Com aproximadamente R\$ 29,5 bilhões vinculados ao Novo PAC e mais de 790 empreendimentos em execução, o RN consolida uma carteira de obras estruturantes que reposiciona o



Joana Lima

território em infraestrutura, políticas sociais e desenvolvimento regional. Trata-se de uma agenda que combina segurança hídrica, logística, habitação, saúde, saneamento, educação e urbanização – planejamento transformado em política de Estado.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA: A BR-304 COMO EIXO ESTRATÉGICO

A duplicação da BR-304 simboliza o novo momento da infraestrutura logística potiguar. O trecho entre Assu e Mossoró, com 57,6 quilômetros e investimento de R\$ 376 milhões, avança em ritmo acelerado com serviços de supressão vegetal, terraplenagem e regularização do terreno. Principal corredor rodoviário do estado, com mais de 400 quilômetros em território potiguar, a BR-304 integra interior, região metropolitana e litoral produtivo, iniciando sua execução efetiva após mais de seis décadas de espera.

A retomada do planejamento viário alcança toda a malha estadual dentro do maior programa de construção e recuperação de rodovias da história do Rio Grande do Norte. O conjunto dessas intervenções reduz gargalos logísticos históricos e fortalece a competitividade regional.

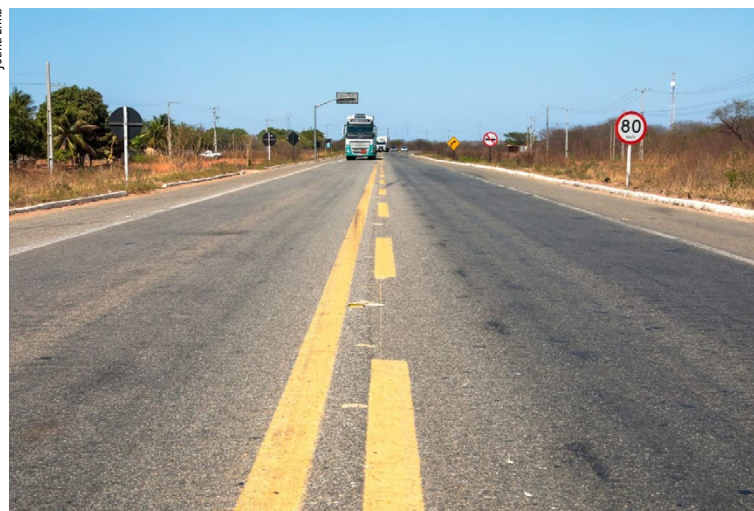
Esse esforço é complementado pela modernização da infraestrutura portuária. O Porto de Natal

Chegada das águas do Rio São Francisco ao RN marca avanço histórico, com Ramal do Apodi, adutoras e barragens fortalecendo a segurança hídrica no semiárido

recebe investimentos superiores a R\$ 130 milhões em obras em execução, incluindo dragagem, reforço estrutural da ponte de acesso, recuperação do cais e reforma de armazéns e galpões com implantação de sistemas fotovoltaicos. As intervenções ampliam a eficiência logística, reduzem custos operacionais e fortalecem a inserção do RN nas cadeias produtivas nacionais e internacionais.

Inserida no Novo PAC, essa rede de investimentos consolida a infraestrutura de transporte como vetor de integração territorial, desenvolvimento econômico e sustentabilidade, encerrando um ciclo histórico de gargalos e inaugurando um novo padrão de competitividade regional.

Joana Lima



Duplicação da BR-304 (Assu–Mossoró): marco após 60 anos, com R\$ 376 mi em obras avançadas, consolidando a rodovia como principal eixo logístico do RN e integrando interior, região metropolitana e litoral produtivo



Edileusa Martins

A retomada do Minha Casa Minha Vida configura a maior frente habitacional em execução no RN

MINHA CASA MINHA VIDA: HABITAÇÃO EM ESCALA ESTADUAL

A retomada do Minha Casa Minha Vida configura a maior frente habitacional em execução no RN. A meta inicial de 10 mil moradias foi ampliada para 12 mil unidades distribuídas por mais de 70 municípios. Atualmente, 5 mil unidades estão contratadas e cerca de 3 mil obras estão em execução, promovendo forte dinamismo econômico e social.

Estimativas indicam a geração de aproximadamente 3 mil empregos diretos e indiretos na construção civil, fortalecendo as economias locais. A previsão de novas seleções em 2026 assegura continuidade e expansão da política habitacional, transformando moradia em instrumento de desenvolvimento urbano e inclusão social.

SEGURANÇA HÍDRICA: BASE PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agenda hídrica concentra alguns dos maiores empreendimentos estruturantes do estado. A chegada das águas do Rio São Francisco, articulada



Joana Lima

Chegada das águas da transposição do São Francisco ao RN

RIO GRANDE DO NORTE EM TRANSFORMAÇÃO

O Rio Grande do Norte vive um ciclo de investimentos históricos em investimentos vinculados ao Novo PAC, integrando logística, segurança hídrica e infraestrutura social para elevar a competitividade regional.

LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DE BASE



**R\$ 29,5
BILHÕES**

EM INVESTIMENTOS
Valor total vinculado ao Novo PAC para obras estruturantes em todo o estado



EXPANSÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Criação de **350** novos leitos hospitalares e aumento de **400%** em vagas técnicas



SEGURANÇA HÍDRICA DEFINITIVA

Integração do Rio São Francisco e barragens garantem estabilidade para o semiárido



MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE NATAL

**R\$ 130+
MILHÕES**



DUPLICAÇÃO DA BR-304

R\$ 376 MILHÕES

Obra estratégica aguardada há seis décadas para integrar o território

ao Ramal do Apodi, à Adutora do Agreste Potiguar, à Adutora do Seridó Norte e à Barragem de Oiticica, redefine o cenário de abastecimento do semiárido.

Somadas, essas obras garantem estabilidade hídrica para dezenas de municípios, assegurando abastecimento humano, apoio à produção agrícola e resiliência frente à irregularidade climática. A água deixa de ser uma emergência recorrente e passa a ser política estruturante de desenvolvimento.

SAÚDE PÚBLICA: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE HOSPITALAR

O Hospital Metropolitano do Rio Grande do Norte, em Parnamirim, representa a maior ampliação da infraestrutura hospitalar estadual das últimas décadas. O resultado da licitação foi homologado em dezembro de 2025, consolidando o avanço do projeto, que prevê investimento superior a R\$ 200 milhões. A nova unidade contará com 350 leitos, sendo 40 de UTI, e terá papel estratégico na reorganização da rede estadual de urgência e emergência.

O hospital foi concebido para desafogar o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal, ao

absorver a demanda de traumato-ortopedia e neurocirurgia atualmente concentrada na capital. A redistribuição do atendimento melhora o fluxo assistencial, reduz a sobrecarga nas unidades existentes e eleva a qualidade do SUS no Rio Grande do Norte. Mais do que uma obra física, o Hospital Metropolitano integra um redesenho estrutural da política de saúde pública estadual.

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E URBANIZAÇÃO: INFRAESTRUTURA SOCIAL INTEGRADA

O ciclo de investimentos também contempla educação, cultura, esporte e urbanização, eixos fundamentais para a qualidade de vida urbana e para a formação cidadã. Na área educacional, o estado ampliou em 400% as vagas de Educação Profissional e Tecnológica e expandiu em 282,78% as matrículas em tempo integral, fortalecendo a qualificação da juventude e alinhando a formação educacional às novas demandas produtivas.

Na cultura, foram homologadas as licitações para a construção de cinco CEUs da Cultura – em Currais Novos, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Mossoró



Divulgação/Seplan-RN



Simulação 3D dos CEUs da Cultura em Natal: equipamento multifuncional do Novo PAC para inclusão social, arte e educação em comunidade. Licitação homologada

e Natal – equipamentos multifuncionais voltados à inclusão social, à convivência comunitária e à formação cultural. Integrados ao Novo PAC, os centros ampliam o acesso a espaços modernos de arte, educação e cidadania. O investimento total nos cinco equipamentos é de R\$ 11,6 milhões, viabilizado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura, no âmbito do Novo PAC Seleções.

O esporte integra a mesma estratégia de desenvolvimento social. Estão previstos 19 Espaços

Esportivos Comunitários, em diferentes fases de execução e de licitação, em municípios como Nísia Floresta, Caicó, Currais Novos, Extremoz, Macaíba, Mossoró, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Assu, ampliando o acesso ao lazer, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo saúde e inclusão.

A agenda social inclui ainda a urbanização integrada do bairro Felipe Camarão, em Natal, com investimento superior a R\$ 34 milhões assegurados pelo PAC. O projeto reúne escola de tempo integral, centro esportivo comunitário, melhorias habitacionais para 100 famílias, requalificação urbana e saneamento básico, combinando educação, habitação e infraestrutura em uma intervenção territorial integrada.

PLANEJAMENTO COMO POLÍTICA DE ESTADO

O diferencial do Rio Grande do Norte está na governança dos investimentos públicos. A integração entre o Novo PAC, as parcerias federativas e o sistema estadual de monitoramento permitiu acelerar obras, reduzir entraves administrativos e ampliar a capacidade de captação de recursos. A Secretaria de Planejamento atua como núcleo técnico dessa articulação, promovendo planejamento integrado, acompanhamento sistemático de metas e alinhamento entre órgãos executores.

Atualmente, 33 órgãos estaduais são acompanhados por meio do Portal de Metas, ferramenta pública de transparência e gestão orientada a resultados. O Rio Grande do Norte registra índice geral de execução de 78,55% nas metas prioritárias: 56% encontram-se em andamento e 16% já superaram os objetivos previstos, evidenciando capacidade de entrega acima das projeções. O sistema pode ser consultado em <https://portaldemetas.rn.gov.br/>, reforçando o compromisso com uma governança baseada em evidências.

O atual ciclo de investimentos não é episódico. Ele consolida um legado institucional: planejamento transformado em execução – e execução transformada em desenvolvimento. ●



Planejar o futuro: o Nordeste e o Brasil 2050

O Brasil volta a discutir futuro. A agenda Brasil 2050 retoma o planejamento de longo prazo e reposiciona o Nordeste como estratégia nacional de desenvolvimento. A atuação coordenada dos estados no Consórcio Nordeste inaugura nova cultura federativa: agendas comuns, projetos compartilhados e prioridades integradas em infraestrutura, educação, inovação e sustentabilidade. O desenvolvimento regional deixa de ser compensatório e passa a ser política econômica.

No Rio Grande do Norte, o eixo hídrico sintetiza essa transformação. A chegada das águas do Rio São Francisco, articulada à Barragem de Oiticica e às adutoras do Seridó e do Agreste, estabiliza a produção agrícola, reduz vulnerabilidade climática e permite planejamento produtivo. Água deixa de ser emergência e torna-se política estruturante.

A saúde acompanha essa lógica com a construção do Hospital Metropolitano, que reorganiza a rede assistencial e reduz deslocamentos de pacientes. A infraestrutura rodoviária consolida o território econômico: mais de dois mil quilômetros de estradas

recuperados, a Reta Tabajara modernizada e a duplicação da BR-304 formando, junto ao Porto de Natal e ao Porto-Indústria Verde, um corredor logístico associado à energia renovável.

Essa rede reduz custos, aumenta produtividade e cria ambiente estável para investimento. Estradas significam acesso a mercado, educação e saúde; cada quilômetro pavimentado reduz desigualdade. A

educação assume papel estratégico com a expansão dos Institutos Estaduais de Educação Profissional, conectando juventude ao trabalho e à economia do conhecimento.

No estado, mais de 790 empreendimentos somam cerca de R\$ 29,5 bilhões em investimentos. Mais do que obras, trata-se de mudança de paradigma: substituir ações episódicas por política de Estado, alinhar governos e construir previsibilidade. Desenvolvimento exige confiança – o principal insumo da cidadania.

Como lembrava Celso Furtado, desenvolvimento não é apenas crescimento econômico; é, sobretudo, um processo de transformação social. O futuro não acontece por acaso. Ele é planejado. ●

“Desenvolvimento não é apenas crescimento econômico; é, sobretudo, um processo de transformação social”

Virgínia Ferreira, secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN)



RIO GRANDE DO SUL

Rio Grande do Sul vira a chave fiscal e acelera investimentos

O Rio Grande do Sul entrou em um novo ciclo de investimentos públicos. Depois de um longo período com recursos fortemente comprometidos pelo serviço da dívida com a União, o estado reorganizou as finanças, redesenhou prioridades e passou a direcionar verbas para obras estruturantes e políticas essenciais. O movimento ganhou fôlego a partir de 2023, com os efeitos das reformas fiscais, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e, posteriormente, a

suspensão temporária do pagamento da dívida em razão da calamidade pública de 2024 – medida que abriu espaço orçamentário para a reconstrução e a expansão de serviços.

Entre 2023 e 2025, cerca de 200 projetos passaram a compor a carteira estadual de investimentos, alcançando praticamente todo o território gaúcho. Infraestrutura rodoviária e urbana, saúde, segurança pública, sistema prisional, habitação e educação básica concentram os principais aportes.

Os números refletem a mudança de patamar. Os investimentos amplos, que representavam 3,17% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2016, alcançaram 10,71% em 2024 e 8,88% em 2025. No mesmo período, o peso do serviço da dívida caiu de 5,03% da RCL (2016) para 1,69% em 2022 e 0,32% em 2025.

Para a secretária de Planejamento, Governança e Gestão, Danielle Calazans, a mudança é estrutural. “O Rio Grande do Sul retomou sua capacidade de investir sem abrir mão da responsabilidade fiscal. Esse equilíbrio permite que o estado entregue obras, fortaleça serviços essenciais e reduza desigualdades regionais”, afirma. Segundo ela, “as reformas implementadas nos últimos anos representam uma virada histórica na política fiscal gaúcha, criando bases sólidas para um ciclo sustentável de desenvolvimento”.

Mais de 50% do volume investido entre 2023 e 2025 concentra-se nos dez maiores projetos estratégicos. As principais fontes de financiamento incluem recursos do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), formados pelas parcelas da dívida que permaneceram no estado; valores oriundos da privatização da Corsan, direcionados ao Programa Avançar; além de recursos do Tesouro Livre, da Saúde e da Educação.

INFRAESTRUTURA E RECONSTRUÇÃO

A reconstrução da malha rodoviária tornou-se prioridade após os eventos meteorológicos extremos de abril e maio de 2024. O programa de Restauração e Recuperação de Rodovias, financiado com recursos do Funrigs no âmbito do Plano Rio Grande, concentra investimentos de R\$ 2,8 bilhões em trechos estratégicos.

Entre as intervenções previstas, destaca-se a reconstrução do trecho rodoviário entre os municípios de Agudo e Dona Francisca, fortemente afetado, cuja obra está estimada em R\$ 170 milhões. Também integra o programa a construção de uma nova ponte sobre o Rio Taquari, ligando Estrela e Cruzeiro do Sul, com investimento previsto de cerca de R\$ 290 milhões, intervenção considerada

Bruna Galvão, Ascom/SPGG



O Rio Grande do Sul retomou sua capacidade de investir sem abrir mão da responsabilidade fiscal. Esse equilíbrio permite que o Estado entregue obras, fortaleça serviços essenciais e reduza desigualdades regionais”

Danielle Calazan, secretária de Planejamento, Governança e Gestão

estratégica para o aumento da resiliência e da conectividade da região.

O diferencial está na integração entre a resposta emergencial e o planejamento de longo prazo. As intervenções incorporam soluções de engenharia voltadas à resiliência climática, ampliando



O Sistema de Proteção Contra Cheias (SPCC) no bairro Mathias Velho, em Canoas, é uma das ações financiadas com recursos do Fundo de Apoio à Reconstrução (Funrigs)

a durabilidade das estruturas e reduzindo vulnerabilidades futuras.

Paralelamente, o estado mantém políticas permanentes de conservação e expansão viária. Em 2024, 5.183 km de rodovias pavimentadas receberam serviços de conservação; em 2025, foram 4.189 km. A expansão somou 50,49 km em 2024 e 55,06 km em 2025.

A pavimentação de acessos municipais também avançou: 49,85 km em 2024 e 74,84 km em 2025, conectando sedes municipais às rodovias pavimentadas e fortalecendo corredores logísticos e turísticos.

PAVIMENTA RS

Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, o programa Pavimenta RS consolidou-se como instrumento de qualificação urbana e rural. Em duas edições, beneficiou 445 municípios – 89% das cidades gaúchas.

Em 2024, foram qualificados 117,6 km de vias; em 2025, 200 quilômetros. O modelo combina repasses estaduais, contrapartidas municipais e critérios técnicos de seleção, promovendo uma governança cooperativa e descentralizada. O objetivo é melhorar a mobilidade, a segurança e o acesso a serviços públicos.



Maurício Tonetto / Secom

Pavimentação da ligação regional entre Tapejara e Charrua, na RS-430, integra conjunto de obras para qualificar mobilidade e logística

SAÚDE

Na saúde, os investimentos concentram-se na ampliação e na modernização hospitalar. Dentre os destaques, estão as obras do novo Hospital Regional de Pronto Socorro de Pelotas (HRPS), que receberam R\$ 74 milhões do Tesouro do estado, entre obras e equipamentos, e a ampliação do Hospital Municipal Getúlio Vargas, em Estância Velha, com repasse de R\$ 10 milhões do Governo Estadual.

Os aportes fortalecem a regionalização do atendimento, reduzem deslocamentos de pacientes e ampliam a capacidade do SUS.

Vitor Rosa / Secom



Farroupilha, na Serra Gaúcha, recebeu moradias definitivas pelo Programa A Casa é Sua – Município/Resiliência

SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL

A Brigada Militar recebeu reforço estrutural e logístico. Foram incorporadas 77 viaturas e 208 armamentos, além da renovação da frota aérea, que passou a contar com cinco helicópteros e quatro aviões. Em 2025, somaram-se 306 viaturas, 39 motocicletas, 31 micro-ônibus e 17 motoaquáticas.

No sistema prisional, a Penitenciária Estadual de Charqueadas II, inaugurada, em 2023, com investimento de R\$ 184,9 milhões e 1.650 vagas, e a nova Cadeia Pública de Porto Alegre, entregue, em 2025, com cerca de R\$ 140 milhões, e 1.884 vagas, ampliam a capacidade do sistema e melhoram as condições estruturais.

HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO

Na habitação, o programa A Casa é Sua – Município Resiliência entregou 228 moradias em dez



Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, foi reinaugurado após investimento de mais de R\$ 20 milhões

municípios em 2025, priorizando famílias de baixa renda e 102 moradias em três municípios atingidos por desastres.

Na educação, a Lei nº 16.088/2024 consolidou a autonomia financeira das escolas estaduais, descentralizando recursos para manutenção e pequenos investimentos. A medida amplia a agilidade administrativa e a transparência na aplicação dos recursos.

UM NOVO CICLO

O conjunto de projetos executados entre 2023 e 2025 evidencia mais do que aumento de volume financeiro: revela uma mudança estratégica. A combinação entre responsabilidade fiscal, diversificação de fontes de financiamento e monitoramento das entregas inaugura um ciclo voltado à reconstrução, à resiliência e ao desenvolvimento regional.

Para a secretária de Planejamento, Governança e Gestão do RS, Danielle Calazans, responsabilidade fiscal foi essencial para a retomada da capacidade de investimento do Estado

“O equilíbrio fiscal não é um fim em si mesmo, mas o instrumento que viabiliza políticas públicas mais eficazes e permanentes”, reforça Danielle. “O que estamos construindo é uma base sólida para que o desenvolvimento regional seja contínuo e estruturante.” ●



Planejamento estratégico como instrumento de governo

Planejar, no setor público, nunca foi apenas organizar prioridades ou distribuir recursos. Planejar é definir uma direção. Em governos complexos, com múltiplas secretarias e agendas simultâneas, o planejamento estratégico cumpre um papel ainda mais decisivo: alinhar decisões, integrar políticas e transformar iniciativas isoladas em ação coordenada de governo.

É nesse ponto que a atuação da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) ganha relevância. Mais do que elaborar instrumentos formais de planejamento, a secretaria atua como espaço de articulação transversal, conectando projetos e políticas que impactam diferentes áreas da administração pública.

Essa lógica se expressa em iniciativas estruturantes que combinam gestão, tecnologia da informação e execução de políticas públicas. A transformação digital do estado, por exemplo, não é apenas uma agenda tecnológica. Trata-se de uma estratégia para ampliar a capacidade de gestão, integrar bases de dados, qualificar decisões e melhorar a prestação de serviços à população.

O mesmo raciocínio se aplica à área de habitação. A ampliação da contratação simplificada para obras habitacionais demonstra como os instrumentos administrativos podem acelerar a entrega de políticas públicas e ampliar a capacidade de resposta do estado. Ao simplificar procedimentos sem abrir mão da responsabilidade fiscal e da transparência, o governo cria condições para que projetos avancem com mais agilidade e previsibilidade.

Quando o planejamento estratégico funciona, deixa de ser apenas um documento e passa a orientar as decisões cotidianas. Mais do que definir metas, ele organiza as prioridades, reduz as fragmentações e fortalece a coordenação entre áreas.

O verdadeiro teste do planejamento público não está nos planos que produz, mas nas transformações que consegue viabilizar. Planejar bem significa criar as condições para que diferentes áreas do governo avancem juntas, e para que as políticas públicas cheguem mais rápido e com mais qualidade à sociedade. ●

“Quando o planejamento estratégico funciona, ele deixa de ser apenas um documento e passa a orientar decisões cotidianas”

Danielle Calazans, Secretária de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul



RONDÔNIA

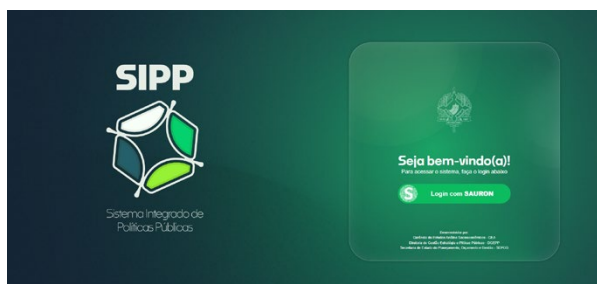
Rondônia estrutura sistema estadual de políticas públicas e fortalece governança ambiental integrada

● **Maria Luiza Amorim**, Sepog/RO

O Governo do Estado de Rondônia consolida um conjunto de iniciativas estruturantes voltadas ao fortalecimento da capacidade institucional, à modernização da gestão pública e à integração entre planejamento, orçamento e monitoramento de resultados. Com abrangência estadual, as ações impactam transversalmente os órgãos do Poder Executivo e geram reflexos diretos nos 52

municípios, ao ampliar a eficiência administrativa, a coordenação intersetorial e a racionalidade na alocação dos recursos públicos.

Dentre os projetos estruturantes, destacam-se o Sistema Integrado de Políticas Públicas (SIPP-RO) e o Plano de Prevenção, Controle e Promoção de Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento e Queimadas (PPCASDQ-RO), ambos com caráter inovador, governança integrada e impacto relevante na gestão pública estadual.



SISTEMA INTEGRADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (SIPP-RO)

O Sistema Integrado de Políticas Públicas (SIPP-RO) foi concebido para institucionalizar modelo integrado de formulação, priorização, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas no âmbito do Poder Executivo estadual.

O sistema começou a ser produzido em setembro de 2025 e teve seu Produto Mínimo Viável (MVP) estruturado em quatro meses, mediante a adoção de metodologias ágeis como Scrum e Lean Inception.

Desenvolvido integralmente com recursos próprios, o SIPP representa um avanço significativo na capacidade institucional do estado. A solução foi construída por uma equipe interna composta por programadores qualificados na linguagem Ruby on Rails, reconhecida internacionalmente por sua robustez e eficiência no desenvolvimento de sistemas web.

Além da equipe técnica de desenvolvimento, o planejamento do sistema foi conduzido por servidores de carreira, especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, que atuaram diretamente na concepção da ferramenta, na definição das regras de negócio e na validação do escopo funcional do sistema. Essa integração entre tecnologia e conhecimento técnico de políticas públicas foi determinante para a construção de uma solução alinhada às reais necessidades da administração estadual.

A plataforma organiza, em ambiente digital integrado, eixos estratégicos, diretrizes, políticas públicas, programas, projetos e indicadores, permitindo o registro estruturado de objetivos, público-alvo, vinculação orçamentária e metas projetadas ao longo do Plano Plurianual.

O SIPP-RO foi concebido para institucionalizar modelo integrado de formulação, priorização, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas no âmbito do Poder Executivo Estadual

A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) exerce papel central na concepção metodológica, coordenação técnica e integração do sistema com os instrumentos de planejamento e orçamento.

Segundo a secretária da Sepog, Beatriz Basílio, “o Sistema Integrado de Políticas Públicas (SIPP-RO) representa uma mudança de paradigma na gestão estadual. Estamos estruturando um modelo que integra planejamento, orçamento e monitoramento de resultados, fortalecendo a tomada de decisão baseada em evidências e garantindo maior transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos”.

FRANK NÉRY



O Plano de Prevenção, Controle e Promoção de Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento e Queimadas tem caráter inovador, governança integrada e impacto relevante na gestão pública estadual

Considerando parâmetros de mercado baseados em Unidade de Serviço Técnico (UST), o sistema já nasce avaliado em mais de R\$ 300 mil caso fosse contratado externamente, representando uma economia aos cofres públicos e a criação de ativo tecnológico próprio.

PLANO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROMOÇÃO DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS AO DESMATAMENTO E QUEIMADAS (PPCASDQ-RO)

O Plano de Prevenção, Controle e Promoção de Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento e Queimadas (PPCASDQ-RO) 2025–2027 constitui uma política transversal voltada à reorganização da governança ambiental estadual.

O plano integra ações de combate ao desmatamento ilegal, de redução de queimadas e incêndios florestais, de promoção da produção sustentável, de diminuição de emissões de gases de efeito estufa e de fortalecimento da regularização ambiental e fundiária.



O Sistema Integrado de Políticas Públicas representa uma mudança de paradigma na gestão estadual. Estamos estruturando um modelo que integra planejamento, orçamento e monitoramento de resultados”

Beatriz Basílio, secretária da Sepog/RO



Maria Luiza Amorim, Sepog/RO

Equipe desenvolvedora do sistema

Em 2025, Rondônia registrou uma redução de 82,43% nos focos de calor em comparação a 2024, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O resultado evidencia um impacto direto da articulação institucional, do monitoramento contínuo e da integração entre planejamento e execução.

O PPCASDQ-RO foi incorporado aos instrumentos de planejamento estadual, com apoio técnico da Sepog no detalhamento metodológico, vinculação orçamentária e monitoramento das metas. A execução é conduzida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental e pelo Corpo de Bombeiros Militar, com atuação coordenada do Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, que reúne 18 órgãos estaduais e federais, mobilizando aproximadamente R\$ 25 milhões,



Governo de Rondônia

provenientes do Tesouro Estadual, estruturados com base em diagnóstico técnico e metas pactuadas.

O governador do estado, Coronel Marcos Rocha, afirma que “Rondônia demonstra que é possível conciliar desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental. Ao fortalecer a governança, integrar planejamento e investir em tecnologia própria, o estado amplia sua capacidade de enfrentar desafios históricos com estratégia, coordenação e resultados concretos”.

GOVERNANÇA INTEGRADA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

A combinação entre a modernização da gestão pública, por meio do SIPP-RO, e o fortalecimento da governança ambiental, por meio do PPCASDQ-RO, evidencia uma estratégia integrada do Governo de Rondônia para qualificar a formulação, execução e monitoramento das políticas públicas.

As iniciativas apresentam caráter estruturante ao institucionalizar processos, definir responsabilidades,

O Plano de Prevenção, Controle e Promoção de Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento e Queimadas 2025–2027 constitui política transversal voltada à reorganização da governança ambiental estadual

integrar planejamento e orçamento e consolidar mecanismos permanentes de avaliação. O modelo adotado fortalece a coordenação intersetorial, reduz a fragmentação institucional e amplia a eficiência do gasto público.

A experiência consolida um avanço institucional relevante e posiciona Rondônia como referência na integração entre planejamento estratégico, tecnologia e gestão orientada a resultados. ●



RORAIMA

Planejamento estratégico impulsiona desenvolvimento e modernização da gestão pública em Roraima

● **Maria Fernanda Azevedo**, Seplan/RR

O fortalecimento do planejamento público constitui um dos pilares da modernização administrativa e do crescimento econômico de Roraima. Nesse contexto, a Seplan (Secretaria de Planejamento e Orçamento) atua como órgão central na formulação de estratégias que orientam as políticas públicas estaduais, ao equilibrar a gestão fiscal,

o planejamento governamental e as iniciativas de crescimento sustentável.

A atuação da Secretaria tem contribuído para consolidar uma cultura de gestão baseada em planejamento, monitoramento de resultados e tomada de decisões orientadas por dados. Esse modelo permite ao estado estruturar políticas públicas mais eficientes, ampliar a capacidade de investimento e



A realização do Fórum em Roraima representa um avanço importante para o fortalecimento da gestão pública no estado”

Rafael Fraia, secretário da Seplan

fortalecer o ambiente institucional necessário ao desenvolvimento.

Outro eixo estratégico tem sido o fortalecimento institucional da administração pública, com ações voltadas à qualificação de servidores, ao aprimoramento de instrumentos de planejamento e à modernização dos processos de gestão.

Esse conjunto de iniciativas demonstra o compromisso do Governo de Roraima com um modelo de gestão pública eficiente, transparente e orientado para resultados, capaz de transformar planejamento em desenvolvimento e gerar oportunidades para a população.

RORAIMA LIDERA POTENCIAL DE MERCADO NO BRASIL

Nos últimos anos, Roraima tem se consolidado como um dos estados com maior potencial de mercado do país. No Ranking de Competitividade dos Estados de 2025, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), o estado alcançou a primeira colocação nacional no pilar Potencial de Mercado, consolidando uma trajetória de destaque iniciada em 2019.

O indicador avalia fatores como crescimento econômico, expansão da força de trabalho, acesso ao crédito e capacidade de consumo da população. Nesse cenário, Roraima tem apresentado resultados expressivos, com destaque para a geração de mais de 28 mil empregos formais desde 2019, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

O desempenho também reflete a expansão da atividade econômica e o fortalecimento do ambiente



Divulgação/Seplan-RR

de negócios no estado, impulsionado por políticas voltadas à atração de investimentos e ao desenvolvimento produtivo.

A Seplan acompanha de forma sistemática os indicadores do Ranking de Competitividade dos Estados, utilizando as informações como instrumento de análise para subsidiar o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas.

RORAIMA MANTÉM NOTA A EM CAPACIDADE DE PAGAMENTO

A responsabilidade na condução das finanças públicas tem garantido a Roraima destaque no cenário fiscal brasileiro. Nos últimos anos, o estado tem mantido nota A na Capacidade de Pagamento (Capag), avaliação realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional que mede a situação fiscal dos estados e municípios do país.

A classificação leva em consideração indicadores como nível de endividamento, poupança corrente e liquidez, avaliando a capacidade dos entes federativos de honrar seus compromissos financeiros e de contrair operações de crédito com garantia da União.

A manutenção da nota máxima demonstra o equilíbrio das contas públicas e reforça a credibilidade do estado perante instituições financeiras e órgãos de controle. O resultado também amplia as



Divulgação/Seplan-RR

Produtor rural em Roraima: um dos pilares do desenvolvimento produtivo do estado

possibilidades de acesso a financiamentos voltados a investimentos estratégicos, especialmente em áreas como infraestrutura, desenvolvimento econômico e modernização da gestão pública.

O desempenho fiscal positivo reflete um conjunto de medidas voltadas à responsabilidade na gestão dos recursos públicos, ao fortalecimento da arrecadação e ao planejamento de longo prazo, fatores que contribuem para a estabilidade econômica e para a ampliação da capacidade de investimento do estado.

ESTADO REDUZ ENDIVIDAMENTO E AMPLIA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

O avanço econômico de Roraima tem sido acompanhado por uma política de equilíbrio fiscal e responsabilidade na gestão das contas públicas.

Entre 2019 e 2025, o estado registrou redução significativa no endividamento público. O índice,

Com políticas de incentivo, infraestrutura e apoio técnico, o campo roraimense se consolida como vetor de crescimento econômico, geração de renda e fortalecimento da segurança alimentar

que correspondia a 176% do orçamento anual no início da gestão, foi reduzido para cerca de 29,8%, ao mesmo tempo em que mais de R\$ 3,8 bilhões em dívidas herdadas foram quitadas.

No mesmo período, o orçamento estadual cresceu de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 9,9 bilhões, refletindo a ampliação da capacidade de investimento e a expansão da atividade econômica.



O crescimento também se reflete no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). Entre 2019 e 2024, Roraima registrou crescimento acumulado de 37,9%, um dos maiores do país.

Para o governador Antonio Denarium, os resultados demonstram que planejamento fiscal, atração de investimentos e fortalecimento da economia local têm caminhado de forma integrada, consolidando um ambiente favorável ao desenvolvimento.

“Organizamos as contas públicas, reduzimos o endividamento e ampliamos a capacidade de investimento do estado, garantindo que Roraima continue avançando com segurança e sustentabilidade”, destacou.

FÓRUM REGIONAL DA REDE DE PARCERIAS FORTALECE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

O fortalecimento da gestão pública também passa pela cooperação entre diferentes níveis de governo. Nesse contexto, Roraima sediou, pela primeira vez, uma edição do Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias, promovido pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado, por meio da Seplan.



Para o secretário Rafael Fraia, a realização do Fórum em Roraima representa um avanço importante para o fortalecimento da gestão pública no estado



Novos servidores foram empossados no cargo de Analista de Planejamento e Orçamento, ampliando a capacidade técnica da Seplan

O evento reuniu gestores públicos, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir temas como modernização administrativa, gestão de transferências públicas e aprimoramento das políticas públicas.

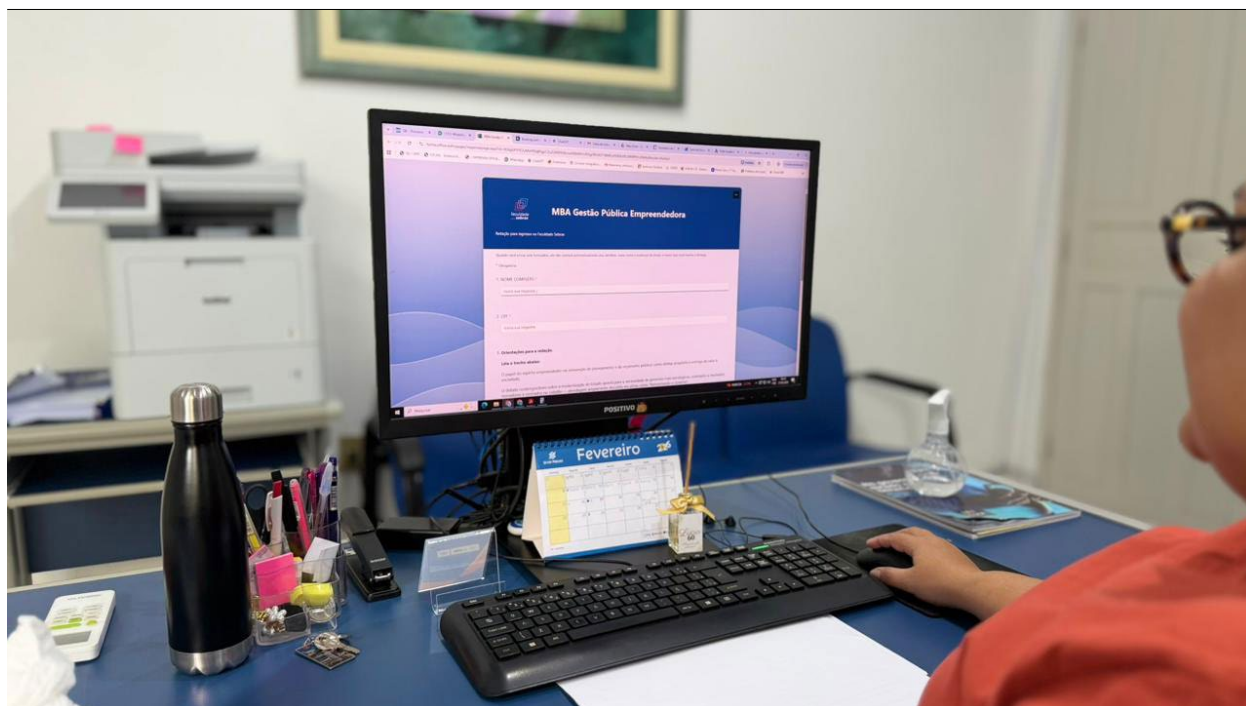
“A realização do Fórum em Roraima representa um avanço importante para o fortalecimento da gestão pública no estado. A troca de experiências e o alinhamento com iniciativas nacionais contribuem para aperfeiçoar nossos processos, ampliar a transparência e garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos”, frisou o secretário da Seplan, Rafael Fraia.

Com o encontro, o estado formalizou adesões a importantes iniciativas nacionais, dentre elas a ampliação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a participação na Escola Virtual de Governo (EVG), a adesão ao TransfereGov e a instituição do Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (ConfoCo).

NOVOS ANALISTAS REFORÇAM A CARREIRA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO

Como parte do processo de modernização da gestão pública, o Governo de Roraima também tem investido no fortalecimento da carreira de Planejamento e Orçamento.

Recentemente, novos servidores foram empossados no cargo de Analista de Planejamento e Orçamento, ampliando a capacidade técnica da Seplan.



Divulgação/Seplan-RR

Os profissionais já foram lotados e atuam em áreas estratégicas da administração pública, como planejamento governamental, elaboração orçamentária, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A ampliação do quadro técnico contribui para aprimorar os processos de planejamento do estado e fortalecer a produção de análises e diagnósticos que orientam as decisões governamentais.

SEPLAN INVESTE NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OFERECE MBA GRATUITO A SERVIDORES

Reconhecendo que a qualidade do planejamento público depende diretamente da capacitação dos profissionais, a Seplan tem ampliado as iniciativas de qualificação e valorização do servidor público.

Entre as ações recentes, está a oferta inédita de MBA em Gestão Pública Empreendedora, disponibilizado gratuitamente para servidores da secretaria em parceria com o Sebrae Roraima, por meio da Faculdade Sebrae Polo Roraima.

O curso é realizado na modalidade de ensino a distância e busca preparar os profissionais para os desafios da gestão pública contemporânea, com foco

A Seplan investe na qualificação técnica de seus servidores ao oferecer, pela primeira vez em Roraima, um MBA gratuito em Gestão Pública Empreendedora, em parceria com o Sebrae, reforçando a modernização da gestão

em inovação, eficiência administrativa e desenvolvimento institucional.

Segundo a coordenadora de Planejamento Estratégico da Seplan, Alessandra Hallem, a iniciativa representa um avanço importante para o fortalecimento institucional da secretaria.

“A qualificação permanente dos servidores contribui diretamente para a melhoria dos processos internos e para a construção de políticas públicas mais eficientes, alinhadas às demandas do desenvolvimento do estado”, enfatizou. ●



Investimento público como motor do desenvolvimento

Nos últimos anos, Roraima tem avançado na consolidação de um ambiente favorável à ampliação dos investimentos públicos. Esse processo é resultado direto do fortalecimento do planejamento governamental, do equilíbrio fiscal e da melhoria contínua da gestão pública.

A manutenção da nota A na Capacidade de Pagamento (Capag), atribuída pela Secretaria do Tesouro Nacional, reflete a solidez das contas públicas e amplia a credibilidade do estado perante instituições financeiras e organismos nacionais. Esse cenário permite que o governo acesse novas fontes de financiamento e viabilize investimentos estratégicos em áreas essenciais, como infraestrutura, desenvolvimento produtivo e modernização administrativa.

Paralelamente, o planejamento estratégico tem orientado a aplicação dos recursos públicos de forma mais eficiente e integrada. A utilização de

indicadores, o monitoramento de resultados e a articulação entre diferentes áreas da administração pública contribuem para direcionar os investimentos a projetos que promovam o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, a Secretaria de Planejamento e Orçamento tem atuado como a articuladora das políticas de investimento do estado, fortalecendo instrumentos de planejamento, aprimorando a governança e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Investir com responsabilidade significa preparar o presente e construir o futuro. Ao alinhar planejamento, equilíbrio fiscal e capacidade de investimento, Roraima reafirma seu compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de gerar oportunidades, fortalecer a economia e ampliar o bem-estar da sociedade. ●

“Investir com responsabilidade significa preparar o presente e construir o futuro. Ao alinhar planejamento, equilíbrio fiscal e capacidade de investimento, Roraima reafirma seu compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável”

Rafael Fraia, Secretário de Planejamento e Orçamento de Roraima



SANTA CATARINA

Santa Catarina: gestão eficiente que traz resultados para um dos estados mais prósperos do país

● **Raquel Santi**, Seplan/SC

Desde o início da atual gestão, os investimentos públicos em Santa Catarina já somam R\$ 13,2 bilhões. Em valores atualizados para os dias de hoje e considerando o histórico das gestões anteriores, o governador Jorginho Mello investiu, nos três primeiros anos, o dobro do valor na comparação com as gestões anteriores que mais

tinham investido. Foram R\$ 2,9 bilhões, em 2023; R\$ 4,4 bilhões, em 2024, e, R\$ 5,9 bilhões, em 2025. Dentre as principais entregas, estão avanços nas áreas da saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, inovação, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. Somente em 2025, em valores nominais, o investimento aplicado foi o maior da história do Governo do Estado de Santa Catarina em um único ano.

São recursos para melhorar a vida de todos os 8,5 milhões de pessoas que habitam os 295 municípios catarinenses, e que se materializam em estradas de concreto capazes de suportar cargas pesadas, em escolas com ar-condicionado em todas as salas e em novos leitos de UTI que reduzem a espera por cirurgias complexas de quem enfrenta dores todos os dias ao acordar para trabalhar.

A partir de investimentos em estruturas de hospitais e na atenção à saúde, esta gestão atingiu a marca de 1,3 milhão de cirurgias realizadas. A cada três cirurgias, duas são eletivas e uma é emergencial. Com isso, as filas de espera por procedimentos foram reduzidas de forma exponencial.

Na educação, a meta deste governo é ter 100% das salas de aula com ar-condicionado, o que acarretou, inclusive, a construção de minissubestações de energia nas maiores escolas estaduais. No ensino superior, foi criado o Programa Universidade Gratuita, que já contemplou 57 mil estudantes com bolsas de estudo.

Em relação especificamente ao Plano de Governo de Jorginho Mello, as ações estão sendo colocadas em prática em sua totalidade, seja na execução física de obras, na prestação de serviços ou na fase de elaboração dos projetos para futura concretização. O Plano de Governo reúne 22 programas distribuídos em nove áreas, e as ações que o compõem são executadas por secretarias e por entidades da administração pública estadual. O conjunto dessas iniciativas, que envolve mais de 300 projetos com aproximadamente R\$ 7 bilhões já aplicados em três anos de gestão, representa resultados voltados à melhoria da infraestrutura, da inclusão social, do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida da população catarinense.

Para assegurar a efetividade, a transparência e os resultados, o Governo do Estado adotou um modelo estruturado de gestão do Plano de Governo, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan), por meio do Escritório de Gestão de Projetos (Eproj), que presta apoio ao planejamento dos programas e projetos e monitora a sua

Eduardo Valente/Secom-SC



Estradas no campo e na cidade sendo pavimentadas através do Programa Estrada Boa

execução, e do Escritório de Gestão de Processos (Eproc), que faz o mapeamento das etapas para a tramitação dos processos.

PROJETOS ESTRUTURANTES

1 – Estrutura para cruzar o estado

Um dos destaques em termos de infraestrutura em Santa Catarina é o Programa Estrada Boa, uma iniciativa do Governo de Santa Catarina, lançada pelo governador Jorginho Mello, que representa o maior investimento da história do estado em malha viária, superando R\$ 5 bilhões para pavimentar, restaurar e duplicar mais de três mil quilômetros de rodovias estaduais até o fim de 2026. Muitas dessas vias estavam há 30 anos e até 40 anos sem receber qualquer atenção por parte do poder público. Para viabilizar o programa, foram disponibilizados recursos estaduais e também financiamento do Banco Mundial.



Baía da Babitonga, localizada na região Norte de Santa Catarina

O programa inclui grandes intervenções, como a triplicação da SC-401, em Florianópolis, que liga a região central da cidade às praias da parte norte da Ilha, como Jurerê, Ingleses e Canasvieiras, conhecidas por receberem grande fluxo de turistas, especialmente durante os meses de verão.

Um desdobramento do Estrada Boa é o programa Estrada Boa Rural, já em andamento, focado especificamente em pavimentar vias rurais municipais, utilizando asfalto de alta resistência para conectar comunidades e facilitar o transporte de cargas. Pela proposta, cada município catarinense poderá indicar duas estradas rurais para receberem a pavimentação. Os recursos aplicados serão 50% do próprio Governo e 50% via BRDE ou Agência de Fomento de SC (Badesco) por meio de financiamento para as prefeituras.

2 – Logística e obras de grande dimensão

A maior obra de dragagem do país ocorre neste momento na Baía da Babitonga, na região norte do estado, e possibilitará a atracação de embarcações de até 366 metros de comprimento, tornando-se o primeiro complexo portuário do Brasil com capacidade para receber navios desse porte, com carga máxima.

A obra, em andamento, foi viabilizada por meio de um acordo inédito entre os portos de São Francisco do Sul e de Itapoá, por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP). O porto de São Francisco aportará R\$ 24 milhões e o terminal privado Itapoá, R\$ 300 milhões. O investimento privado será devolvido de modo parcelado até dezembro de 2037, e o ressarcimento ocorrerá em cima do adicional de tarifas portuárias geradas pelo acréscimo no número de navios que irão atracar no porto e pelo aumento no volume de carga movimentada.



Gustavo Rotta/Porto de São Francisco do Sul

Obra de dragagem é considerada a maior do país

Relacionada a este projeto, está outra obra estratégica para a região norte de Santa Catarina: a duplicação da SC-416. Esta é considerada uma obra estruturante e prevê pavimento em concreto e a construção de elevados. O investimento do Governo do Estado é de aproximadamente R\$ 222 milhões e atende a uma demanda histórica da região, com impacto direto na logística, na segurança viária e no escoamento da produção, especialmente na ligação com o Porto Itapoá.

Partindo da região norte de Santa Catarina, há outro projeto para melhoria da logística do estado: a Via Mar. Trata-se de um plano de grandes dimensões, com a construção de uma estrada ligando a maior cidade do estado, Joinville, à Grande Florianópolis,

em um traçado paralelo à BR 101, com 145 quilômetros, três pistas em ambos os sentidos e velocidade máxima de 120 km/h.

A Via Mar será construída por meio de uma PPP com a instalação de praças de pedágio pela concessionária vencedora da concorrência. O modelo prevê que os estudos técnicos e projetos sejam pagos integralmente pelo governo estadual, enquanto a execução das obras e a operação da rodovia ficarão a cargo da iniciativa privada, mediante licitação.

3 – Um estado reconhecidamente seguro

Santa Catarina consolidou-se como o estado mais seguro do Brasil, ocupando o primeiro lugar no ranking de segurança pública. Com a menor taxa de homicídios do país, sendo uma média de 8,6 mortes violentas a cada 100 mil habitantes, o estado figura como o mais seguro do país, levando-se em consideração que a média nacional é de 23 casos. O ranking Anuário Cidades Mais Seguras, publicado pelo portal MySide, especializado no ramo imobiliário nacional para indicar os melhores locais para se investir, foi elaborado levando em conta os dados oficiais do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, Santa Catarina é o estado mais seguro do país também conforme o 14º Ranking de Competitividade dos Estados 2025, publicado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Neste quesito, Santa Catarina conquistou a pontuação máxima, de 100 pontos. Estes resultados são reflexos de investimentos e gestão na área.

Um dos projetos estruturantes que vem se destacando pela inovação e uso da tecnologia em prol da segurança em Santa Catarina é a instalação de câmeras de reconhecimento facial. Em 2025, foi anunciado o investimento de R\$ 40 milhões para atender, inicialmente, 60 municípios catarinenses com mais de 26,5 mil habitantes, que concentram 76% da população e onde ocorreram 73% dos homicídios registrados em 2024. Os recursos são provenientes do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP).

REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí: região de enchentes históricas, hoje com investimentos em dragagens, barragens e estruturas de contenção para proteger cidades e população

Nessa primeira fase, estão sendo instaladas 1.000 câmeras com inteligência artificial para reconhecimento facial. Esses equipamentos conseguem realizar a leitura de imagens faciais em tempo real e cruzam os dados automaticamente com os bancos da Segurança Pública. Caso haja alguma restrição, o sistema emite um alerta para a central de monitoramento. Mais de 30 criminosos foram presos com a ajuda desta ferramenta, conforme a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

4 – Segurança para as consequências do clima

O Estado de Santa Catarina também investiu volumes consideráveis de recursos em prevenção de desastres naturais, através de projetos de dragagem de rios para evitar a ocorrência de enchentes, reforma das barragens de contenção da água das chuvas e construção de novas estruturas de contenção.

A Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina encerrou 2025 com um balanço histórico. Somente

no último ano, foram investidos R\$ 278 milhões em ações de prevenção, resposta e reconstrução. Mais de R\$ 160 milhões foram aplicados na reforma e automação das barragens de Ituporanga, Taió e José Boiteux, ampliando a segurança e a eficiência no controle de cheias na Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí, região que historicamente é impactada por enchentes.

Outro exemplo que interfere diretamente na defesa civil da região é a construção da Barragem de Mirim Doce, no Rio Taió, um dos projetos mais estratégicos para ampliar a capacidade de contenção de cheias naquela área. Localizada no município de Mirim Doce, a estrutura será executada em concreto compactado a rolo e terá como principal função a redução dos impactos das enchentes que atingem a região. O edital para sua construção foi lançado em dezembro de 2025.

A barragem protegerá diretamente os municípios de Mirim Doce e Taió, alcançando também áreas de influência em Rio do Sul e Lontras, onde ocorrem alagamentos em longos períodos de chuva. O investimento previsto é de R\$ 110 milhões, contemplando um vertedouro de soleira livre, barramento do tipo gravidade, descarregador de fundo, uma comporta e estruturas de concreto nas margens direita e esquerda. Ao todo, o reservatório terá 12,63 milhões de m³ de capacidade de armazenamento, com altura máxima de 38 metros e largura de 100 metros no vertedouro.

Além da captação de recursos do Banco Mundial para o financiamento de projetos para a proteção civil, o Governo do Estado restabeleceu uma parceria histórica com a JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), fundamental para garantir ações importantes de prevenção a inundações, especialmente nas regiões que mais sofrem com as intempéries.

Outras barragens importantes para conter enchentes em Santa Catarina estão com seus processos de licitação em andamento, nas cidades de Botuverá e de José Boiteux, ambas em regiões atingidas por cheias.



Santa Catarina que dá certo: o peso do investimento público

Desde que iniciou seu mandato, o governador Jorginho Mello assumiu o compromisso de fazer de Santa Catarina um estado ainda mais forte, eficiente e justo. E, como ele sempre diz, somos diferenciados, pois este é o único estado do Brasil com nome de mulher.

À frente da Secretaria de Estado do Planejamento, órgão responsável por monitorar e dar suporte aos projetos estaduais, posso afirmar: estamos entregando resultados concretos.

Em 3 anos, o Governo do Estado investiu R\$ 13,2 bilhões, ou seja, o dobro do investido pelas gestões anteriores que mais investiram no mesmo período, ainda que trazendo os dados a valores atuais. Somente em 2025, aplicamos R\$ 5,9 bilhões, o maior investimento da história do Governo do Estado em um único ano. Esses recursos chegam aos 295 municípios e melhoram a vida dos 8,5 milhões de catarinenses.

Na saúde, alcançamos a marca de 1,3 milhão de cirurgias realizadas, reduzindo filas e devolvendo dignidade a quem esperava por atendimento. Na educação, estamos levando ar-condicionado a 100% das salas de aula e já garantimos 57 mil bolsas pelo programa

de governo Universidade Gratuita, o que amplia oportunidades e oferece um futuro digno aos jovens.

Na infraestrutura, o Governo do Estado lançou o maior programa rodoviário da nossa história para recuperar e duplicar três mil quilômetros de rodovias. Também destaco o avanço na obra da maior dragagem portuária do país, na Baía da Babitonga, fortalecendo nossa logística e competitividade. Isso sem contar os

diversos investimentos em portos e aeroportos existentes em nosso território.

Santa Catarina é hoje o estado mais seguro do Brasil, com a menor taxa de homicídios do país. Mas o resultado, publicado por diferentes fontes de pesquisa, não é obra ao acaso. Com responsabilidade fiscal e gestão técnica, seguimos trabalhando para garantir desenvolvimento, segurança e qualidade de vida – para os catarinenses e para os visitantes; afinal, aqui todo mundo é recebido de braços abertos. Santa Catarina é exemplo e continuará sendo. Convido a virem ao nosso estado: aqui tem gente de fibra, tem segurança eficiente, tem Estrada Boa e tem muita vontade de entregar o melhor. ●

“Santa Catarina é hoje o estado mais seguro do Brasil, com a menor taxa de homicídios do país. Mas o resultado, publicado por diferentes fontes de pesquisa, não é ao acaso”

Fabrício Oliveira, Secretário de Planejamento de SC



Governo de Sergipe avança em políticas públicas com planejamento e gestão focada em resultados

● **Danielle Menezes**, Seplan/SE

Menor estado do país, Sergipe tem se mostrado gigante em áreas estratégicas, fruto de um trabalho integrado que vem sendo fortalecido desde o ano de 2023. Com o desafio de implantar um Modelo de Governança Estratégica Integrada, a gestão estadual iniciou a construção da sistemática de gestão

ainda no primeiro ano, com a elaboração do Plano Estratégico 2023-2026, que representa mais do que um documento – é um farol estratégico que busca garantir uma atuação coordenada e integrada com foco em produzir resultados à sociedade de maneira eficiente, com qualidade no uso dos recursos públicos.

Esse avanço nos indicadores e nas diversas áreas da gestão pública é resultado direto de uma cultura de planejamento que passou a orientar as decisões estratégicas do Governo de Sergipe. A partir da definição clara de prioridades, metas e projetos estruturantes, o estado passou a monitorar de forma sistemática a execução das políticas públicas, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos e maior capacidade de entrega à população. O planejamento estratégico tornou-se, assim, uma ferramenta central para transformar diretrizes de governo em resultados concretos, fortalecendo a capacidade de gestão e permitindo que Sergipe avance de forma consistente em áreas essenciais para o desenvolvimento.

Ao longo dos últimos anos, a atuação do estado se deu em quatro grandes eixos estruturantes: Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Sustentabilidade, Desenvolvimento Humano e Social e Gestão, Governança e Inovação, que se desdobram em 113 metas e 788 projetos

“A construção de um planejamento estratégico integrado permitiu que o Governo de Sergipe tivesse mais clareza de prioridades, alinhamento entre os órgãos e foco em resultados que impactam diretamente a vida das pessoas. Quando o planejamento se conecta com a execução e com o monitoramento das metas, conseguimos transformar políticas públicas em entregas reais para a sociedade”, destaca a secretária executiva da Seplan, Melina Tavares.

ECONOMIA EM ALTA

Sergipe foi destaque ao ter o segundo maior crescimento econômico do Brasil, alcançando o 12º lugar entre os estados brasileiros e a 2ª colocação no Nordeste, conforme divulgado pelo Ranking de Competitividade 2025 do Centro de Liderança Pública (CLP).

O estado também se destacou, de forma nacional e regional, nas áreas de planejamento orçamentário e inovação. No indicador de Planejamento Orçamentário, Sergipe é o 5º melhor do país e o 3º do Nordeste, dentro do segmento de Solidez Fiscal. Já



Quando o planejamento se conecta com a execução e com o monitoramento das metas, conseguimos transformar políticas públicas em entregas reais para a sociedade”

Melina Tavares, secretária executiva da Seplan-SE

na área de Inovação, o estado sergipano se destaca em sexto lugar no Ranking entre Estados Brasileiros e, em segundo, do Nordeste.

E mais: Sergipe também alcançou a quarta melhor gestão fiscal do país, resultado de uma administração que arrecadou mais do que gastou, com superávit de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. Além disso, o estado vive um fortalecimento do ambiente de negócios: mais de 330 empresas receberam incentivos fiscais, resultando em uma arrecadação de R\$ 257 milhões em ICMS em apenas 11 meses, valor superior ao total registrado nos anos de 2023 e 2024.

AVANÇOS POR ÁREAS

Na saúde, um dos avanços mais aguardados tornou-se realidade com a inauguração do Hospital do Câncer de Sergipe, um equipamento que amplia o acesso ao tratamento oncológico, reduz deslocamentos, fortalece a rede estadual e, sobretudo, oferece cuidado, dignidade e esperança a quem enfrenta uma das lutas mais difíceis da vida.



Divulgação/Seplan-SE

Símbolo turístico de Aracaju, os **Arcos da Orla de Atalaia** recebem melhorias, alinhados aos investimentos em infraestrutura e qualidade de vida para os sergipanos

Esses exemplos se somam aos diversos programas sociais, investimentos públicos e indicadores positivos que Sergipe vem acumulando. Mais do que números, são políticas que chegam à ponta, transformam realidades e constroem novas perspectivas para o presente e o futuro do estado.

“Desde o primeiro ano de governo, temos adotado uma gestão orientada pelo diálogo, pela sinergia entre as instituições e pela busca permanente de resultados. Os indicadores alcançados demonstram que o planejamento alinhado à execução responsável gera impactos positivos concretos. Avancamos



Avançamos em áreas que nos projetaram regional e nacionalmente, com a do combate à pobreza e os avanços na segurança alimentar, da geração de emprego e renda, do equilíbrio fiscal, da capacidade de investimentos, da segurança pública, da infraestrutura rodoviária, da inovação, da educação, entre tantas outras”

Julio Filgueira, secretário da Seplan-SE

em áreas que nos projetaram regional e nacionalmente, como a do combate à pobreza e os avanços na segurança alimentar, a da geração de emprego e renda, a do equilíbrio fiscal, da capacidade de investimentos, a da segurança pública, a da infraestrutura rodoviária, a da inovação, a da educação, entre tantas outras”, destaca o secretário da Seplan de Sergipe, Julio Filgueira.

Na área de emprego e trabalho, Sergipe alcançou um marco simbólico e significativo: passou a registrar mais trabalhadores com carteira assinada do que beneficiários do Bolsa Família, sinalizando uma economia mais dinâmica, geração de renda e maior autonomia para milhares de famílias. O Programa Primeiro Emprego, direcionado ao público dos 18 aos



Divulgação/Seplan-SE



Divulgação/Seplan-SE

Sergipe alcançou um marco simbólico e significativo: passou a registrar mais trabalhadores com carteira assinada do que beneficiários do Bolsa Família

Complexo Viário Maria do Carmo em construção: mais que asfalto e concreto, é mobilidade urbana e desenvolvimento econômico, com investimentos de R\$ 318 milhões na obra que deve transformar o trânsito da capital sergipana

29 anos, sem experiência profissional, oferece qualificação técnica por meio de instituições renomadas e experiência prática dentro de empresas parceiras e, até outubro do último ano, ofertou 1.890 vagas.

Já na infraestrutura, obras estruturantes como o Complexo Viário Maria do Carmo representam mais do que concreto e asfalto: elas melhoram a mobilidade, impulsionam o desenvolvimento urbano, fortalecem a economia e impactam diretamente a rotina de quem vive, trabalha e circula entre a capital e o interior.

São mais de 240 obras pelos municípios. Destas, 14 já foram concluídas, 38 estão em andamento, 20 já foram licitadas, 32 estão em licitação e 142 estão na fase de projeto/análise. Entre 2024 e abril de 2025, os investimentos foram de R\$ 400 milhões em obras distribuídas por 53 municípios. As obras consolidam Sergipe na liderança regional ao ser o primeiro do Nordeste em infraestrutura e o segundo do país no quesito qualidade das rodovias, também de acordo com o ranking do CLP.

“Os resultados que Sergipe vem alcançando são fruto de muito trabalho, responsabilidade com os recursos públicos e compromisso com a população. Estamos investindo em infraestrutura, fortalecendo a economia, ampliando os programas sociais e melhorando serviços essenciais como saúde, educação e segurança. Nosso objetivo é garantir que o desenvolvimento chegue a todos os sergipanos, gerando mais oportunidades, qualidade de vida e um futuro cada vez melhor para o nosso estado”, destaca o governador Fábio Mitidieri.



Divulgação/Seplan-SF

Programa Opera Sergipe e Enxerga Sergipe: mais de 47 mil cirurgias eletivas nos 75 municípios, ampliando acesso e qualidade de vida na saúde pública.

NÚMEROS QUE TRANSFORMAM

A área da Saúde também recebeu incrementos robustos desde 2023, com a criação dos programas Opera Sergipe e Enxerga Sergipe, que ampliarfiam a oferta de cirurgias para os 75 municípios sergipanos. Desde a implementação, o programa realizou mais de 47 mil cirurgias de alta e média complexidade em todo o estado, integrando 33 tipos de procedimentos, como cirurgia bariátrica, mamoplastia, laqueadura, catarata, pterígio, entre outros.

Foram mais de R\$ 2 bilhões investidos em saúde até o segundo quadrimestre de 2025, assegurando 17,68% das receitas estaduais para ações e serviços públicos de saúde. Do total, R\$ 867 milhões foram destinados à estruturação das unidades assistenciais, reforçando a rede hospitalar e ampliando o acesso da população aos serviços de saúde. Entre as ações, destaca-se a inauguração do Centro de Hemodinâmica Dr. José Augusto Soares Barreto, no

Hospital de Urgências de Sergipe Governador João Alves Filho (Huse), que, em 4 meses, já realizou mais de mil procedimentos, representando um marco na cardiologia intervencionista do estado.

A assistência social também teve suas ações fortalecidas e um dos resultados mais expressivos desses investimentos é que Sergipe é o estado com a segunda maior redução percentual em insegurança alimentar do Brasil, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso representa uma queda de 35% entre os anos de 2022 e 2024. O Cartão CMais, programa de transferência de renda do estado, foi ampliado e passou de 157.464 beneficiários em 2022 para 344.442 em 2025, garantindo mais segurança alimentar e dignidade para famílias em vulnerabilidade social.

Investimentos na Educação também marcam a atual gestão. Entre 2023 a 2026, foram inauguradas

Divulgação/Seplan-SF



Mulheres empreendedoras em barraca de bolos e salgados: exemplo vivo da geração de renda e autonomia familiar impulsionada pela economia sergipana em alta



NÚMEROS QUE TRANSFORMAM: O NOVO PATAMAR DE SERGIPE (2023-2026)

Planejamento estratégico e gestão focada em resultados geraram avanços reais na economia, infraestrutura e bem-estar social. Desde 2023, o governo implementou um modelo de governança estratégica integrada, transformando 113 metas e 788 projetos em indicadores de liderança nacional e regional.

**2º MAIOR
CRESCIMENTO
ECONÔMICO
DO BRASIL**

**ESTADO MAIS SEGURO
DO NORDESTE**

Liderança regional em segurança pública pelo 3º ano consecutivo



**4ª MELHOR GESTÃO
FISCAL DO PAÍS**

Superávit recorde de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão



DESEMPENHO REGIONAL E NACIONAL

Inovação	2º LUGAR	NORDESTE
	6º LUGAR	BRASIL
Planejamento Orçamentário	3º LUGAR	NORDESTE
	5º LUGAR	BRASIL
Faturamento Turístico (2025)	6º LUGAR	NORDESTE
	12º LUGAR	BRASIL



**1º LUGAR
NO NORDESTE EM
INFRAESTRUTURA**

2º melhor qualidade de rodovias de todo o Brasil



47 MIL

CIRURGIAS REALIZADAS

Procedimentos de média e alta complexidade via programas Opera e Enxerga Sergipe

35%

**REDUÇÃO NA
INSEGURANÇA
ALIMENTAR**

Segunda maior queda percentual do país entre 2022 e 2024 (dados IBGE)

89 obras, com investimento de mais de R\$ 208 milhões, mantendo a frequência de uma obra entregue a cada 12 dias. Feito histórico, a sanção da lei que cria a Universidade Estadual de Sergipe (Unese) preenche uma lacuna estrutural na oferta de educação pública no estado.

Com uma política efetiva de fortalecimento da estrutura de carreiras do funcionalismo público e visando a melhoria da oferta dos serviços prestados à população sergipana, o Governo de Sergipe avança de maneira consistente na reestruturação do quadro de pessoal da administração estadual. Desde 2023, o Governo do Estado realizou 26 concursos públicos, com 1.553 convocações. Há ainda 342 vagas em quatro concursos em andamento.

Sergipe é destaque ainda no setor de turismo, em que faturamento recorde chegou a R\$ 673,6 milhões em novembro de 2025, desconsiderando o transporte aéreo. Com isso, o estado atingiu a 12ª posição no ranking nacional e o 6º lugar no Nordeste. Em

2024, o setor turístico em Sergipe movimentou R\$ 630 milhões ao longo de todo o ano. Já em 2025, esse valor foi superado em apenas dez meses e meio.

Com a redução de 77,1% nas taxas de mortes violentas desde 2016 e liderança regional também no comparativo entre 2024 e 2025, Sergipe é considerado o estado mais seguro do Nordeste pelo 3º ano consecutivo.

Como resultado desse conjunto de políticas e investimentos estruturados, Sergipe consolida um novo ciclo de desenvolvimento pautado no planejamento, na responsabilidade fiscal e na capacidade de transformar estratégias em resultados concretos. Com metas claras, monitoramento permanente e foco em melhorar a vida da população, o estado segue avançando de forma consistente, fortalecendo suas instituições, ampliando oportunidades e construindo, de maneira planejada e sustentável, um futuro cada vez mais promissor para todos os sergipanos.



Sergipe em transformação: planejamento, emprego e investimentos que mudam o estado

Nos últimos três anos, Sergipe tem vivido um ciclo consistente de transformação social, econômica e institucional. Desde 2023, nossa gestão tem se pautado pelo diálogo permanente, pelo planejamento estratégico e pela responsabilidade fiscal, compreendendo que governar é, antes de tudo, construir consensos duradouros em favor do interesse público.

Cada política implementada, cada obra entregue e cada indicador superado traduzem um compromisso coletivo com o desenvolvimento do nosso estado. Trabalhamos de forma integrada, unindo capacidade técnica, sensibilidade social e rigor na gestão para conduzir Sergipe a um novo patamar de crescimento, geração de oportunidades e ampliação de direitos.

Somos o governo do emprego, da qualificação e da inclusão produtiva. Programas

estruturantes como o Qualifica Sergipe, o GO Sergipe e o Primeiro Emprego, aliados a ações integradas de capacitação profissional, impulsionaram a geração de renda e ampliaram as oportunidades em todas as regiões do estado. Sergipe registrou resultados superiores à média nacional na geração de empregos formais, beneficiando milhares de famílias

“Sergipe registrou resultados superiores à média nacional na geração de empregos formais, beneficiando milhares de famílias e fortalecendo nossa economia local com base na valorização do trabalho”

e fortalecendo nossa economia local com base na valorização do trabalho.

No campo social, avançamos com políticas públicas estruturadas e permanentes. O Programa Casa Sergipana consolidou-se como a principal política habitacional do estado, ampliando o acesso à moradia digna, reduzindo o déficit habitacional e promovendo regularização fundiária e apoio técnico e financeiro às famílias que mais precisam. Trata-se de uma ação que assegura não apenas teto, mas dignidade e segurança jurídica.

Também fortalecemos a segurança alimentar e a cidadania por meio de iniciativas que ampliam o acesso à alimentação de qualidade, estimularam a produção local e consolidaram uma rede de proteção social mais eficiente e capilarizada.

Na saúde, os avanços são históricos. Realizamos concursos públicos, ampliamos equipes, renovamos estruturas e fortalecemos a rede de atendimento. A entrega do Hospital do Câncer representa um marco para Sergipe, ampliando a capacidade de tratamento oncológico e garantindo mais dignidade aos pacientes. Reforçamos a frota do SAMU, modernizamos equipamentos e valorizamos os profissionais que estão na linha de frente.

A educação é outro eixo estratégico da nossa gestão. Entre 2023 e janeiro de 2026, entregamos 88 obras, com investimentos superiores a R\$ 208 milhões, garantindo ambientes mais modernos, seguros e acolhedores para estudantes e professores.

Realizamos concurso público, promovemos reajustes salariais, ampliamos a formação continuada e implantamos políticas de incentivo ao desempenho, que

ampliam horizontes e preparam nossa juventude para os desafios globais.

Os resultados desse conjunto de ações já são reconhecidos nacionalmente. Sergipe avançou no Ranking de Competitividade dos Estados, com melhorias significativas nos pilares de segurança pública, sustentabilidade social, infraestrutura, educação e solidez fiscal. Esse

desempenho é fruto de uma gestão

responsável, orientada por metas, monitoramento constante e foco em resultados concretos.

Todo esse ambiente de desenvolvimento sustentável – com mais emprego, renda, educação de qualidade, saúde fortalecida e segu-

rança ampliada – é resultado

de um trabalho conjunto, comprometido com o presente e, sobretudo, com o futuro de Sergipe.

Seguimos firmes no propósito de consolidar os avanços conquistados entre 2023 e 2026 e de aprofundar as transformações estruturantes que colocam nosso estado em uma trajetória sólida de crescimento. Nosso objetivo é claro: construir um Sergipe cada vez mais próspero, inclusivo e preparado para as próximas gerações. ●

“Todo esse ambiente de desenvolvimento sustentável – com mais emprego, renda, educação de qualidade, saúde fortalecida e segurança ampliada – é resultado de um trabalho conjunto, comprometido com o presente e, sobretudo, com o futuro de Sergipe”

Fábio Mitidieri, governador do Estado de Sergipe

Julio Filgueira, secretário de Planejamento, Orçamento e Inovação do Estado de Sergipe



TOCANTINS

Tocantins: um novo horizonte de desenvolvimento impulsionado por investimentos estruturantes

● Vivian Dias Diniz, Seplan/TO

O Estado do Tocantins, situado em posição geoestratégica no centro do território nacional e dotado de reconhecida vocação agropecuária, atravessa, no quadriênio 2023–2026, um ciclo de intensificação dos investimentos públicos, configurando um novo paradigma de desenvolvimento regional orientado pelo planejamento estratégico. Esse movimento insere-se em um contexto de fortalecimento da capacidade fiscal e de ampliação do

acesso a instrumentos de financiamento, combinando recursos próprios, operações de crédito, transferências federais – com destaque para o Novo PAC – e parcerias institucionais estruturadas.

Ancoradas no Plano Plurianual 2024–2027 e operacionalizadas por meio das Leis Orçamentárias Anuais subsequentes, as iniciativas empreendidas refletem uma concepção integrada de desenvolvimento, na qual infraestrutura logística, modernização institucional, expansão da rede de serviços públicos essenciais e estímulo à competitividade produtiva

constituem eixos articulados de transformação estrutural. O investimento público, nesse contexto, transcende sua dimensão meramente executiva e assume caráter indutor, promovendo encadeamentos econômicos, ampliando a capacidade de atração de capitais e reduzindo assimetrias territoriais históricas.

A consolidação do Tocantins como corredor multimodal estratégico – integrando modais rodoviário, ferroviário e hidroviário – articula-se à expansão do agronegócio e à diversificação da base produtiva, fortalecendo a inserção do estado nas cadeias nacionais e internacionais de valor. Simultaneamente, os aportes direcionados às áreas de saúde, educação e infraestrutura urbana reafirmam o compromisso com a universalização de direitos e com a melhoria sustentada dos indicadores sociais.

Sob a coordenação da Secretaria do Planejamento e Orçamento, a estratégia adotada pauta-se por mecanismos de governança orientados a resultados, monitoramento sistemático de metas e racionalidade na alocação de recursos, assegurando eficiência, transparência e sustentabilidade fiscal. O presente trabalho apresenta, assim, um panorama analítico dos principais investimentos estruturantes implementados no período, evidenciando seus impactos econômicos, sociais e territoriais, bem como sua contribuição para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, resiliente e competitivo.

INVESTIMENTOS POR SETORES

A Lei Orçamentária Anual de 2026 fixa o orçamento estadual em R\$ 19,58 bilhões, representando crescimento nominal de 12,6% em relação ao exercício anterior, o que evidencia não apenas a ampliação do espaço fiscal, mas também o fortalecimento da gestão financeira e do planejamento governamental orientado a resultados.

A Lei Orçamentária Anual de 2026 evidencia a priorização estratégica de áreas estruturantes. Na saúde, os investimentos alcançam R\$ 3,3 bilhões, voltados à ampliação da capacidade assistencial,

PANORAMA MACRO DOS INVESTIMENTOS ESTADUAIS



O quadriênio 2023–2026 configura-se como um período de inflexão na trajetória fiscal e desenvolvimentista do Estado do Tocantins, marcado pela expansão consistente da capacidade de investimento público e pela reorientação estratégica da alocação orçamentária. Conforme o Portal da Transparência do Governo do Estado do Tocantins as despesas empenhadas nos anos de 2023 a 2025, e a projetada para 2026 superam R\$ 5,3 bilhões.

2023	2024
R\$ 1.300.896.955,85	R\$ 1.309.053.200,37
2025	2026
R\$ 1.003.384.295,46	R\$ 1.686.656.965,00

No âmbito federativo, destaca-se a inserção estratégica do Tocantins no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê aportes da ordem de R\$ 8,8 bilhões até 2026. Até abril de 2025, 53,9% desses recursos já haviam sido executados, demonstrando elevado grau de maturidade técnica dos projetos, eficiência nos processos de contratação e capacidade operacional para implementação de empreendimentos de grande porte. Tal desempenho posiciona o Estado como ator relevante na agenda nacional de retomada dos investimentos públicos.

modernização da rede hospitalar e fortalecimento da regionalização do atendimento. Na educação, a previsão estimada de R\$ 3,9 bilhões reforça o compromisso com a qualificação do capital humano, abrangendo infraestrutura escolar, formação técnica e melhoria da gestão pedagógica.

Os investimentos em infraestrutura, distribuídos transversalmente no orçamento, concentram-se na logística rodoviária, integração multimodal e mobilidade urbana, com impactos diretos sobre a competitividade econômica e a redução de custos de transporte. Trata-se de eixo estratégico com elevado efeito multiplicador sobre o desenvolvimento regional.

Esse esforço orçamentário dialoga com o desempenho do setor agropecuário, principal vetor econômico estadual. Projeções indicam crescimento de 16,4% do PIB agropecuário em 2025, colocando o

Tocantins entre os estados com maior expansão no país. A safra 2025/26 está estimada em 9,63 milhões de toneladas de grãos, um avanço de 4,8%, com predominância de soja e milho.

No comércio exterior, as exportações somaram US\$ 2,5 bilhões entre janeiro e setembro de 2025, com destaque para soja em grão (58,8%), carne bovina (18,1%) e milho (4,4%). Esses resultados refletem a convergência entre política fiscal responsável, investimentos logísticos e expansão produtiva, consolidando o Tocantins como território estratégico no agronegócio nacional e nos fluxos do Arco Norte.

PROJETOS ESTRUTURANTES DE ALTO IMPACTO

O ciclo de investimentos 2023–2026 materializa-se em obras de infraestrutura com elevado efeito estruturante, capazes de redefinir a integração territorial, ampliar a competitividade logística e fortalecer a oferta de serviços públicos essenciais.



Adilvan Nogueira

1. Ponte Governador Siqueira Campos (Ponte de Porto Nacional)

Inaugurada em 14 de junho de 2024, a nova Ponte de Porto Nacional representa um marco para a logística do estado. Com um investimento de R\$ 150 milhões e extensão de 1.088 metros, a obra eliminou a restrição de carga que antes limitava o transporte na região. Sua construção integra as rodovias TO-050 e TO-255, facilitando o escoamento da produção de grãos e conectando importantes polos produtivos. A ponte não apenas otimiza o fluxo de mercadorias, mas também fortalece a integração regional e o desenvolvimento do agronegócio.

2. Hospital Geral de Araguaína (HGA)

Na área da saúde, a construção do Hospital Geral de Araguaína (HGA) avança significativamente, com 71,39% de sua execução concluída até dezembro de 2025. O HGA se tornará um hospital de referência para o norte do estado e para a região do Bico do Papagaio, ampliando o acesso a serviços de saúde de alta complexidade e garantindo atendimento de qualidade para milhares de tocantinenses e moradores de estados vizinhos.



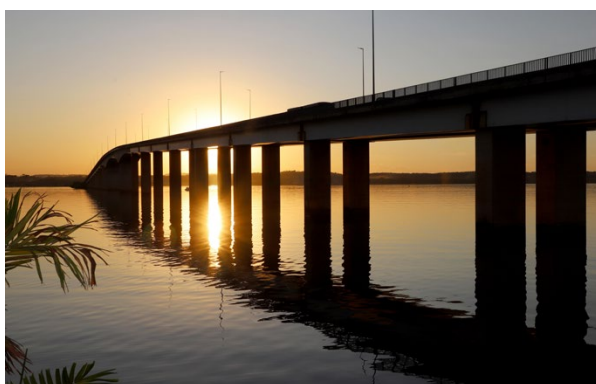
Tomaz Neto



Aldian Nogueira

3. Infraestrutura Viária no Jalapão

O Jalapão, um dos mais importantes destinos turísticos do Tocantins, tem recebido investimentos em infraestrutura viária. A pavimentação de 25 km da TO-030, entregue em novembro de 2025, com um investimento de R\$ 58,7 milhões, melhora o acesso e a segurança para moradores e turistas.



Esequias Araújo

4. Duplicação da Ponte Palmas-Paraíso (TO-080)

A duplicação da Ponte Palmas-Paraíso, na TO-080, é um projeto estratégico para a mobilidade urbana e o escoamento da produção. Com um investimento de R\$ 97 milhões, as obras, que incluem o trecho entre Palmas e Luzimangues e de Luzimangues a Paraíso, estavam em vistoria em agosto de 2025, com a inclusão de passarelas para pedestres e ciclistas. Esta duplicação não só aliviará o tráfego, mas também promoverá maior segurança e fluidez para o transporte de cargas e passageiros, conectando a capital a uma importante região produtora.

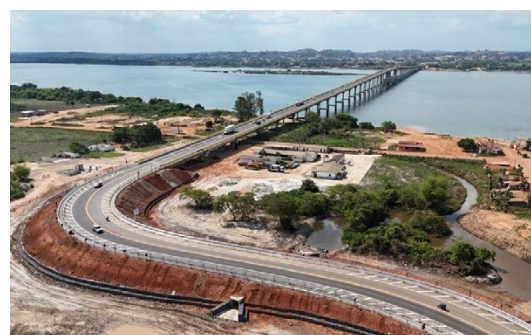
5. Pontes Estratégicas: Aguiarnópolis-Estreito e Xambioá

Duas pontes de grande relevância foram inauguradas, fortalecendo a integração regional e nacional:



Lucas Gomes

- **Ponte Aguiarnópolis-Estreito (Ponte JK):** Inaugurada em 22 de dezembro de 2025, com um investimento de R\$ 171,97 milhões e 630 metros de extensão, esta ponte reconectou o Tocantins ao Maranhão na BR-226, eliminando a necessidade de travessia por balsa e otimizando o fluxo de pessoas e mercadorias.



Lucas Gomes

- **Ponte de Xambioá:** Inaugurada em 18 de novembro de 2025, com um investimento de R\$ 232 milhões e 1.724 metros de extensão (ou 2,01 km com acessos), esta obra estabelece uma ligação vital entre o Tocantins e o Pará na BR-153 (Transbrasiliana), consolidando um corredor logístico estratégico para o escoamento da produção agrícola.



Aldemar Ribeiro

Palácio Araguaia, sede do governo de Tocantins

Investimentos 2023-2026 transformam Tocantins em plataforma logística, articulando modais para integração territorial e desenvolvimento sustentável

TOCANTINS: UM CORREDOR MULTIMODAL ESTRATÉGICO

A posição geográfica do Tocantins, no eixo central do território nacional, confere ao Estado papel estruturante na integração logística do Brasil. A articulação entre os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário consolida um corredor multimodal capaz de reduzir custos de transporte, ampliar a eficiência operacional e fortalecer a inserção do estado nas cadeias nacionais e internacionais de valor.

A malha rodoviária – com destaque para as BR-153, BR-226 e BR-010 – constitui o principal eixo de circulação regional, conectando polos produtivos aos centros consumidores e aos corredores de exportação. Essa estrutura é complementada pela Ferrovia Norte-Sul, ativo estratégico que atravessa o estado e viabiliza o transporte de grandes volumes com maior competitividade logística, e pela hidrovía do Rio Tocantins, que amplia o potencial de integração com o sistema portuário do Arco Norte.

Essa convergência modal é determinante para o desempenho do agronegócio tocantinense,

permitindo o escoamento eficiente de grãos, proteína animal e derivados para portos como Itaqui (MA), reduzindo distâncias logísticas e elevando a margem de competitividade dos produtores locais. A presença de pátios multimodais em Palmeirante, Porto Nacional e Gurupi reforça a capacidade de transbordo e armazenamento, consolidando o Tocantins como plataforma logística estratégica do Brasil Central.

Mais do que infraestrutura de transporte, o corredor multimodal representa instrumento de política pública voltado à integração territorial, atração de investimentos e fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável.

CONCLUSÃO

O ciclo de investimentos implementado no Tocantins entre 2023 e 2026 evidencia a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento ancorada em planejamento de médio prazo, responsabilidade fiscal e capacidade de execução. A expansão dos aportes em infraestrutura, saúde, educação e logística não representa apenas incremento quantitativo de recursos, mas uma reorientação estrutural da política pública estadual, voltada à integração territorial, ao fortalecimento produtivo e à melhoria sustentada dos indicadores sociais.

As obras estruturantes e a consolidação do estado como corredor multimodal estratégico reforçam sua inserção competitiva nos fluxos nacionais e internacionais de comércio, especialmente no âmbito do agronegócio. Ao mesmo tempo, os investimentos sociais ampliam a capacidade de atendimento à população e promovem maior equidade regional.

Esse conjunto de iniciativas projeta o Tocantins como ente federativo capaz de articular crescimento econômico, eficiência administrativa e desenvolvimento sustentável. Mais do que responder às demandas do presente, o estado estrutura bases sólidas para um ciclo contínuo de expansão, inovação e geração de oportunidades, reafirmando seu protagonismo no cenário do Brasil Central no século XXI.



Planejar para transformar: o novo ciclo de investimentos estruturantes no Tocantins

O Tocantins vive, desde 2023, um ciclo histórico de investimentos que reafirma o papel estratégico dos estados no fortalecimento do pacto federativo brasileiro. Mais do que ampliar recursos, assumimos uma diretriz: posicionar o planejamento público como instrumento central de coordenação do desenvolvimento, alinhando responsabilidade fiscal, capacidade de execução e visão de longo prazo a um projeto integrado de crescimento nacional.

Em sintonia com o Plano Plurianual 2024–2027 e demais instrumentos de planejamento, o Tocantins consolidou um modelo de gestão orientado por resultados, baseado em cooperação federativa, maturidade institucional e eficiência administrativa. As pontes estratégicas que integram estados, a modernização da malha viária, o fortalecimento da infraestrutura hospitalar e a consolidação do corredor multimodal do Brasil Central demonstram que o investimento público estadual é elemento decisivo para a competitividade do país.

“Planejamento público como instrumento central de desenvolvimento, alinhando responsabilidade fiscal, execução e visão de longo prazo ao crescimento nacional”

Nossa localização geográfica nos coloca no centro da integração nacional. Ao conectar o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste por meio de corredores logísticos estruturados, o Tocantins amplia a fluidez das cadeias produtivas, fortalece o agronegócio

brasileiro e contribui diretamente para a segurança alimentar, a expansão das exportações e o equilíbrio do desenvolvimento regional.

Defendemos um federalismo cooperativo, no qual os estados assumem protagonismo responsável, articulando-se entre si e com a

União para transformar potencial em resultado concreto. Cada obra entregue e cada política estruturada representam não apenas avanços locais, mas contribuições efetivas para o crescimento do Brasil.

O Tocantins avança como referência de crescimento econômico, governança integrada e capacidade de entrega. Estamos construindo, com estabilidade e inovação, um modelo de desenvolvimento sustentável que dialoga com o presente e projeta o futuro da Federação. ●

Maurício Parizotto Lourenço, Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento do Tocantins

Wanderlei Barbosa, Governador do Estado do Tocantins



Contagem regressiva para o



II CONGRESSO CONSEPLAN

Planejamento e
Governança Federativa para o
Desenvolvimento Nacional

De 5 a 7 de maio de 2026, gestores públicos (municipais, estaduais e federais), pesquisadores e profissionais do planejamento de todo o país se reúnem para debater o tema “Planejamento e Governança Federativa para o Desenvolvimento Nacional”, no II Congresso Conseplan que será realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil, no Distrito Federal.

Serão conferências, painéis temáticos, apresentações de artigos e cases estaduais e municipais, promovendo o diálogo e a inovação no planejamento público brasileiro.

RESERVE A DATA E PARTICIPE!

PARA INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES, ACESSSE

www.congressoconseplan2026.com.br

